



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA GLOBAL

Renata Cavazzana da Silva

As novas bruxas:
como feministas contavam a história (Brasil e Argentina, 1980 – 1990)

Florianópolis – SC

2023

Renata Cavazzana Da Silva

As novas bruxas:
como feministas contavam a história (Brasil e Argentina, 1980 – 1990)

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em História Global.

Orientadora: Prof.^a Dra. Cristina Scheibe Wolff.

Florianópolis – SC

2023

da Silva, Renata Cavazzana

As novas bruxas : como feministas contavam a história (Brasil e Argentina, 1980 - 1990) / Renata Cavazzana da Silva ; orientadora, Cristina Scheibe Wolff, 2023.

162 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. História. 2. Feminismo. 3. Escrita da história. 4. Imprensa feminista. I. Wolff, Cristina Scheibe. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

Renata Cavazzana da Silva

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 06 de novembro 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.^a. Dra. Cristina Scheibe Wolff
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a. Dra. Cintia Lima Crescêncio
Universidade Federal do ABC

Prof.^a. Dra. Gleidiane de Sousa Ferreira
Universidade Estadual Vale do Acaraú

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestra em História

Insira neste espaço a
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a
assinatura digital

Prof.^a. Dra. Cristina Scheibe Wolff
Orientadora

Florianópolis, 2023

AGRADECIMENTOS

Escrever este trabalho foi uma das coisas mais difíceis que fiz até agora. Em 2021, iniciei o curso de mestrado e era a concretização de um grande sonho, mas o cenário era bem diferente do que havia imaginado. Era o segundo ano de pandemia de Covid-19 e eu tinha a sensação de estar vivendo em uma distopia, cada vez mais próxima de um livro de Octavia Butler. O isolamento social me impactou de modo imensurável e, por isso, a conhecida solidão do processo de escrita foi ainda mais dura. Foi muito doloroso estar longe de tantas pessoas queridas, mas não me senti sozinha.

Sou muito grata a cada uma que me acompanhou nessa trajetória e se fez presente mesmo à distância. Agradeço à minha orientadora, Cristina Scheibe Wolff, por cada oportunidade que me ofereceu, por não ter me deixado desaparecer e pelo incentivo até a conclusão desta dissertação. Às professoras da minha banca, pesquisadoras que admiro profundamente e nas quais me espelho. Gleidiane Ferreira, obrigada por acreditar na minha pesquisa e por suas valiosas contribuições. Cintia Lima, agradeço por ter me acompanhado desde a graduação, por ter acreditado tanto em mim e por todo o seu trabalho. Sempre digo que nunca vou esquecer tudo o que você me ensinou.

Às minhas amigas da pós-graduação Allana Santos, Emmanuela Harakassara e Tolegi Dias. Sem o apoio de vocês e as nossas conversas eu não teria chegado aqui bem. Obrigada por terem me ensinado suas estratégias de sobrevivência e por terem me acolhido e ajudado quando eu não sabia mais como continuar. Mesmo de longe, vocês estiverem tão presentes no meu dia a dia que me fizeram sentir abraçada. Também agradeço a todas as professoras e colegas do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), por fazerem acontecer as reuniões virtuais que foram momentos muito valiosos para mim. Agradeço especialmente à professora Joana Maria Pedro, que prontamente se dispôs a presidir minha banca de qualificação. E à professora Janine Gomes, com quem aprendi muito durante as aulas do seminário da linha.

Agradeço à minha amiga Luana, uma das pessoas mais incríveis que conheço, e também uma pesquisadora que admiro muito. Obrigada por estar comigo desde o primeiro ensaio de graduação, o primeiro artigo científico, o primeiro projeto de pesquisa. Ao Andrew, por nunca ter desistido de mim, mesmo depois de tantos anos de amizade e inúmeras desculpas minhas para não sair de casa aos fins de semana.

Ao Gilmar, por todas as trocas e pelas horas de ligações, que eram só para falar sobre algo bem rapidinho, mas que sempre se tornavam uma das nossas longas e profundas conversas. À May, por ter me ensinado tanto sobre amizade e por ter o melhor abraço. Ao Dani e ao Marcelo, por sempre me ouvirem com tanto entusiasmo, mesmo quando eu falava sem parar sobre a minha. Ao Leonardo, por ter me apoiado incondicionalmente, lembrando-me de curtir a vida e me mostrando que eu posso mais do que sonhar. Obrigada por tanto amor e por todos os momentos felizes.

À Selma, minha mãe, que diz não entender de onde surgiu meu gosto pelos estudos, mas que sempre foi o meu maior exemplo de dedicação. Ainda me lembro da sua alegria quando saía de casa para assistir às aulas do curso de enfermagem, e quando voltava ainda mais contente para contar todas as coisas novas que havia aprendido.

Por fim, agradeço ao CNPq pela bolsa de estudo que viabilizou minha pesquisa e a escrita esta dissertação.

To become a feminist is to stay a student

– Sara Ahmed.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar como feministas (re)escreveram a história em jornais feministas publicados no Brasil e na Argentina, entre as décadas de 1980 e 1990. A partir de artigos e matérias sobre diferentes temas da história, encontrados nos periódicos brasileiros *Chanacomchana* (1981 – 1987), *Mulherio* (1981 – 1988) e *Nzinga Informativo* (1985 – 1988), e nos periódicos argentinos *Brujas* (1982 – 2012) e *Cuadernos de Existencia Lesbiana* (1987 – 1996), investigamos a importância de narrativas históricas para diferentes grupos feministas e a formação de uma consciência histórica feminista. Para tanto, estudamos individualmente as diferentes propostas editoriais e identificamos as principais narrativas sobre o passado veiculadas em cada publicação, explorando os sentidos da história no discurso feminista. As fontes foram catalogadas e sistematizadas integralmente em quadros e tabelas, e analisadas com o uso de ferramentas da análise do discurso. Histórias como a caça às bruxas, a vida da poeta Safo da Ilha de Lesbos e de mulheres negras que resistiram ao colonialismo, foram importantes para a construção de identidades feministas e a legitimação de pautas colocadas pelos movimentos feministas. Tais narrativas são geralmente acompanhadas de críticas à exclusão das mulheres na historiografia, evidenciando o efeito do gênero na escrita da história e o caráter conflituoso do contato das mulheres com as narrativas históricas. A emergência de novas narrativas sobre a história e o passado das mulheres, entendido como um passado feminista e coletivo, em um cenário de intensas mobilizações e trocas entre militantes brasileiras e argentinas, indica a formação de uma consciência histórica produzida a partir de uma perspectiva feminista. A consciência histórica feminista se forma a partir da tensão entre a experiência de exclusão das mulheres da história e a constante luta feminista. Por meio da escrita, as feministas questionavam as estruturas de poder e situavam as mulheres como sujeitas da história, compreendendo-a como um processo de luta das mulheres por direitos e contra a opressão.

Palavras-chave: Imprensa feminista; Consciência histórica; Escrita da história.

ABSTRACT

This work aims to analyze how feminists rewrote history within feminist newspapers published in Brazil and Argentina between the 1980s and the 1990s. In the format of articles about different historical themes found in Brazilian newspapers, such as *Chanacomchana* (1981 – 1987), *Mulherio* (1981 – 1988), and *Nizinga Informativo* (1985 – 1988), or the Argentine newspapers *Brujas* (1982 – 2012) and *Cuadernos de Existencia Lesbiana* (1987 – 1996), we investigated the significance of historical narratives for various feminist groups and their formation of consciousness about feminism. Therefore, we individually studied distinct editorial propositions, identifying their main narratives about the past and exploring the historical meaning in their feminist discourse. Our sources were categorized and systematized through charts and analyzed using Discourse Analysis. Stories such as the witch hunt, the romanticized life of Sappho from Lesbos Island, and those black women who resisted colonialism were of great importance for the configuration of feminist identities and the legitimacy of their agendas within the feminist movement. These narratives are usually accompanied by criticisms of the omission of women in historical documents, highlighting the gender effects throughout history writing and the conflictual nature of women and historical narratives. The emergence of new narratives about the past and women's history, understood as a feminist and collective past, in a scenario of heavy mobilizations and exchanges between Brazilian and Argentine feminists, can indicate the development of historical consciousness from a feminist perspective. The historical feminist consciousness was built through tension between the exclusion experiences of women throughout history and their ongoing feminist battles. Through writing, feminists were able to question the structures of power, positioning themselves as historical subjects and realizing that writing is a weapon against women's oppression.

Keywords: Feminist press; Historical consciousness; Historical writing.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: <i>Amostra de Chanacomchana</i>	69
Imagem 2: Capa de <i>Chanacomchana</i> : Ferro's Bar.....	75
Imagem 3: Coluna de anúncios no jornal <i>Chanacomchana</i>	76
Imagem 4: Anúncio do Conselho Estadual da Condição no jornal <i>Mulherio</i>	84
Imagem 5: Capa "Mulherio de volta"	85
Imagem 6: Página de anúncios do periódico <i>Brujas</i>	92
Imagem 7: Capas do jornal <i>Brujas</i>	96
<i>Imagem 8</i> : Capa do jornal <i>Nzinga Informativo</i> Nº 2.....	98
Imagem 9: Capa do jornal <i>Nzinga Informativo</i> Nº 4.....	102
Imagem 10: Questionário do Taller de existencia lesbiana	107
<i>Imagem 11</i> : Fragmento Monique Wittig e Sand Zeig traduzido para o espanhol em <i>Cuadernos de Existencia Lesbiana</i>	111
Imagem 12: Capa dos <i>Cuadernos de Existencia Lesbiana</i> Nº 5.....	116
Imagem 13: Anúncios extraídos de <i>Cuadernos de Existencia Lesbiana</i>	117
Imagem 14: Ilustração "Brujas noches"	125
<i>Imagem 15</i> : Ilustração "Bruxa de bicicleta na lua"	125
Imagem 16: Ilustração "Bruxa escrevendo".	127
Imagem 17: Fragmento de <i>Cuadernos de existencia lesbiana</i>	131
Imagem 18: <i>Letania Lesbiana</i> , de Sonja Franeta	133

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Sistematização das fontes e objetos de pesquisa.	60
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Periodicidade do periódico Chanacomchana.....	70
Tabela 2: Periodicidade do jornal Mulherio	82
Tabela 3: Tiragem do jornal Mulherio.....	87
Tabela 4: Periodicidade do jornal Nzinga Informativo.	100
Tabela 5: Periodicidade dos Cuadernos de Existencia Lesbiana.....	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATEM	Asociación de Trabajo y Estudio de la Mujer
CECF	Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo
CeDInCI	Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas
CEMUFP	Centro de Mulheres de Favela e Periferia do Rio de Janeiro
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
EFLAC	Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe
ELFLAC	Encontro Lésbico Feminista Latino-Americano e do Caribe
ENM	Encuentro Nacional de Mujeres
FCC	Fundação Carlos Chagas
GALF	Grupo de Ação Lésbica Feminista
ILGA	Organização Gay e Lésbica Internacional
ILIS	International Lesbian Information Service
LEGH	Laboratório de Estudos de Gênero e História
MLF	Movimento Lésbico Feminista
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. FAZENDO E ESCRREVENDO A HISTÓRIA	29
2.1 HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA.....	29
2.2 HISTÓRIAS FEMINISTAS	44
3. COZINHA DAS BRUXAS: A IMPRENSA FEMINISTA NO CONE SUL	59
3.1 CHANACOMCHANA (1981 – 1987).....	67
3.2 MULHERIO (1981 – 1988).....	78
3.3 BRUJAS (1982 – 2012)	89
3.4 NZINGA INFORMATIVO (1985 – 1988).....	96
3.5 CUADERNOS DE EXISTENCIA LESBIANA (1987 – 1996)	104
4. TROCANDO VASSOURAS POR LIVROS: REESCREVENDO A HISTÓRIA	117
4.1 BRUXAS	119
4.2 SÁFICAS.....	135
4.3 ANCESTRAIS	139
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
7. REFERÊNCIAS	150
8. APÊNDICE	157

1. INTRODUÇÃO

Apontar e questionar as construções históricas tem sido uma tarefa central para os movimentos feministas, que lançam mão da história como um de seus recursos. Ao longo dos anos de 1980, esse esforço foi evidente na imprensa feminista do Cone Sul, região do continente que compreende Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Chile e Bolívia. Exemplo disso, são as histórias de bruxas contadas em edições do periódico *Brujas* (1983 – 2006), criado por um grupo de feministas argentinas que se inspiravam no tema para escrever sobre conhecimento, poder, subversão e história.

Entre as décadas de 1970 e 1980, as feministas protagonizaram a cena política, social e cultural da América Latina, organizando movimentos de mulheres que passaram a ser conhecidos como a segunda onda feminista.¹ Em países como Brasil e Argentina, esses movimentos se articularam ao combate às ditaduras militares vigentes e a defesa da democracia. Investigando jornais feministas desse período encontramos uma grande quantidade de artigos que abordam, além da caça às bruxas, temas como o movimento sufragista, a lesbianidade na história, a luta das mulheres negras contra a escravidão e a colonização, além de biografias de feministas históricas.

Críticas sobre a exclusão das mulheres na historiografia, as narrativas feministas sobre a história apontam a necessidade da escrita de novas histórias e a importância da construção de uma consciência histórica feminista. Além disso, atribuem legitimidade ao movimento feminista e dão embasamento

¹ Em uma perspectiva diacrônica, a história dos feminismos é dividida em dois períodos distintos, chamados de primeira e segunda onda feminista. O momento inicial diz respeito aos movimentos que eclodiram entre meados do século XIX e início do século XX, com a mobilização de sufragistas que lutavam por cidadania e acesso à educação, ganhando destaque em países como Inglaterra, Estados Unidos e Brasil. Nesse período, as feministas brasileiras também estavam engajadas na luta abolicionista e criaram os primeiros jornais feministas, como os periódicos *O Sexo Feminino*, de Francisca Senhorinha da Motta Diniz, e *A Família*, editado por Josefina Álvares de Azevedo. A segunda onda, emergiu entre 1960 e 1970, quando as feministas levantaram a bandeira “o privado é político”, debatendo pautas como aborto e sexualidade. É importante destacar que essa divisão linear não contempla a complexidade da história dos feminismos, marcada por continuidades e rupturas, sobretudo porque os movimentos e pautas feministas não podem ser circunscritos a esses marcos. Um exemplo disso, é o movimento que Iracélli Alves (2020) chama de “feminismo entre ondas”, que encampou a cena política do país, entre 1940 e 1970, composto por mulheres militantes de movimentos populares e grupos comunistas.

histórico à defesa de pautas como o aborto e o combate ao racismo, desnaturalizando a história e as relações de gênero, raça, classe e sexualidade.

Boa parte das militantes que publicavam na imprensa feminista escreveram sobre história, o que evidencia que este foi um elemento central do discurso feminista. Mesmo que não estivessem dedicadas profissionalmente à disciplina histórica, como professoras ou pesquisadoras ligadas a instituições de ensino e pesquisa, seu empenho em construir e difundir narrativas sobre o passado das mulheres e do feminismo é inegável diante da frequência que tais assuntos aparecem nas publicações feministas. Assim, os movimentos feministas criaram novas interpretações sobre o presente e os processos históricos, questionando imagens e narrativas sobre as mulheres cristalizadas pela historiografia.

Nesse sentido, destacamos que o conhecimento histórico não deve ser entendido como monopólio acadêmico. Para além das pesquisas acadêmicas e da sala de aula, a vida cotidiana está permeada de imagens e narrativas sobre o passado, das quais todos os sujeitos se apropriam, coletiva e individualmente, formando sua consciência histórica.

Consciência histórica é uma categoria geral que se relaciona não só ao aprendizado e ensino de história, mas também a todas as formas de pensamento histórico, podendo ser compreendida como um conjunto coerente de operações mentais que definem a peculiaridade do pensamento histórico. Portanto, a consciência histórica não é apenas o conhecimento do passado, mas a combinação da apreensão do passado, regulada pela necessidade de entender o presente e de presumir o futuro. A análise das operações da consciência histórica e suas funções na orientação da vida através da estrutura do tempo pode trazer novos *insights* sobre o papel do conhecimento histórico na vida prática e na formação de identidades.

Pensar estas questões a partir da categoria de gênero e da produção de conhecimento feminista mostra-se ainda mais proveitoso. Se, como analisa Jorn Rüsen (2011b, p. 80), “A consciência histórica vem à tona ao contar narrativas, isto é, histórias [...]”, o que acontece quando contamos histórias sobre as mulheres? Há a construção de uma consciência histórica feminista? Neste trabalho, analisamos a existência de uma consciência histórica feminista,

produzida no interior de um projeto coletivo para a construção de conhecimento a partir dos movimentos de mulheres, tendo como fonte e objeto de estudo a imprensa feminista no Brasil e na Argentina, com foco em discursos fundamentados em narrativas históricas. Dessa forma, a partir de jornais feministas, que registraram a busca de diferentes grupos de mulheres por sua própria história, podemos investigar a complexa práxis crítica feminista que, como analisa Joan Scott (2002), evidencia que a história do feminismo é parte importante do próprio projeto feminista, de modo que a história do feminismo é, essencialmente, uma história feminista.

Como veremos, os jornais feministas, repletos de textos históricos elaborados por militantes ou historiadoras acadêmicas, podem ser considerados como instrumentos de produção e difusão de conhecimento histórico. Partimos do pressuposto de que a produção do conhecimento histórico não se restringe ao discurso interno de historiadores profissionais. Essa perspectiva se fundamenta nos estudos da Didática da História, campo que investiga sistematicamente os processos de ensino e aprendizagem da História, ou seja, os processos de formação de indivíduos, grupos e sociedades

De acordo com Rüsen (2011a, p. 32), “A didática da história analisa agora toda as formas e funções do raciocínio e conhecimento histórico na vida cotidiana, prática”, incluindo o papel da história na opinião pública e as representações nos meios de comunicação. Entre os focos do campo da Didática da História, interessa-nos particularmente refletir sobre a natureza, função e importância da consciência histórica, a partir de uma perspectiva de gênero, pois analisar o lugar da história em jornais feministas implica olhar para essas questões de uma nova maneira.

Para compreender a produção de conhecimento histórico é necessário pensar o conhecimento também a partir de uma epistemologia feminista, exercício que inevitavelmente nos leva a questionar o direito a produção de saberes, bem como a sua legitimação levando em consideração as questões de gênero. Para María Luisa Femenías (2017), a epistemologia feminista questiona os filtros teóricos tradicionais marcados pela ideologia patriarcal que constrói “objetos” e “fatos culturais” como naturais, coerentes, consistentes e ontologicamente sólidos, a fim de problematizar a injusta situação geral das

mulheres, apontar as causas dessa situação, articular propostas teóricas alternativas que ofereçam uma possibilidade de mudança e desenvolver uma imaginação feminista, teórica e prática, para a construção de uma sociedade em que todos se beneficiem por igual.

Considerando que a imprensa feminista pode oferecer elementos para compreender o feminismo como pensamento e movimento social, é possível inferir que os jornais feministas são fontes e objetos de investigação histórica privilegiados para o estudo dos movimentos feministas. Tais fontes nos dão indícios para responder a perguntas como: qual a importância da história para o feminismo, enquanto pensamento e movimento? Como as feministas usaram a história para legitimar os feminismos e contestar os ideais de feminilidade, o racismo e a heterossexualidade como norma? Sendo assim, interessa-nos compreender a importância da história para tais publicações feministas e a forma como o passado foi mobilizado e significado em discursos da imprensa feminista. Para tanto, foi necessário problematizar as imagens e narrativas difundidas nos jornais, entendidas como parte de disputas discursivas e políticas, a partir da categoria de gênero, articuladas às questões de raça, classe e sexualidade.

Essas questões são muito oportunas em um contexto de intensa difusão de discursos fundamentalistas sobre o gênero, baseados em falsos pressupostos biológicos e argumentos essencialistas, sobretudo a respeito das mulheres. Compreender a centralidade da dimensão histórica que constitui as relações de gênero, bem como tensionar as categorias “mulher” e “mulheres” é uma prática feminista e uma tarefa que exige pensar historicamente. Em outras palavras, é pensar a história “feministamente”, exercício que nos move para o enfrentamento do conservadorismo e de ideias racistas, transfóbicas, misóginas e lesbofóbicas que têm se fortalecido no mundo todo. Dessa forma, a história pode também ser considerada um elemento central para o questionamento do gênero e dos ideais de feminilidade. Nesse sentido, destacamos que “gênero” é entendido aqui como uma categoria construída histórica e socialmente, e imposta sobre um corpo sexuado. Esta compreensão rejeita explicitamente explicações biológicas sobre as relações de gênero, e é uma forma de indicar “construções culturais” e apontar as origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas (Scott, 1995).

Essa pesquisa surgiu da vontade de investigar como feministas latino-americanas produziam conhecimento dentro e fora das universidades, durante a década de 1980. Após o desenvolvimento de duas pesquisas de iniciação científica sobre o periódico brasileiro *Mulherio* (1981 – 1988), criamos o projeto inicial deste trabalho, cujo ambicioso objetivo era analisar a emergência do pensamento e da teoria feminista em Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Bolívia, entre as décadas de 1980 e 1990. Nossas primeiras pesquisas, apontaram a necessidade de ampliar o escopo das investigações sobre o tema, pois a produção de periódicos foi uma das principais estratégias dos movimentos feministas para promover contatos e trocas através das fronteiras nacionais do Cone Sul. Chegamos a essa conclusão a partir da análise de uma série de jornais feminista na região, em uma perspectiva global.

Sistematizamos a produção de jornais feministas na região em uma única amostra, com 13 títulos de diferentes países. O levantamento completo, disponível no apêndice deste trabalho, oferece um vislumbre da dimensão da imprensa feminista e demonstra a relevância dos jornais para os movimentos feministas locais. Uma análise mais detida das fontes permitiu identificar contatos frequentes entre feministas de quase toda a América Latina, indicando a existência de uma rede informal por meio da qual impressos e ideias circularam. Diante disso, definimos como objetivo identificar a circulação de teorias, ideias e pessoas por meio dos jornais feministas produzidos em diversos países latino-americanos.

Exemplo disso, é a publicação internacional *mujer/fempres* (1981 – 2001) que, embora não seja o foco do nosso estudo, foi consultado para uma compreensão mais acurada do estabelecimento uma rede de comunicação feita por e para mulheres latino-americanas. Por meio da revista, as chilenas Adriana Santa Cruz e Viviana Erazo consolidaram vínculos de comunicação feminista na região com a colaboração de uma equipe de correspondentes em Argentina, Peru, Brasil, Uruguai, Paraguai, Equador, Venezuela, Colômbia, Costa Rica, Porto Rico, México, República Dominicana e Bolívia. Cada edição apresenta artigos de colaboradoras de vários desses países, e muitas matérias foram reproduzidas nos demais jornais da imprensa feminista aqui abordados.

Contudo, a riqueza da produção dos movimentos feministas e a abrangência de temas e objetos da reflexão dos debates e escritos das militantes, não cabem em uma dissertação de mestrado. Tampouco podem ser devidamente investigados em um espaço curto de dois anos. Essa é tarefa para toda uma vida de pesquisa. A abundância e a pluralidade de publicações feministas encontradas também exigiram uma delimitação mais rigorosa do nosso estudo.

Devido aos limites desse trabalho, escolhemos para uma análise mais detida as publicações que mais se dedicaram a abordar questões sobre a relação entre a história e os movimentos feministas. Também privilegiamos a diversidade de perspectivas feministas, incluindo jornais de feministas negras e lésbicas. Dos 13 títulos considerados inicialmente, selecionamos como fonte e objeto de estudo os jornais brasileiros *Mulherio* (1981 – 1988), *Chanacomchana* (1981 – 1987) e *Nzinga Informativo* (1985 – 1988), e os argentinos *Brujas* (1982 – 2012) e *Cuadernos de Existencia Lesbiana* (1987 – 1996).

Esses jornais foram escolhidos como fontes e objetos centrais do nosso trabalho porque, em nossa análise, a presença de reflexões históricas se destacaram em suas páginas. Portanto, foi durante o mapeamento dos diversos jornais produzidos na região que chegamos às questões que são o foco deste trabalho. Partindo do esforço inicial do projeto, delimitamos a problemática em torno de um elemento específico: a história. A escolha do tema foi um dos caminhos abertos ainda nos primeiros momentos de desenvolvimento da pesquisa, quando identificamos a importância da história nas produções feministas. Em torno desse elemento, passamos a considerar o estudo das narrativas históricas nos jornais, algumas das quais se repetem nas fontes, como veremos.

Isso não significa que os demais títulos tenham sido completamente excluídos da investigação nesse processo, mas continuaram a ser consultados como fontes complementares durante o desenvolvimento da pesquisa. Ao longo da nossa narrativa, estes são brevemente citados, especialmente no primeiro capítulo onde apresentamos o mapeamento da imprensa feminista do Cone Sul nos anos de 1980. Consideramos que a imprensa feminista foi uma estratégia para promover o crescimento e o fortalecimento dos feminismos em toda a

região, estimulando a formação de ideias e identidades feministas, inclusive por meio da circulação das narrativas históricas analisadas. Portanto, não podemos perder de vista a dimensão global desses movimentos e dos contatos promovidos pelos jornais.

Nesse contexto, os jornais foram um dos principais canais de divulgação das ideias feministas no Brasil. O levantamento de mais de 75 títulos publicados no país após 1974, feito por Elizabeth Cardoso (2004), corrobora com essa afirmação. A imprensa feminista foi um fenômeno de fôlego e suas publicações podem ser compreendidas em duas gerações distintas, que refletem mudanças estratégicas e de interesses do movimento: a primeira, datada dos anos entre 1974 e 1980, focada nas questões de classe, e a segunda, de 1981 à década de 1990, voltada para a questão de gênero (Cardoso, 2004).

Mulheres brasileiras estiveram à frente das lutas contra a ditadura desde o golpe de 1964, apesar de não necessariamente organizadas em torno da identificação com o feminismo. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, grupos feministas começaram a surgir, estabelecendo alianças com grupos de mulheres, como organizações de bairro e movimentos contra a carestia, de modo que os feminismos emergem inseridos em debates de classe. Um marco importante desse processo é o fim do Ato Institucional 5 (AI-5) e a anistia política, em 1979, e o retorno de feministas brasileiras que estiveram exiladas em países como Estados Unidos e França, trazendo na mala suas experiências como integrantes de grupos de consciência e livros e publicações feministas.

Os primeiros jornais feministas criados durante a ditadura surgiram em 1970, entre eles o *Brasil Mulher* (1975 – 1980) e o *Nós Mulheres* (1976 – 1978). Eram feitos de modo artesanal, com os recursos obtidos da própria venda de exemplares, distribuídos de mão em mão por mulheres militantes da esquerda durante reuniões de grupos populares, como organizações de bairros e de donas de casa. As condições de feitura dos jornais feministas diferem muito da chamada “grande imprensa”, que conta com recursos financeiros bem mais amplos, provenientes da publicidade. Essa característica é frequentemente abordada em textos sobre a imprensa feminista, por ser uma das marcas constitutivas da imprensa alternativa.

Constituindo um nicho da imprensa alternativa brasileira, o formato teve continuidade nas décadas seguintes com uma série de novos periódicos sendo publicados no país, entre os quais selecionamos os objetos de nossa pesquisa. Em janeiro de 1981, foi publicado em São Paulo um dos primeiros boletins lésbicos-feminista brasileiros *Chanacomchana*, frequentemente vendido em bares da capital. Na mesma cidade, apenas dois meses depois surgiu o periódico *Mulherio*, mais profissional e acadêmico, distribuído de modo gratuito para grupos feministas em universidades. Em meados da década, feministas negras cariocas, decididas a documentar os movimentos de mulheres negras do país, criaram o *Nzinga Informativo*, publicação integrada a um projeto de pesquisa de história.

Esses jornais são fontes importantes da história dos feminismos no Cone Sul, e boa parte deles foram reunidos por pesquisadoras do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC) onde estão disponíveis para estudo.² Alguns impressos também podem ser acessados em formato digital. O jornal *Mulherio* está disponível integralmente no site da Fundação Carlos Chagas. O *Chanacomchana* foi disponibilizado online pelo acervo digital Bajubá. Edições do *Nzinga Informativo* podem ser acessadas digitalmente no site do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro, e também podem ser consultadas no acervo do Centro de Informação da Mulher (CIM), que desde 2023 passou a integrar o Arquivo Edgard Leuenroth (Unicamp). Neste acervo também podem ser encontradas edições de *mujer/fempres*.

Na Argentina, grupos e jornais feministas também emergiram no início dos anos de 1970. Em 1973, teve fim a ditadura que havia sido instaurada com o

² As fontes analisadas nesta pesquisa foram reunidas por integrantes do grupo, que coletaram documentos e livros, e produziram uma série de entrevistas com militantes feministas, ao longo de várias viagens pelo Cone Sul. Esse trabalho tem sido feito desde as pesquisas iniciais do laboratório, sobre a emergência dos feminismos no Brasil nos anos de 1970, enfocando a circulação de ideias, as lutas e o engajamento de homens e mulheres em diferentes movimentos sociais, a relação entre feministas e os movimentos de esquerda e de luta armada, além das experiências de clandestinidade e exílio. Aos poucos, essas histórias foram analisadas em uma perspectiva comparada com as ditaduras vivenciadas em outros países da região. Atualmente, o acervo reúne conjuntos de documentos como jornais, processos judiciais e legislações, produções acadêmicas e entrevistas, em formato físico e digital, coletados em arquivos públicos, privados e pessoais. Com o acúmulo de documentos, as pesquisadoras passaram a sistematizar, organizar e disponibilizar para consulta parte do material. Como analisam Binah Ire e Janine Gomes (2019, p. 385), “Acervos como o do LEGH são resultado de ações de organização da informação que visam tornar inteligível e utilizável o arquivo”.

golpe de 1966, e logo os movimentos feministas entraram em cena. As primeiras expressões do feminismo que emergiram no início dessa década foram de grupos de mulheres nascidas antes dos anos de 1950, que promoviam reuniões de consciência semelhantes aos do feminismo radical dos Estados Unidos.

Nesse contexto, surgiu o periódico *Persona*, criado pelo Movimiento de Liberación Feminista, em outubro de 1974. O jornal foi publicado continuamente até fevereiro de 1975, mas saiu de circulação devido a um novo golpe militar, em 1976. De acordo com Juan Besse e Catalina Trebissace (2013), o grupo responsável passou a receber ameaças da Triple A (Alianza Anticomunista Argentina) – uma organização paramilitar ligada aos órgãos do governo ditatorial – levando à sua dissolução e, conseqüentemente, ao hiato da publicação e transformações de formato e qualidade da revista.

Persona voltou a ser publicado apenas em abril 1980, quando se dá início a um novo processo de abertura democrática. Nessa década, são criados novos grupos e jornais feministas, tais como *Brujas* e *Cuadernos de Existencia Lesbiana*, que compõem nosso *corpus* documental. As organizações feministas que se formaram nesse momento possuíam diferenças marcantes comparadas às anteriores. Tratava-se de uma geração de mulheres mais jovens que se identificaram com o feminismo depois de terem feito parte de grupos de resistência à ditadura e, inclusive, de grupos armados.

Brujas pode ser consultado no acervo do LEGH e também no Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas (CeDInCI), localizado em Buenos Aires, Argentina. Os *Cuadernos de Existencia Lesbiana*, encontram-se disponíveis integral e digitalmente, no arquivo Potencia Tortillera, em uma coletânea de artigos e fontes publicado pela Libreria de Mujeres para homenagear uma de suas criadoras, Ilse Fuskova. Outras publicações feministas argentinas surgiram no período, como *Alternativa Feminista* (1985 – 1986), criado após uma dissidência do grupo editorial de *Brujas*.³

Embora seja possível identificar alguma movimentação feminista no Brasil e na Argentina ainda nos anos de 1970, há um descompasso na organização

³ Disponível no catálogo do Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas, inclusive em formato digital. As edições podem ser consultadas através do site <https://americalee.cedinci.org/portfolio-items/alternativa-feminista/>.

dos feminismos entre os dois países. Em 1975, as brasileiras aproveitaram a declaração do Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU) para impulsionar encontros e debates. Os movimentos feministas ganharam mais visibilidade e, ao mesmo tempo, passaram a ser acompanhados de maneira mais sistemática por agentes de vigilância da ditadura (Duarte, 2023). Enquanto isso, as argentinas foram forçadas a saírem de cena diante da escalada de violência com a atuação da *Triple A*. Ou seja, a emergência dos feminismos no Cone Sul não foi sincrônica e esteve condicionada ao recrudescimento ou abrandamento dos governos autoritários, pois as ditaduras afetaram diretamente suas possibilidades de mobilização e expressão na região (Pedro, 2010).

Apesar disso, os 21 anos ininterruptos de ditadura militar no Brasil (1964 – 1985) não puderam barrar a onda feminista; assim como os sucessivos golpes na Argentina, especialmente em 1966 e 1976, contiveram a maré apenas para vê-la ressurgir. A existência de movimentos organizados por mulheres e feministas foi a condição própria para a realização de jornais que tanto comunicavam os debates suscitados pelos feminismos, quanto serviam de base para a discussão bem informada a respeito das pautas e dos rumos dos movimentos, contribuindo para a formação de uma consciência feminista nas integrantes dos grupos responsáveis (Teles, 2013). Feitos e lidos por mulheres e grupos diversos, os periódicos fortaleceram os feminismos que buscavam um vislumbre da democracia, desafiando a censura dos regimes autoritários instalados na região nas décadas anteriores.

Considerando os limites impostos ao alcance e à circulação dos jornais feministas durante as ditaduras, abordamos a partir dessas fontes as conexões entre os feminismos latino-americanos, que constituem o ponto de partida da nossa investigação e estão inseridas em uma ampla articulação dos movimentos feministas latino-americanos. Por meio dos jornais feministas, muitas mulheres se encontraram. Nas reuniões coletivas dos conselhos editoriais, nas seções de troca de cartas, nas universidades, nos bares, nas ruas e nos encontros feministas onde exemplares eram vendidos. O periódico *Mulherio*, promoveu o diálogo entre pesquisa acadêmica e movimentos feministas; *Chanacomchana* tirou muitas mulheres lésbicas do isolamento imposto por uma sociedade

altamente machista e lesbofóbica, aproximando-as dos feminismos; *Nzinga Informativo* articulou mulheres negras dos movimentos negro e feminista, chamando-as para o I Encontro Nacional de Mulheres Negras.

Por outro lado, as reuniões entre feministas promoviam também a circulação de jornais. Ao longo deste trabalho, veremos a importância dos Encontros Feministas Latino-americanos e do Caribe na divulgação e circulação de impressos. Militantes e pesquisadores feministas têm destacado “[...] a interação dinâmica e mutuamente constitutiva de identidades, discursos e práticas feministas nacionais e transnacionais”, características desses espaços (Alvarez *et al.*, 2003, p. 543). Dessa forma, os encontros permitem “[...] ‘imaginar’ comunidades feministas latino-americanas, pois são cruciais para desafiar normas culturais nacionalistas masculinistas e para criar uma gramática política feminista comum (mesmo que sempre contestada)” (Alvarez *et al.*, 2003, p. 543).

Empenhadas em circular o discurso feminista, as mulheres que se reuniam em torno desses jornais também construíram bibliotecas, produziram pesquisas coletivas dentro e fora da academia, promoveram encontros e seminários, marcharam nas ruas com palavras de ordem e seus escritos políticos. Em universidades brasileiras e argentinas, as expressões “condição da mulher” e “condição feminina” começaram a ser usadas para identificar temas e objetos de pesquisa do emergente campo de “Estudos sobre a Mulher”, que deu início do que conhecemos hoje como “Estudos de Gênero”. No Brasil, os movimentos feministas criaram e impulsionaram a institucionalização do campo, processo que não se via nos estudos feministas dos países europeus (Goldberg, 1987). Na Argentina, os debates feministas também foram incorporados a importantes espaços acadêmicos e, ainda nos primeiros anos da década de 1990, universidades argentinas contavam com centros e núcleos de pesquisa sobre as mulheres (Barrancos, 2010).

Embora o campo não seja um mero reflexo do crescimento do feminismo na academia (Scott, 1992, p. 66), o surgimento de inúmeras pesquisas feministas acadêmicas em ambos países, é um dos sinais de que o movimento estimulou a emergência da história das mulheres e dos estudos de gênero. Nas universidades brasileiras e argentinas, historiadoras feministas também se dedicaram ao estudo e à escrita de uma História das Mulheres.

Sendo assim, procuramos conexões e divergências entre as editoras e colaboradoras das publicações estudadas e dos grupos de diversos países latino-americanos. Os contatos evidenciam que a emergência dos feminismos se deu em um contexto global, de modo que sua articulação foi facilitada pela circulação de jornais. Ou seja, a formação de uma imprensa feminista latino-americana nos anos de 1980, sugere que a circulação de jornais foi uma estratégia para a comunicação e o fortalecimento dos movimentos. A análise das fontes aponta a tentativa de construção de um feminismo latino-americano, com uma história em comum.

De fato, as trocas e interações estabelecidas entre as feministas foram estimuladas por experiências compartilhadas durante a resistência às ditaduras, como a militância em partidos de esquerda, grupos guerrilheiros e movimentos estudantis, a vida na clandestinidade, o exílio, a prisão e a tortura. Contudo, essas experiências foram marcadas por diferenças de raça, classe e sexualidade. Conseqüentemente, o olhar para o passado também se deu a partir de diferentes focos. As pautas dos jornais eram construídas também fora dos espaços editoriais, considerando que essas mulheres eram militantes do movimento feminista e estavam engajadas em debates construídos nas ruas, em mobilizações, e em eventos, como os Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe.

Desde 2004, pesquisadoras do Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina (LEGH/UFSC) têm produzido uma série de estudos que abordam esses e outros temas pertinentes ao estudo dos feminismos e das ditaduras no Cone Sul, partindo de uma perspectiva comparada.⁴ Nessas pesquisas, os jornais feministas têm sido amplamente analisados como fontes e objetos de estudo. Integrantes do grupo também têm elaborado investigações a partir das trocas e redes feministas, com o objetivo de analisar criticamente os desenvolvimentos do pensamento feminista, além de avaliar seus impactos em diversos campos científicos.

⁴ Ver WOLFF, Cristina Scheibe. *Políticas da Emoção e do Gênero no Cone Sul*. Curitiba: Brazil Publishing, 2021; CRESCÊNCIO, Cintia L.; DA SILVA, Janine Gomes; BRISTOT, Lidia Schneider. *Histórias de Gênero*. Verona, São Paulo: 2017; PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. *Resistências, Gênero e Feminismos contra as Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011; PEDRO, Joana Maria e WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

Ana Maria Veiga (2009) investiga a constituição de redes de informações e a construção de uma base teórica a partir do trânsito de teorias e discursos promovido por feministas brasileiras e argentinas entre 1968 e 1985. Joana Borges (2013), em sua tese de doutorado, apontou as ressonâncias e apropriações das leituras e dos livros nesses países, buscando identificar a formação de um “cânone”, a partir de livros, artigos, entrevistas e matérias da imprensa feminista publicadas entre 1960 e 1980. Maise Caroline Zucco (2014) apontou a viagem dos estudos feministas e de gênero produzidos na América Latina para o Brasil e a Argentina entre 1960 e 1990, tendo como fonte o depósito legal e periódicos feministas acadêmicos, como os argentinos *Feminaria* e *Mora*, e os brasileiros *Cadernos Pagu* e *Revista Estudos Feministas*.⁵

Apesar da indiscutível relevância e contribuição desses estudos, a riqueza da imprensa feminista a torna uma fonte inesgotável de problemas de pesquisa sobre o período a partir de uma perspectiva de gênero. Como analisa Tania Regina de Luca (2005, p. 126), o campo dos estudos de gênero se constituiu como um dos mais dinâmicos da historiografia contemporânea brasileira, colaborando para o estabelecimento de uma “[...] relação estreita entre a diversificação das temáticas historiográficas e a escolha dos periódicos como fonte de pesquisa”. Portanto, nossa proposta é investigar especificamente as relações dos movimentos feministas com a história, tema ainda não investigado de maneira mais detida a partir desses jornais.

Passo importante de nossa pesquisa foi investigar os grupos responsáveis pelos periódicos selecionados, identificando também as colaboradoras mais frequentes, além de refletir sobre a proposta dos grupos feministas ao criarem suas publicações, levando em consideração que jornais são projetos coletivos que mobilizam pessoas em torno de ideais, crenças e

⁵ VEIGA, Ana Maria. *Feminismos em rede? Uma história da circulação de discursos e informações entre São Paulo e Buenos Aires (1970-1985)*. 2009. 168 p. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009; BORGES, Joana Vieira. *Trajetórias e leituras feministas no Brasil e na Argentina (1960-1980)*. 2013. 355 p. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013; ZUCCO, Maise Caroline. *Viagens e permanências dos feminismos: o trânsito dos saberes no Eixo-Sul do conhecimento (Brasil e Argentina 1960-1999)*. 2014. 400 p. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

valores que se pretendem difundir a partir da palavra escrita (Luca, 2005). Dessa forma, cada título é analisado aqui em sua integralidade para que seja possível analisar as fontes interna e externamente, movimento necessário para dar conta da complexidade dos jornais, pois as publicações não se fecham em si mesmas.

Ao mesmo tempo, o exercício de localizar e analisar fontes complementares foi essencial para a escrita deste trabalho, visto que as publicações podem ser melhor compreendidas quando inseridas em um conjunto mais amplo. O mapeamento de jornais feministas foi um passo essencial para a nossa pesquisa, facilitando a consulta a diversas fontes. Esse esforço enriqueceu nossas análises e ampliou nossa perspectiva sobre os movimentos em um contexto global.

Ao longo desse processo, realizamos a leitura atenta e a catalogação dos jornais, selecionando matérias que discutam os temas de interesse e organizando-as em tabelas que identificam título, assinatura, assuntos relacionados e a referência completa para localização das fontes. As imagens presentes nas fontes, como desenhos de bruxas e fotografias, também foram coletadas e incorporadas ao nosso estudo. Esses foram os primeiros passos para a organização das fontes, que possibilitaram o cruzamento e a análise qualitativa e quantitativa dos temas e escritoras mais recorrentes, a fim de problematizar a origem do conhecimento produzido e divulgado pelos jornais feministas. Como foi apontado anteriormente, na maioria das vezes não se trata de textos de historiadoras acadêmicas, mas de militantes e intelectuais feministas que refletiam sobre o assunto e escreviam sobre ele a partir das suas experiências em grupos e ações feministas.

Para esse fim, contamos com as ferramentas que derivam da análise do discurso para a interpretação e a compreensão dos textos e imagens enquanto objetos simbólicos, levando em conta os sentidos produzidos e os processos de significação contidos em relação à discursividade. Dessa forma, o discurso é explorado como uma prática, ou seja, como o movimento da “língua fazendo sentido” em um trabalho de produção de significados – efeitos que constituem a própria sociedade e a história. Os materiais simbólicos, por sua vez, consistem em unidades de análise que permitem nosso acesso ao discurso, cujas

condições de produção não se encerram em seu suporte material (Orlandi, 2020).

Tais objetos simbólicos possuem uma relação direta com a noção de tempo e estão abertos à permanência e à continuidade, ao deslocamento e à transformação. Como consequência, o discurso é marcado por dispersão e possui um caráter essencialmente histórico que, por princípio, não se fecha. Vale destacar que a própria etimologia da palavra “discurso” contém as noções de movimento e percurso, sugerindo seu caráter contingente e transitivo. Isto é, palavras e imagens não têm sentido próprio e dependem de uma rede de filiação de sentidos, acionadas por um contexto sócio-histórico e ideológico, e um imediato, como as circunstâncias da enunciação.

Esse aspecto coloca em jogo as disputas discursivas a respeito do passado. Assim como a língua não está fechada em si mesma, a história e a sociedade não são independentes do fato de que elas significam, pois “Se, ao dizer, nos significamos e significamos o próprio mundo, ao mesmo tempo, a realidade se constitui nos sentidos que, enquanto sujeitos, praticamos” (Orlandi, 2020, p. 95). Por isso, buscamos em nossas fontes as práticas discursivas do movimento feminista que exploram a história, a fim de compreender como as narrativas foram empregadas para a defesa de uma visão de mundo feminista.

Organizamos este trabalho em três partes. O primeiro capítulo é dedicado às narrativas sobre a história do feminismo, muito presentes nos textos que abordam a luta pelo sufrágio e o 8 de março, que buscam apontar as contribuições do movimento feminista na garantia dos direitos das mulheres. Problematizamos as narrativas sobre a história do feminismo e a construção de marcos históricos, como é o caso do Dia Internacional da Mulher, ainda hoje envolto em controvérsias.

No capítulo seguinte, apresentamos o mapeamento de jornais feminista que circularam no Cone Sul durante a década de 1980, investigando os grupos responsáveis pelas publicações e suas ligações com a academia. Nesse sentido, é imprescindível discutir as relações entre feminismo e academia e a epistemologia feminista, bem como o papel dos periódicos na disseminação de conhecimento e divulgação de pesquisas acadêmicas no contexto tratado. Isso implica analisar ainda criticamente o público e o alcance dos jornais. Também

analisamos as reflexões das feministas que escreviam sobre as trajetórias dos próprios movimentos e grupos em que estavam inseridas, conscientes de que eram sujeitas e autoras de uma história das mulheres.

Por fim, o último capítulo foi pensado a partir de eixos temáticos relacionados a três temas da história sobre os quais as feministas escreveram nos jornais estudados: a caça às bruxas, a luta contra a escravidão e a colonização e a lesbianidade na história. Aqui exploramos a hipótese de que as feministas buscaram no passado elementos para a construção de identidades políticas marcadamente feministas, bem como para a defesa das pautas feministas.

Buscando explicar as “origens da opressão das mulheres”, era comum que as feministas apontassem a caça às bruxas como um ponto de inflexão na história, representando o controle sobre seus corpos que foi reiterado por políticas estatais de controle de natalidade e antiaborto. Além disso, a perseguição àquelas acusadas de bruxaria é compreendida como um marco da opressão e do cerceamento do conhecimento das mulheres e as bruxas como símbolos da rebeldia e do potencial subversivo das feministas.

Por outro lado, foi a ideologia racista do sistema escravocrata que deu os contornos específicos da exploração dos corpos das mulheres negras. A escravidão é o marco histórico dos debates sobre direitos sexuais e reprodutivos levantados por feministas afro-brasileiras. As figuras de ancestrais africanas e afrodescendentes que lutaram contra a escravidão também foram frequentemente evocadas como inspiração das lutas das mulheres negras.

Abordamos ainda os referenciais históricos que permearam as páginas dos jornais de feministas lésbicas, sobretudo a vida de Safo. A própria defesa do uso do termo “lésbica” para a identificação das mulheres que se relacionam afetiva e sexualmente com outras mulheres foi fundamentada na história da poeta da Ilha de Lesbos.

Como pano de fundo do debate sobre esses temas, pretendemos refletir sobre a colonização da América Latina e as respostas do pensamento feminista a este acontecimento, uma vez que a perseguição das mulheres pela Igreja Católica e a escravização da população negra estão inseridos no quadro do projeto colonial. Uma perspectiva feminista decolonial é incontornável para esta

análise. Além disso, reflexões sobre escrita feminista e História das Mulheres também foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho, assim como textos clássicos da Teoria da História e do campo dos Estudos de Gênero.

2. FAZENDO E ESCREVENDO A HISTÓRIA

2.1 HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA

Partindo da definição de feminismo por bell hooks (2018, p. 11), como “um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão”, Sara Ahmed (2017) analisa que o feminismo é necessário por causa daquilo que não acabou. Sendo assim, “A significant step for a feminist movement is to recognize what has not ended. And this step is a very hard step” (Ahmed, 2017, p. 5).⁶ Podemos dizer que a história foi importante para que as feministas argentinas e brasileiras dessem esse passo, em meados do século XX. Entretanto, a conflituosa relação das mulheres com a história não facilitou o processo.

História é uma palavra ambígua. A depender do contexto, a simples diferenciação do termo se dá com a primeira letra maiúscula ou minúscula, indicando dois sentidos distintos. A “história”, com “h” minúsculo, refere-se ao passado, como processo histórico, isto é, a história como aconteceu e que não pode ser inteiramente conhecida. Enquanto História, com “H” maiúsculo, diz respeito à interpretação que se dá a esse mesmo passado, àquilo que se escreve sobre ele, ou seja, o discurso de historiadoras e historiadores – que também chamamos de historiografia. Nesse sentido, designa a disciplina histórica como uma ciência, um corpo de conhecimento científico e especializado. Contudo, o conhecimento histórico não é construído exclusivamente a partir do discurso interno de historiadores profissionais, isso porque o conhecimento e a interpretação do passado são operações humanas que permeiam a vida cotidiana.

A profissionalização da História e a conquista de seu *status* científico pelos historiadores ao longo do século XIX fundou percepções sobre a disciplina que têm sido frequentemente questionadas. Com a crescente institucionalização da história, os historiadores perderam de vista um importante princípio: “[...] a história é enraizada nas necessidades para orientar a vida dentro da estrutura do tempo” (Rüsen, 2011a, p. 25). Isto é, a história perdeu seu sentido prático para justificar-se em si mesma, a partir da própria teoria, pensada pelos

⁶ “Um passo significativo para um movimento feminista é reconhecer o que não acabou. E esse passo é muito difícil” (Tradução livre).

historiadores em seus gabinetes e discutida entre estes nos seminários acadêmicos.

A história tem um papel importante na cultura política da sociedade e uma audiência que foi esquecida pelos historiadores do século XIX enquanto se esforçavam para tornar a história uma ciência, redirecionando-se para um pequeno grupo de profissionais e especialistas da história. Dessa forma, a ‘cientifização’ da história provocou um estreitamento consciente de perspectiva sobre os propósitos e as finalidades da história, caracterizado pela exclusão de dimensões do pensamento histórico intrínsecos à vida cotidiana da competência da reflexão histórica racional. Para Rüsen (2011a, p. 25), a história científica conduziu à sua própria “irracionalização”. Essa irracionalização fica evidente nos argumentos de historiadores do século XIX que buscavam legitimar a História por si mesma, como disciplina acadêmica, recusando a possibilidade de um uso prático ou de uma função real da história como meio para a identidade coletiva e orientação através da vida.

Antes do processo de institucionalização da história, os historiadores discutiam as regras e princípios de sua composição pensando sobre os problemas de ensino e aprendizagem. De acordo com Reinhart Koselleck (2006, p. 42), o ditado *historia vitae magistra* resumia bem a tarefa da historiografia ocidental, desde a antiguidade até o século XVIII, de modo que “Ao longo de 2 mil anos, a história teve o papel de uma escola, na qual se podia aprender a ser sábio e prudente sem incorrer em grandes erros.” Durante séculos, a expressão *historia magistra vitae* orientou a compreensão do objeto e da produção dos historiadores e perdurou quase ilesa até o século XVII. Apesar de ter sido descreditada como uma fórmula cega para a própria historiografia, a persistência da ideia de que aprendemos com o passado para não o repetir indica sua pertinência.

Para Koselleck (2006, p. 43), o uso da expressão inequivocamente sugere “uma possibilidade ininterrupta de compreensão prévia das possibilidades humanas em um *continuum* histórico de validade geral” – e isso só é possível se os pressupostos e premissas forem os mesmos. Até o século XVIII, a expressão era um indício da constância da natureza humana, e a história um instrumento de comprovação de doutrinas morais, jurídicas, políticas. A estrutura temporal

lenta e longa delimitava um espaço contínuo no qual acontecia toda a experimentação possível, com uma constância de premissas e pressupostos.

Com uma por uma nova organização da relação entre passado e futuro, o *topos* foi esvaziado e adquiriu sua própria história. A velha história [*Historie*] perdeu o sentido e “a história em si” [*die Geschichte selbst*] abriu um novo espaço de experiência, adquirindo uma qualidade temporal própria. Nesse processo, “Diferentes tempos e períodos de experiência, passíveis de alternância, tomaram o lugar outrora reservado ao passado entendido como exemplo” (Koselleck, 2006, p. 47).

Os estudos da Didática da História nos guiaram para a compreensão da recepção da disciplina e da pesquisa em História e da formação da consciência histórica, que se dá em um contexto social e histórico determinado. A emergência do campo na contemporaneidade se deu em um momento de mudança de paradigmas que, de acordo com Luiz Fernando Cerri (2017, p. 15), pode ser observado em diferentes lugares ao redor do globo, entre 1960 e 1980, quando “[...] as afirmações sobre o ensino da História são submetidas a uma crise proveniente de novas demandas sociais sobre a identidade coletiva em função do tempo”, provocando questionamentos acerca da legitimidade e relevância da história na escola e na vida.

De acordo com Rafael Saddi (2014), conflitos e choques de gerações levaram à mudança de paradigma da história na Alemanha Ocidental nos anos 1960, coincidindo com uma necessidade urgente de autorrepresentação e legitimidade dos historiadores preocupados com o campo da educação. Isso contribuiu “[...] para a formação de um novo movimento histórico comprometido com uma reflexão mais profunda e ampla sobre os fundamentos dos estudos históricos e sua inter-relação com a vida prática em geral e com a educação em particular” (Rüsen, 2011a, p. 30). Com essa nova abordagem, vislumbrando o uso da história na vida prática, a didática da história pôde se estabelecer como disciplina específica, com suas próprias questões, concepções teóricas e operações metodológicas.

A Didática da Histórica tem adquirido *status* dentro da academia, não como uma escola ou tendência do campo do ensino de história – como a educação histórica –, mas como uma disciplina que agrega os estudos do campo

do ensino de história, tais como metodologia, escola e formação de professor. Como ressalta Fernando Cerri, reconhecer a didática da história não significa aderir à Jörn Rüsen ou Klaus Bergmann, assim como ser antropólogo não significa ser guiado por Clifford Geertz ou Margaret Mead.

No Brasil, o Manual de Didática da História, de Klaus Bergmann, escrito em 1985, foi traduzido e publicado apenas em 1990 e, ainda assim, sua discussão não recebeu muita atenção de professores, professoras, pesquisadores e pesquisadoras de ensino de história do país naquele momento. A discussão sobre didática da história ganhou maior sentido quando o primeiro livro da trilogia sobre teoria da história de Jörn Rüsen foi publicado, em 2001 (Cerri, 2017). Tais estudos da Didática da História nos guiaram para a compreensão da recepção da disciplina e da pesquisa em História e da formação da consciência histórica, que se dá em um contexto social e histórico determinado.

Ambas as publicações divulgaram a virada paradigmática do conceito de didática da história, causada pela ideia de consciência histórica e são consideradas marcos da mudança paradigmática da didática da história no Brasil, levando a uma impressão errônea sobre o início da discussão no país. Para Cerri (2017), é possível identificá-la a partir do processo de redemocratização, durante a década de 1980, com a rejeição da imposição da doutrina de segurança nacional no ensino de história, cujo objetivo era garantir a passividade, a colaboração com autoridades e um patriotismo acrítico.

Conforme as formulações do alemão Klaus Bergmann (1990), a didática da história, consiste em uma disciplina científica cujo objetivo é investigar a consciência histórica, empírica e descritivamente, e regulá-la, didática e normativamente. A disciplina se justifica exatamente pelo caráter essencial de seu objeto – isto é, a consciência histórica – para a formação da autoidentidade humana e enquanto um pressuposto insubstituível para uma práxis social racionalmente dirigida. A centralidade da consciência histórica na reflexão didática aponta novos problemas sobre os quais os historiadores devem se debruçar, para além de técnicas e metodologias de ensino genéricas e do próprio espaço escolar e acadêmico. Portanto, é necessário compreender a didática da história de forma mais abrangente para imaginar as possibilidades abertas pelas

reflexões da disciplina toda a complexidade de suas possíveis áreas de investigação.

Klaus Bergmann (1990) propõe a análise de três dimensões da didática da história: reflexiva, normativa e empírica. A dimensão reflexiva diz respeito ao caráter questionador da didática da história em relação aos resultados das pesquisas históricas e seus significados, refletindo sobre a relevância destes e se merecem ser transmitidos. Esse aspecto implica a avaliação da própria elaboração da história, em suas teorias, métodos, objetos de interesse, formas de exposição, categorias, problemáticas e pressupostos fundamentais. Sua função crítica trata dos procedimentos cognitivos e categorias da Ciência Histórica, elaborados e discutidos na Teoria da Histórica, buscando saber o seu valor formativo. Essa dimensão da disciplina consiste, portanto, em uma instância necessária da reflexão e autorreflexão da própria Ciência Histórica no contexto e situação da Ciência Histórica na esfera vital, fora do ambiente escolar, considerando-se que a história acadêmica não monopoliza a produção de saberes.

A tarefa normativa, trata do que deveria ser aprendido, do estudo sistemático de todas as formas da mediação intencional e da representação e/ou exposição de História, sobretudo no ensino de História. Preocupa-se com a fundamentação da disciplina da História no ensino, no contexto histórico e social, a educação e formação intencionais nela contidas e a exposição/representação da História nas mídias e meios de comunicação. Diante disso, a dimensão normativa da história deve ser invocada para orientar o que deve ser transmitido, indicando critérios para a seleção e apresentação dos conteúdos. Portanto, a didática da história deve explicitar os pressupostos, condições e metas da aprendizagem na disciplina específica da História, bem como os métodos e as categorias didaticamente escolhidos na Ciência Histórica e as técnicas e materiais de ensino, além das várias possibilidades da representação da História, seja no ensino ou nos ambientes fora da escola (Bergmann, 1990).

Nas palavras de Bergmann (1990, p. 36), “a moderna Didática da História, antes de se dedicar às questões práticas do ensino na História, preocupa-se com a necessidade, os objetivos e as funções do ensino da História”. As reflexões sobre as questões práticas da história devem ser orientadas pelo pressuposto

da consciência história. Para Jörn Rüsen, consciência histórica é a soma das operações mentais com as quais se interpretam a experiência temporal do mundo e de si, de modo a orientar a vida prática dos sujeitos no tempo ou o grau de consciência da relação entre passado, presente e futuro.

Tratando-se da vida em um mundo necessariamente histórico, homens e mulheres agem enquanto sujeitos do tempo, produzindo uma relação de orientação com as experiências que constituem sua consciência histórica e formam sua identidade. O agente histórico deve ser pensado, portanto, em sua dimensão temporal: existem no tempo, inseridos em determinada temporalidade e com certa orientação temporal. A consciência histórica está sempre relacionada a essa experiência, sobretudo com o passado, seja em um âmbito empírico ou da narrativa. Em suma, a consciência histórica se forma na relação dos sujeitos com as imagens e narrativas refletidas sobre o passado, acessadas por via da memória, das quais não se pode escapar.

Essas experiências permitem aos sujeitos o acúmulo de uma cultura histórica, produzida por suas vivências, que é a base da consciência histórica que a forma e direciona. A cultura histórica, por sua vez, possibilita o acesso uma teia de valores e sentidos e a ação no tempo com expectativas para o futuro. O ensino de história deve agir sobre essa cultura histórica, sendo um instrumento para qualificar e aprimorar a compreensão dos processos históricos e da formação das identidades humanas ao longo do tempo, impactando a formação de perspectivas políticas, econômicas e estéticas.

Sendo assim, não basta olhar para o passado: é imperativo pensar no hoje e em sua ação para o futuro. Isso se dá por meio do estímulo da aprendizagem histórica, processo que consiste na apropriação da experiência do passado, absorvendo competências que permitem se relacionar com a experiência do passado e construir um sentido para o presente. O papel da didática da história é garantir que esse processo seja efetivo ao estabelecer uma relação entre a história e a vida, produzindo um sentido para o conhecimento histórico, na vida concreta e na consciência histórica. Neste sentido, cabe ao historiador e historiadora investigar esses processos de recepção ou transmissão de conhecimento, considerando as recepções extraescolares de

História. Vale ressaltar que, neste âmbito empírico da disciplina, a didática da história

[...] nunca está orientada numa dimensão exclusivamente descritiva, mas, pelo contrário, investiga a consciência histórica na intenção de impedir que se transmita ou amplie orientações práticas ou motivações e práticas historicamente superadas (Bergmann, 1990, p. 32).

Durante o processo de institucionalização da produção de conhecimento histórico, que definiu o perfil do historiador e os fundamentos da História como prática científica, as mulheres foram excluídas dos espaços validados como *locus* de construção do saber disciplinar historiográfico. Embora as mulheres tenham sido sujeitas e agentes da história, escrever a História foi uma tarefa designada aos homens por si mesmos, que registravam o que outros homens haviam feito e vivenciado, chamando isso de História e afirmando que tal narrativa era universal. Como consequência, produziu-se uma disciplina cuja metodologia e produção foi fortemente marcada pelo gênero.

Argumentando a universalidade da identidade e da experiência do homem europeu branco e heterossexual, a disciplina produziu a própria diferença de gênero ao mesmo tempo em que dissimulou a existência dessa dimensão. Essa presunção atuou na formulação dos métodos e do perfil do historiador profissional, definindo quem poderia ser sujeito da escrita da história. Da mesma forma, as categorias e temas foram circunscritos aos acontecimentos do campo em que atuaram os sujeitos reconhecidos como centrais na história da humanidade. Dado o caráter profundamente generificado desse processo, analisamos a relação entre as mulheres e consciência histórica, especificamente os impactos da consciência feminista nessa operação. Existe uma consciência histórica feminista? Como a consciência feminista impacta o contato com a história e a produção de sentidos para o conhecimento histórico? O que o gênero faz com a consciência histórica?

Para Gerda Lerner (2019), a tensão entre a experiência histórica real das mulheres e a sua exclusão da interpretação da história engendrou uma relação problemática e permeada de conflitos destas com a história. Para a historiadora, essa “dialética da história das mulheres” foi o que impulsionou as mulheres para o processo historiográfico, visto que somente a partir de uma análise e estudo do passado das mulheres, é que a conscientização sobre a sua subordinação

pôde ser questionada e superada. Dessa forma, a História das Mulheres tem um potencial transformador, tanto em um nível individual, quanto coletivo.

Apesar da exclusão das mulheres das instituições profissionais e do silenciamento promovido pela historiografia, muitas se empenharam em escrever história. Sendo assim, Gerda Lerner (1993) analisa como, ao longo da história, muitas intelectuais se dedicaram ao registro da história individual das mulheres, e seguiram o mesmo padrão de produção que os homens haviam criado há muito tempo. Essa produção consistia em listas de heroínas, documentação de vidas individuais e de comunidades, a interpretação de documentos a partir de um ponto de vista particular e, finalmente, nos séculos XIX e XX, a “História científica”.

Contudo, o padrão do processo de escrita da história das mulheres não foi progressivo e cumulativo ao longo das gerações, mas se deu de modo circular. Geração após geração as mulheres repetiram o que outras haviam feito antes. Somada à desvantagem educacional, a falta de conhecimento do trabalho de suas predecessoras, atrasou o progresso da consciência histórica das mulheres. Dessa forma, “[...] women had to rediscover their history over and over again” (Lerner, 1993, p. 249).⁷

Bonnie Smith (2003) analisa a produção das historiadoras amadoras europeias do século XIX, escritoras profícuas que olharam para o passado, escreveram e traduziram textos históricos, em um trabalho intelectual incessante. As amadoras realizaram diversas análises críticas sobre políticas revolucionárias e o tópico mais comum era rainhas e mulheres famosas ou nobres (dicionários, biografias), sobretudo as de influência nos espaços públicos.

Na Europa do século XIX muitas mulheres eruditas excluídas das universidades e de profissões eruditas, escreveram e venderam livros, sustentando suas famílias. Contudo, com o processo de profissionalização da História, o trabalho dessas intelectuais foi tomado como exemplo do que não deveria ser a disciplina e, posteriormente, descartado pelos novos historiadores. Muitas amadoras viviam da venda de seus escritos, mas não transformaram seu trabalho em um conhecimento profissional, com procedimentos de acordo com instituições como universidades, academias e associações profissionais.

⁷ “[...] as mulheres tiveram que redescobrir sua história repetidas vezes” (tradução nossa).

Enquanto a história amadora, analisada a partir de uma concepção moralista e do profissionalismo histórico, seria uma narrativa dramática, falha e imprecisa, e as obras comerciais e de pouca importância, a história científica passaria a se definir a partir de práticas metodológicas rigorosas, baseadas na ida aos arquivos e no treinamento em seminários, impulsionando os ânimos de diversos historiadores pela pesquisa em arquivos pelo mundo ocidental. Smith (2003) argumenta que, apesar de a generificação de tais práticas ter sido essencial para a construção dessa cientificidade, o gênero da História permaneceu não reconhecido, tornando a profissão de historiador “opressivamente masculina”.

Antes da década de 1850, a história não tinha ainda claramente um gênero, nem as mulheres intelectuais situavam-se de maneira plenamente como parte do universo feminino. Como mulheres, elas estavam além do círculo de cidadania; como intelectuais, contudo, elas próprias excluía-se ou afastavam-se das definições de feminilidade (Smith, 2003, p. 115).

Para Smith (2003), ao desprezar o amadorismo como história, assume-se uma posição ao lado do profissionalismo, que construiu a ciência história a partir do privilégio do gênero masculino sobre o feminino. Essa imposição hierárquica foi o ponto de origem do trauma historiográfico para as mulheres, perpetuado na política, na economia e na profissionalização. Além disso, a rejeição do gênero amador confirma “a natureza profundamente marcada pelo gênero e ocidentalizada da verdade histórica profissionalizada, do conhecimento e do poder institucional” (Smith, 2003, p. 150).

De modo semelhante, Maria da Glória de Oliveira (2018) aponta o apagamento do elemento gênero nas análises historiográficas brasileiras, que produz e reforça o silêncio em torno da autoria das mulheres. Criticando o foco da história intelectual no estudo dos repertórios canônicos de obras de autoria masculina, branca e europeia, destaca a contribuição da produção de escritoras não reconhecidas, como Beatriz Francisca de Assis Brandão, poeta mineira que foi a primeira e única mulher indicada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1850. Sua admissão foi vetada, deixando claro que no lugar da memória e da história nacional, não havia espaço para as mulheres.

No Brasil Império as tarefas do historiador eram delimitadas a partir de um repertório de virtudes epistêmicas, evidenciadas nos elogios biográficos

analisados pela historiadora, que destacavam o amor à verdade, a abnegação e a imparcialidade como virtudes inatas dos homens letrados, e que serviam de índices reguladores do processo de institucionalização e profissionalização da pesquisa e da escrita da história. Durante a constituição da historiografia científica, a adequação aos ideais de uma performance virtuosa do historiador garantia a credibilidade das obras. Sendo assim, o reconhecimento do trabalho historiográfico produzido por mulheres no período seria impossível, visto que eram excluídas da cidadania, não podendo se enquadrar justamente nas características definidoras do que é ser um historiador.

Essa construção do trabalho do historiador definiu ainda um rol de documentos considerados como fontes legítimas da disciplina. A percepção da figura do historiador como um intelectual homem e a ideia dos temas que deveriam ser objeto da história, sobretudo a grande política, refletiu diretamente nas possibilidades de escolhas de fonte. A história masculina era baseada em feitos de homens notáveis e na narrativa política e militar; ficava fora do estudo da vida social, artística e intelectual. Evidentemente, os “documentos oficiais” que tratam de decisões políticas de Estado, apontam muito mais o silenciamento das mulheres, que não eram representadas, visto que não eram consideradas propriamente como cidadãs durante boa parte da história.

Devido a essas condições, Lerner (1993) aponta que as mulheres não produziram um impacto significativo na História até meados do século XVIII – com a exceção de Christine de Pisan, cuja tentativa solitária de criar uma História das Mulheres caiu no esquecimento durante um longo período. Nesse sentido, a emergência do feminismo e dos estudos sobre mulheres nos anos de 1980, pode ser considerada um marco de redescoberta da história das mulheres.

Somente no final do século XX, houve uma grande ampliação no escopo da historiografia, de que fez parte a constituição do campo da História das Mulheres. A amplitude do feminismo enquanto movimento social, pensamento e discurso, provocou um impacto significativo na produção científica, sobretudo com o desenvolvimento de campos de estudos feministas. Desde então, feministas têm buscado reescrever a história, não somente incluindo as mulheres, mas também questionando a suposta naturalidade da separação das

esferas doméstica e pública. Criticando a parcialidade do conhecimento histórico, apontam a necessidade de criar outras narrativas sobre a história.

Esse novo campo de pesquisa começou a ter expressão no Brasil ainda na década de 1980, embora desde os anos 1970 muitos trabalhos de historiadoras, sociólogas e antropólogas tenham contribuído para o estudo da história a partir da categoria “mulher”. Inicialmente, o gênero foi usado como um conceito na Antropologia e nas Ciências Sociais, sendo a História a disciplina que mais tardou em incorporar a categoria, apegando-se ao sujeito universal da história (Sohiet; Pedro, 2007). Como fruto do trabalho de pesquisadoras de diferentes disciplinas, muitas produções foram feitas para contribuir para a historiografia das mulheres.

Contudo, o reconhecimento da história das mulheres não foi além do seu confinamento a um domínio separado, tampouco a sua inclusão mudou a compreensão da história. A necessidade de não apenas recontar uma história incluindo as mulheres ou escrever uma história separada e complementar, apontou a importância de rever os métodos e formular de novas perguntas. Esse esforço levou ao desenvolvimento do gênero como uma categoria de análise. O artigo de Joan Scott (1995), intitulado “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, é considerado fundante dos estudos de gênero na História.

De acordo com a historiadora, através dos séculos, os termos gramaticais têm sido usados figurativamente para evocar os traços de caráter ou os traços sexuais. Na gramática, gênero não descreve traços inerentes, mas é uma forma de classificação, um sistema de distinções, que sugere relação e possíveis distinções e agrupamentos. As feministas estadunidenses começaram a usar a palavra “gênero” em um sentido mais literal, para designar a “organização social da relação entre os sexos”, enfatizando o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo e o aspecto reacional das definições normativas da feminilidade, e indicando a rejeição do determinismo biológico implícito em termos como “sexo” e “diferença sexual”.

Para as historiadoras feministas, isso implica não somente uma nova história das mulheres, mas uma nova história que, para incluir e dar conta da experiência das mulheres, dependia do desenvolvimento do gênero como categoria de análise. As analogias com a classe e a raça eram explícitas,

sobretudo para feministas que consideravam as três categorias como cruciais para a escrita da nova história. Partindo da perspectiva de gênero, as historiadoras feministas criticaram a influência da própria disciplina histórica na elaboração da diferença de gênero, destacando a urgência em elaborar novos métodos e encontrar fontes.

Diante disso, historiadoras feministas passaram a buscar cada vez mais por formulações teóricas porque, em primeiro lugar, a proliferação de estudos de caso, na história das mulheres, exigia uma perspectiva sintética capaz de explicar experiências sociais radicalmente diferentes, continuidades e descontinuidades, permanências. Além disso, a discrepância entre a qualidade dos trabalhos sobre a mulheres e seu *status* marginal na História mostraram os limites das abordagens descritivas pouco críticas a conceitos dominantes. Ainda segundo Joan Scott (1995), as abordagens de gênero na História se dividem em duas categorias: uma essencialmente descritiva, que estuda fenômenos e realidades sem interpretar, explicar, atribuir causalidade e outra de ordem causal, que teoriza sobre os objetos e questiona como e porquê.

Durante os anos 80, o uso do termo “gênero” foi também uma estratégia para dar legitimidade acadêmica aos estudos feministas, pois sugere erudição e seriedade, visto que “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra que “mulheres”, e parece se ajustar à terminologia científica e estar dissociado da política feminista (Scott, 1995). Ou seja, “gênero” também foi usado como sinônimo de “mulheres”. Dessa forma, como aponta Maria de Oliveira (2018), os estudos de gênero contribuíram para reverter, ainda que timidamente, a invisibilidade da atividade intelectual das mulheres.

Ao mesmo tempo, a análise da mulher universal como agente ou matéria do pensamento, elaborada a partir da crítica do homem como sujeito e objeto universal e essencial, foi colocada sob suspeita. Com a dissolução do homem universal, deveria desaparecer também a sua companheira oculta: a “mulher” (Harding, 1993). Esse processo caracterizou a elaboração de teorias feministas em um momento histórico marcado pela transformação da teoria e de seus agentes.

Entretanto, como analisa Clare Hemmings (2009, p. 236), é necessário imaginar o passado feminista como uma “série de contestações e relações, e

não um processo linear de deslocamento”. No Brasil, a emergência da abordagem de gênero não significou a substituição de categorias e perspectivas teóricas por uma outra nova, mas constituiu uma complexa coincidência e interação dos usos dos termos “mulher”, “mulheres” e “gênero” (Pedro, 2011). Embora durante os anos de 1980, ainda fossem raros os usos do conceito de gênero e mais comuns os usos das categorias “mulher” e “mulheres”, as fontes revelam uma certa rejeição a discursos biologizantes e a difusão do argumento de que as relações de gênero são construções sociais e históricas passíveis de transformações.

Análises das feministas negras foram essenciais para esse processo, apontando a centralidade das categorias de raça e classe para as definições de gênero. Assim como a feminista abolicionista Sojourner Truth questionou, em 1851, “e não sou eu uma mulher?”, militantes negras brasileiras interpelaram os discursos feministas hegemônicos que ignoravam as diferenças raciais entre as mulheres. Feministas lésbicas, por sua vez, também contribuíram para a complexificação do pensamento feminista, criticando o seu não reconhecimento enquanto mulheres diante da sociedade e até mesmo das próprias companheiras de luta. Partindo da análise da heterossexualidade como uma instituição, apontavam a imposição de “papeis sexuais” como padrões de comportamento vistos como “naturais”.

Dessa forma, a teoria feminista foi e continua sendo essencial para a reflexão e o avanço do conhecimento histórico, mesmo que a disciplina tenha se mostrado especialmente resistente à incorporação dos estudos produzidos nesse campo. Ainda pesa a acusação de ser a história das mulheres uma “história militante”, portanto, não “científica”, a despeito do fato de que categorias como “classe”, “raça” e “etnia” também são tributárias de movimentos sociais. Apesar disso, como analisam Joana Maria Pedro e Elias Veras (2014), a incorporação das categorias “mulher”, “mulheres” e “gênero” proporcionaram uma renovação na historiografia brasileira, inclusive com a produção das primeiras pesquisas sobre experiências homossexuais, que constitui um elemento integrante desse movimento de reescrita da história.

Desde a década de 2000, pode-se observar uma profícua aproximação entre os estudos de gênero e os trabalhos sobre as homossexualidades no

campo da história. O levantamento de pesquisas históricas sobre o tema “[...] aponta a íntima solidariedade entre essa temática e as historiadoras ligadas à ‘História das Mulheres e das Relações de Gênero’” (Veras; Pedro, 2014, p. 98). Esse diálogo contribui para ampliar os estudos de gênero, visibilizando novos sujeitos e questionando o essencialismo.

Apesar de sua inegável importância, o discurso feminista brasileiro daquele período foi evasivo em relação a questões de raça. Para Kia Lilly Caldwell (2000), a dificuldade de feministas brasileiras em incorporar a raça em suas pesquisas está ligada à construção de uma perspectiva parcial do gênero vista como representação de uma totalidade. Isso porque os *insights* das pesquisadoras negras sobre raça e gênero passaram despercebidos, pois a intersecção entre tais categorias não era uma prioridade de pesquisa no campo naquele momento – e as mulheres negras eram uma minoria nas universidades brasileiras. A falta de pesquisas sobre gênero e raça significava que as experiências de vida das mulheres negras eram pouco estudadas (Caldwell, 2000). Ainda nos anos de 1980, a militante feminista negra Lélia Gonzalez (2020) criticava a exclusão das mulheres negras em análises feministas no país, apontando que o foco nas categorias de gênero e classe acabava por eclipsar o problema da discriminação racial:

A maioria dos textos, apesar de tratarem das relações de dominação sexual, social e econômica a que a mulher está submetida, assim como da situação das mulheres das camadas mais pobres etc. etc., não atentam para o fato da opressão racial. As categorias utilizadas são exatamente aquelas que neutralizam o problema da discriminação racial e, conseqüentemente, o do confinamento a que a comunidade negra está reduzida (González, 2020, p. 52).

Uma importante exceção foi a tese de livre docência de Heleieth Saffioti (1934 – 2010), uma das primeiras pesquisadoras brasileiras a reunir uma série de dados dispersos sobre a família, a educação das mulheres, sua participação na força de trabalho e as lutas feministas. Defendida em 1969, a tese intitulada “A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade”, investiga especificamente a discriminação contra as mulheres brasileiras, desde a colônia, a partir da dialética marxista. Em 1976 foi publicada em um livro homônimo e se tornou um marco importante do desenvolvimento do campo de “estudos sobre as mulheres” no país. O objetivo de sua pesquisa era responder por que as mulheres foram alijadas do mercado de trabalho produtivo capitalista, questionando se tal

exclusão se justifica pela necessidade de manutenção do capitalismo ou pela permanência de tradições culturais que designam o papel social da mulher como responsável pelo trabalho reprodutivo, considerando ainda a importância da categoria de raça nesse processo.

Nos últimos anos, esse cenário tem mudado de maneira significativa com a entrada de mulheres negras nas universidades do país após a implementação de políticas afirmativas, como as cotas raciais. A interseccionalidade é hoje uma questão candente no campo de estudos de gênero no país e tem estimulado a valorização de intelectuais negras profícuas cujas contribuições para os feminismos passaram despercebidas nos anos de 1980, como a própria Lélia Gonzalez. Análises de feministas negras têm sido incorporadas especialmente a partir de uma perspectiva decolonial (Veiga, 2020).

Se a história ganhou muito com trabalhos históricos baseados na teoria feminista, esta continuou avançando e complexificando os debates, tornando a discussão ainda mais sofisticada. Isso se deve especialmente ao encontro da teoria feminista com perspectivas pós-coloniais e decoloniais, gerando um campo de crítica feminista decolonial. Como apontam Cintia Lima Crescêncio e Gleidiane Ferreira (2021), os desafios colocados à história inicialmente pela historiografia das mulheres e pelos estudos de gênero, foram dobrados com as críticas decoloniais. Para as historiadoras, ainda há muito espaço para que a disciplina, ainda resistente a renovações teóricas e metodológicas, alcance e incorpore os conhecimentos produzidos nesse campo.

Tendo em vista que a ciência foi construída sobre modelos masculinos que excluem as mulheres devido a uma oposição de características consideradas masculinas e femininas, sendo estas vistas como inconvenientes para a produção científica por, supostamente, prejudicarem a objetividade dos resultados, consideramos necessário pensar a produção de conhecimento a partir das experiências das mulheres. Esse esforço exige buscar compreender o conhecimento histórico para além do discurso elaborado no interior da disciplina, nas universidades e nas salas de aula. Tratando-se de um mundo permeado por imagens e narrativas sobre a história, e considerando o conflito da relação das mulheres com a História, bem como os efeitos da consciência feminista sobre sua experiência enquanto sujeitos da história, urge compreender como as

feministas têm se apropriado do conhecimento histórico e o que produziram para corrigir as narrativas que reforçam a ideia de que elas não participaram de momentos importantes.

Na América Latina, em meados do século passado, com a agitação política feminista e uma crescente expansão da consciência feminista visível na explosão de movimentos de mulheres, estas descobriram sua história mais uma vez. Partiremos desse ponto de vista, analisando as histórias descobertas por essas sujeitas no contexto de ditaduras latino-americanas, a partir de jornais feministas. Nesse período, são significativos os esforços de produzir pequenas biografias, documentar a existência e atuação de coletivos, além de reflexões sobre a produção recente das pesquisadoras acadêmicas. Soma-se a isso, a criação e as disputas em torno de marcos históricos e uma diversidade considerável de termos, sujeitos e períodos históricos narrados. Assim, é possível dizer que houve a construção de uma consciência histórica feminista. A seguir, pretendemos analisar como esse processo se deu a partir do debate sobre a construção do dia 8 de março como um marco histórico dos feminismos.

2.2 HISTÓRIAS FEMINISTAS

Mais do que uma data comemorativa e comercial, o Dia Internacional da Mulher é um marco histórico do movimento feminista. Desde a década de 1970, o dia 8 de março tem sido marcado por grandes manifestações políticas de mulheres por todo o mundo. O dia era, acima de tudo, um dia de encontros e de organização política. Em 8 de março de 1983, as mulheres brasileiras saíram às ruas para comemorar a data histórica que ainda hoje mobiliza os movimentos feministas em todo o mundo. A cidade do Rio de Janeiro parou para ver o protesto das militantes fantasiadas de mãe extremosa, moça liberada, santa, virgem recatada, além de muitas bruxas. “A alegria e o bom humor foram a tônica da passeata que as cariocas fizeram”, escreveu Adélia Borges em matéria para o jornal *Mulherio*.⁸

Um clima de festa envolvia as feministas durante toda a semana do Dia Internacional das Mulheres, mas o momento era especialmente dedicado a debates políticos intensos sobre os rumos do feminismo, bem como por

⁸ Adélia Borges. 8 de março, 1983. *Mulherio*, São Paulo, n° 12, mar./abr., 1983, p. 24.

narrativas e reflexões históricas, trazendo à tona a história das mulheres e dos movimentos feministas. Entre organizar passeatas, comemorações e debates, dedicavam-se também a escrever uma história do movimento feminista no mundo e em seus países, realizando um balanço dos desafios e das conquistas enfrentadas no período, identificando as principais pautas e estratégias que mobilizaram os feminismos em determinada conjuntura. A partir disso, colocam em perspectiva os rumos do feminismo.

Além disso, a própria data é permeada por diversas narrativas históricas, estimulando análises sobre a história das lutas das mulheres e dos movimentos feministas. Isso porque, embora sua origem seja imprecisa, o dia 8 de março lembrava às militantes das operárias novaiorquinas que morreram em um incêndio na fábrica onde faziam greve, em 1857. O Dia Internacional da Mulher foi proposto por Clara Zetkin, sem uma data precisa, durante o II Congresso Internacional de Mulheres Socialistas, em Copenhague, 1910. De acordo com Eva Blay (2001), a instituição da data vinha sendo elaborado pelas socialistas americanas e europeias há algum tempo. Em fevereiro de 1908, mulheres socialistas estadunidenses fizeram uma manifestação que chamaram de Dia da Mulher, reivindicando direito ao voto e melhores condições de trabalho. No ano seguinte, a convocação para o Dia da Mulher reuniu cerca de 2 mil pessoas em Manhattan. Para Blay, é provável que tenha sido incorporado ao imaginário coletivo da luta das mulheres um incêndio ocorrido em 25 de março de 1911, após uma série de greves no setor de confecções e vestuário de Nova York:

O dia 25 de março de 1911 era um sábado, e às 5 horas da tarde, quando todos trabalhavam, irrompeu um grande incêndio na *Triangle Shirtwaist Company*, que se localizava na esquina da Rua *Greene* com a *Washington Place*. A *Triangle* ocupava os três últimos de um prédio de dez andares. O chão e as divisórias eram de madeira, havia grande quantidade de tecidos e retalhos, e a instalação elétrica era precária. Na hora do incêndio, algumas portas da fábrica estavam fechadas. Tudo contribuía para que o fogo se propagasse rapidamente (Blay, 2001, p. 604).

Nesse contexto, o movimento por uma organização sindical, liderado por trabalhadores judeus com experiência política sindical, agitava a cidade, com absoluta participação das mulheres. 146 pessoas morreram, sendo 125 mulheres e 21 homens, na maioria judeus. Contudo, a história que tem sido contada há décadas por feministas latino-americanas é a de que Clara Zetkin, militante socialista russa, instituiu a data para lembrar a morte das 129

operárias têxteis novaiorquinas em um incêndio provocado em uma fábrica, durante uma greve que exigia a redução da jornada de trabalho de 16 para 10 horas. Eva Blay sugere que essa confusa história disseminada sobre o 8 de março expressa velhos preconceitos: “um anti-americanismo apagava a luta de tantas mulheres, obscurecendo até mesmo suas origens étnicas” (Blay, 2001, p. 607).

Essa narrativa foi exaustivamente difundida por meio de jornais feministas publicados em países como Brasil e Argentina, durante os anos de 1980. A mesma história foi rigorosamente contada e recontada por militantes feministas, ano após ano. Apenas alguns textos apresentam pequenas inconsistências em relação ao ano do acontecimento, sendo o mais citado 1857. Algumas citam ainda um incêndio na fábrica *Cotton*, em 1908. Também é mencionado o ano de 1901. Outras variações dessa história giram em torno sobre quem teria provocado incêndio, alguns culpam os patrões e outros a polícia. Curiosamente, não há divergências sobre o número de mulheres que morreram na tragédia.

Nos últimos anos essa narrativa tem sido questionada, mas não temos o objetivo de investigar sua origem e veracidade. Para os movimentos feministas, o marco continua sendo um dia especialmente dedicado a debates e mobilizações, ainda que envolto em disputas e controvérsias. Entretanto, interessa-nos aqui debater como esse discurso se transformou em uma estratégia política dos movimentos feministas, tomando como fonte textos publicados nos jornais feministas que circularam entre Brasil e Argentina durante os anos 1980. Esses escritos buscavam contar uma história do feminismo, partindo de uma narrativa sobre o acontecimento que simbolizava as lutas feministas do período, trazendo à memória as lutas sufragistas e sindicalistas, e ainda a caças às bruxas. Entendendo-se como sujeitas dessa história, as feministas expressavam em seus textos a consciência de que estavam escrevendo e fazendo parte dessa história por meio de sua atuação política.

Para começar, a narrativa coloca em foco as mulheres trabalhadoras nas lutas da esquerda e nos feminismos. As protagonistas e vítimas do acontecimento são mulheres trabalhadoras e politicamente engajadas – e não necessariamente feministas. Dessa forma, a data facilitava a união de diferentes grupos e militantes apesar das divergências teóricas e políticas. Havia uma

intenção evidente de afirmar a história do feminismo ligada à resistência de mulheres trabalhadoras ao capitalismo e à repressão, em um contexto de frequentes tentativas de deslegitimação do movimento, acusado por setores da esquerda de ser uma articulação de mulheres burguesas que pretendiam provocar a divisão da chamada “grande luta” – isto é, a luta de classes e contra as ditaduras.

Embora os movimentos feministas tenham emergido no interior das lutas de esquerda, uma relação tensa se estabeleceu com a recusa de companheiros de esquerda em reconhecer as demandas colocadas pelas mulheres e sua atuação política, consideradas menos relevantes. Como apontam Luísa Dornelles Briggmann e Cristina Scheibe Wolff (2019), o feminismo foi retratado como um movimento pequeno-burguês importado da Europa e dos Estados Unidos, de modo a apagar as suas relações com luta contra a ditadura, bem como suas raízes nos movimentos populares. Homens militantes de organizações e grupos de esquerda brasileiros reagiram à mobilização das mulheres com estranheza e hostilidade, caracterizando o feminismo como um movimento divisionista e separatista.⁹

Em um artigo publicado na primeira edição do jornal *Mulherio*, em 1981, Maria Carneiro da Cunha apontou a importância da instituição do Dia Internacional da Mulher em homenagem às 129 operárias nova iorquinas como um símbolo da luta feminista, das sufragistas ao “novo ímpeto” do feminismo na década de 1960. Para a jornalista, o “problema das mulheres entre luta de classes e luta de mulheres” era uma questão importante desde o surgimento do movimento feminista – estimulado pela expansão do capitalismo e a absorção de um número crescente de mulheres no mercado de trabalho –, e deveria ser retomada naquele momento em que o feminismo se ampliava através de organizações populares como clubes de mães, associações de donas de casa e

⁹ Esse conflito entre os movimentos feministas e as organizações de esquerda no Brasil foi profundamente estudado por pesquisadoras do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). A pesquisa deu corpo a uma coletânea de artigos publicados no livro “Mulheres de Luta”, organizado por Cristina Scheibe Wolff, Jair Zandoná e Soraia Carolina de Mello (2019). O estudo também resultou em uma série de vídeos documentais que contam com entrevistas de militantes feministas do período, que podem ser acessados no canal do YouTube por meio do link https://www.youtube.com/playlist?list=PLKdITYoXnoNYeN9VY_cXuYa7tyNzRII-8.

movimentos de luta por creche¹⁰. A fotografia de uma mulher negra embalando uma criança (Imagem), inserida no corpo do texto, destaca as mulheres trabalhadoras como sujeitos do feminismo brasileiro, que tem como uma de suas pautas centrais a demanda por creches.

Neste artigo, a feminista elabora um histórico do Dia Internacional da Mulher no país, pois “mostra a necessidade de reflexão sobre os rumos do movimento feminista”¹¹. O título “8 de março: passado e presente de lutas” indica a própria função da história para a feminista. De acordo com o texto, ainda em 1979 comemorou-se o 8 de março no Rio de Janeiro e em São Paulo. No ano seguinte, manifestações também correram em Porto Alegre e Belo Horizonte.

Nessas narrativas, as feministas não se limitavam a contar sobre a origem do 8 de março, mas elaboravam análises mais profundas sobre a história, questionando a historiografia e o conhecimento histórico. Por isso, também traziam à tona uma série de outros momentos considerados importantes para a história das mulheres, e que foram durante muito tempo ignorados pela História. A memória das operárias incendiadas evocava a imagem das bruxas queimadas nas fogueiras dos inquisidores católicos, e que se tornaram símbolo da rebeldia feminista em meados do século XX. Para feministas brasileiras e argentinas, o 8 de março representava o legado da luta de mulheres trabalhadoras e rebeldes que, assim como as bruxas, foram queimadas por ousarem se insurgir.

Retomamos un camino que iniciaron otras mujeres a los largos de la historia: las romanas que reclamaban el uso de transportes públicos que le era negado al sexo femenino, los miles de ‘brujas’ que fueron quemadas en las hogueras de la Inquisición, los clubes de mujeres de la Revolución Francesa, las obreras de la fábrica Cotton también quemadas en 1908 (¿por qué esa insistencia de los opresores con el fuego?), las obreras textiles que dieron comienzo en un Día Internacional de La Mujer en 1917 a la insurrección que acabó con el régimen zarista ruso, las feministas de fines del siglo XIX y comienzos del XX, las mujeres del partido peronista femenino (luego rama femenina), las feministas de los años 60-70, las Madres y Abuelas de Plaza de Mayo. La lista se hace interminable. La historia de las mujeres es la historia de la opresión y de la lucha contra ella. Por eso no empezamos hoy, sólo reiniciamos un viejo camino, cuidadosamente ocultado por la historiografía oficial, rescatado por nosotras cada vez

¹⁰ DA CUNHA, Maria Carneiro. 8 de março: passado e presente de lutas. *Mulherio*. São Paulo, Brasil, mar./abr., 1981, nº 0, p. 3.

¹¹ DA CUNHA, Maria Carneiro. 8 de março: passado e presente de lutas. *Mulherio*. São Paulo, Brasil, mar./abr., 1981, nº 0, p. 3.

que la madera revolucionaria de nuestra lucha común enfrenta el fuego de la represión patriarcal.

[...]

Parece que todavía no nos ha alcanzado el fuego.¹²

Podemos analisar, a partir desse trecho, a percepção da continuidade histórica das lutas feministas, desde as caças às bruxas até aquele momento. Assim como a identificação da discriminação e da repressão contra as quais as mulheres lutam há séculos. A metáfora do “fogo da repressão patriarcal” é vista como o que tem unido as mulheres ao longo da história, em diferentes momentos e contextos. Ao mesmo tempo em que há uma percepção de que a luta das mulheres move a história, a repressão patriarcal é entendida como algo imutável e permanente. O fogo representa a violência patriarcal como uma ferramenta de repressão das mulheres rebeldes pelos homens e pelas instituições, a exemplo da Igreja Católica.

Do ponto de vista das feministas negras, outros elementos em torno da história do incêndio chamam a atenção. A narrativa do jornal carioca *Nzinga Informativo*, coloca em destaque a repressão da polícia e traz à memória uma tragédia bem mais próxima.

Nesse mesmo dia, em 1857, pela primeira vez, aconteceu uma greve só de mulheres, nos Estados Unidos. Elas eram operárias da indústria têxtil que exigiam a redução de seu horário de trabalho (trabalhavam de pé, durante 16 horas por dia). Como foram atacadas pela polícia, correram para dentro das fábricas. E o que fizeram os patrões? Fecharam os portões e atearam fogo lá dentro (e a gente se lembra logo do incêndio da Praia do Pinto, por exemplo).¹³

Localizada nas proximidades da Lagoa Rodrigo de Freitas, no bairro do Leblon, a Praia do Pinto surgiu na década de 1940, e foi uma das maiores favelas do Rio de Janeiro. Na madrugada do dia 10 de maio de 1969, as habitações foram incendiadas e o fogo durou ao longo de toda a manhã, deixando cerca de 4 mil pessoas desabrigadas. De acordo com Mauro Henrique Amoroso (2014, p. 100), “o episódio entrou para o imaginário da cidade por sua dramaticidade”.

¹² BELLOTI, Margarida. 8 de marzo hacia la unidad y organización de las mujeres. *Brujas*, Buenos Aires, Argentina, 1984, Ano 2, nº 5, p. 4-8

¹³ 8 de março: Dia Internacional da Mulher. *Nzinga Informativo*, Rio de Janeiro, Brasil, julho, 1985, Ano 1, N. 2, p. 2.

As causas do incêndio foram consideradas incertas, mas o historiador sugere que aconteceu sob condições particularmente suspeitas, especialmente em um contexto de práticas higienistas promovidas pelo governo ditatorial, como as remoções forçadas de moradores das favelas. Além disso, a favela da Praia do Pinto era situada em uma área valorizada e com alta especulação imobiliária, atraindo o interesse da Companhia de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio de Janeiro (CHISAM), criada em 1968 com o objetivo de erradicar as favelas cariocas. A instituição buscava obter verba com a concorrência de licitações para a construção de apartamentos de luxo.

8 de março era um dia de significativa aparição pública das mulheres enquanto sujeitas da política e da história. A data se tornou um momento estratégico para o protagonismo das mulheres e para colocar em foco suas lutas por direitos, sobretudo porque tais debates não tinham espaço em organizações mistas. Feministas ou não, as militantes ocupavam as ruas e organizavam eventos para fazer política a partir das perspectivas das mulheres.

Era também um momento oportuno para a apresentação de novos grupos e projetos feministas. A primeira vez que os jornais *Mulherio* e *Cuadernos de Existencia Lesbiana* saíram às ruas, por exemplo, foi em um 8 de março, em 1981 e 1987, respectivamente. Também o grupo *Asociación de Estudios de la Mujer* “25 de noviembre” divulgou o primeiro panfleto nesta data: a apresentação pública da entidade ocorreu em 1982, durante as comemorações do Dia Internacional da Mulher.

Durante a década de 1980, em países latino-americanos, a possibilidade de sair às ruas com palavras de ordem, cartazes, era um motivo para grande comemoração, após anos de ditadura. Entre os anos de 1950 e 1970, a região Cone Sul assistiu a uma série de golpes militares, que deram início a governos militares em países como Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. Com o apoio do governo estadunidense, as Forças Armadas de cada país tomaram o poder. Waldo Ansaldi (2004) destaca que houve uma coordenação supranacional das práticas de repressão e de terrorismo de Estado, apesar de importantes diferenças em outros campos, como econômico e político. Nos quatro casos houve importante participação na coordenação da Operação Condor, plano secreto de inteligência, perseguição e assassinado de opositores.

[...] las dictaduras no tienen un principio de legitimidad propio y, paradójicamente, tienden a autofundamentarse precisamente en aquello que su práctica niega, la democracia: las dictaduras se instalan, dicen los dictadores y sus intelectuales, para restaurar las democracias conculcadas por las prácticas corruptas, demagógicas y degeneradoras de los políticos, las cuales habían devenido creadoras de condiciones para la “subversión marxista”; o bien para instaurar una nueva democracia (Ansaldi, 2004, p. 41).¹⁴

Para Eva Blay, os movimentos feministas das décadas de 1960 e 1970 abalaram a hierarquia de gênero das esquerdas, e a luta das mulheres brasileiras contra a ditadura uniu, provisoriamente, as feministas e as militantes que se autodenominavam membros do “movimento de mulheres”. Mesmo antes da abertura democrática, o 8 de março as unia contra os militares e “A comemoração ocorria através da luta pelo retorno da democracia, de denúncias sobre prisões arbitrárias, desaparecimentos políticos” (Blay, 2001, p. 606).

No contexto argentino, as comemorações do Dia Internacional da Mulher também colocavam em perspectiva a trajetória dos feminismos nos países latino-americanos e no mundo. O 8 de março de 1984, foi considerado como uma nova etapa da luta pelos direitos das mulheres no país, pois marcava a primeira grande comemoração pública de movimentos de mulheres nesta data, após o fim da ditadura. Para as militantes da Asociación de Trabajo y Estudio de la Mujer (ATEM), esse momento histórico simbolizava a retomada e a continuidade das lutas feministas:

La lucha por los derechos de la mujer tiene larga historia en nuestro país, no comenzó este año. Basta con recordar a las primeras feministas, las que a principios de siglo luchaban por el sufragio femenino y los derechos civiles de la mujer. Así como nos sucedió a nosotras, también ellas fueron ridiculizadas por quienes manejan la opinión pública, pero el peso del tiempo demostró la seriedad y justicia de sus reclamos.

A partir de este 8 de marzo esta larga historia entra en una nueva etapa.¹⁵

Na Argentina, o *Estatuto para el Proceso de Reorganización Nacional*, de 24 de março de 1976, criou uma Junta Militar, integrada por um comandante de cada instituição (Exército, Marinha e Aviação), e a definiu “órgão supremo do

¹⁴ “[...] as ditaduras não têm um princípio de legitimidade próprio e, paradoxalmente, tendem a se autofundamentar precisamente naquela que sua prática nega, a democracia: as ditaduras se instalam, dizem os ditadores e seus intelectuais, para restaurar as democracias violadas pelas práticas corruptas, demagógicas e degenerativas dos políticos, que se tornaram criadoras de condições para a 'subversão marxista'; ou para estabelecer uma nova democracia” (tradução nossa).

¹⁵ ATEM 25 de noviembre. *Brujas*, Buenos Aires, Argentina, 1984, Ano 2, N. 5, P. 1. Editorial.

Estado”, com o poder de eleger o Presidente da República – que deveria ser um oficial superior – e de revogar seu mandato. A Junta Militar também concentrou poderes e funções designados a presidentes de direito, como a condução das Forças Armadas.¹⁶ Instalou-se o que foi chamado de *Proceso de Reorganizacion Nacional* – um eufemismo para dissimular a ditadura. Este governo foi o mais violento da região.

Apenas em 1983, deu-se início ao processo de abertura democrática. As feministas argentinas promoveram no ano seguinte uma grande mobilização em que pela primeira vez se comemorava o Dia Internacional da Mulher ao ar livre no país. De acordo com o editorial do periódico *Brujas*, 5 mil mulheres se reuniram na Praça do Congresso. Hesperia Berenguer analisa esse espaço como um lugar “[...] solamente TRANSITADO, pero nunca OCUPADO por Nosotras [...]; nosotras la otra mitad de la humanidad cuidadosamente ignoradas y calladas por toda la historia universal.¹⁷

Nesse mesmo ano, as mulheres uruguaias também saíram às ruas para comemorar a data publicamente pela primeira vez, em um ato que repercutiu na imprensa feminista brasileira. Embora a mobilização tenha sido proibida pelo chefe de polícia de Montevidéu, cerca de 400 militantes se reuniram aos pés da Estátua da Liberdade, de onde saiu uma marcha em favor da anistia. Logo depois, uma brigada antichoque dissolveu a manifestação.¹⁸ Dois anos depois, a publicação feminista *Cotidiano Mujer* publicou:

La prohibición era una prohibición más de las muchas que sufríamos. Pero lo nuevo estaba en lo que se conmemoraba, en la realidad de saber grupos de mujeres organizados, trabajando, rescatando las mujeres de la historia.¹⁹

Portanto, a década de 1980 foi um momento importante para as feministas latino-americanas, pois a derrocada das ditaduras militares abriu novos horizontes de expectativa. No Brasil, em meio aos preparativos das atividades de comemoração para o Dia Internacional da Mulher do ano de 1989, a feminista Maria José “Zezé” de Lima escrevia poeticamente, para a publicação

¹⁶ Entre 1930 e 1976, ocorreram no país seis golpes militares.

¹⁷ BERENGUER, Hesperia. “... El malevaje extraño nos mira sin comprender”. *Brujas*, Buenos Aires, Argentina, 1984, Ano 2, N. 5, p. 25-16.

¹⁸ NO Uruguai, pela primeira vez. *Mulherio*. São Paulo, Brasil, mai./jun., 1984, nº 16, p. 21.

¹⁹ 8 de março de 1989. *Cotidiano Mujer*. Montevidéu, Uruguai, março, 1986, nº 5, p. 9.

internacional *mujer/fempres* (1981-2000), sobre o legado e a trajetória do movimento de mulheres, como um “Manancial pequeno que, transformado em fonte, não voltará à escuridão da terra”²⁰.

Lembrando a longa luta das mulheres por cidadania, a militante usa a água como uma metáfora para a história dos movimentos feministas – que não é de todo estranha, vide o comum emprego do termo “onda feminista” para indicar a emergência dos feminismos em períodos específicos da história. Zezé de Lima compara a história do feminismo ao curso de nascentes e rios, criando uma narrativa idealista da história como progresso, que expressa o otimismo das feministas brasileiras diante da elaboração da nova Constituição, em 1988. Após um ano intenso de mobilização feminista, a Assembleia Constituinte incorporou parte das reivindicações descritas na Carta das Mulheres à Constituinte.

De nascente a arroio, que com afluentes aumenta suas águas e flui sem cessar, seguimos cavando caminhos, quebrando represas, saltado cascatas, bebendo horizontes em busca de espaços, onde traçar vida e liberdade, busca que, agora e sempre, nos faz reafirmar: somos mulheres, mananciais transformados em rios com destino ao mar. Agora orgulhosas por havermos conseguido ouvidos ávidos de escutar, ondas reunindo gotas, chuva e orvalho, criar a maré que levou à Constituição Federal, direito e mudanças socialmente já consagrados, transformando em lei 80% de nossas reivindicações²¹.

Foi também durante a década de 1980 que aconteceram os primeiros Encontros Feministas Latino-americanos e do Caribe, constituindo-se como um espaço voltado para o debate da situação do movimento feminista, bem como os rumos que deveriam tomar. De acordo com análise de feministas, os encontros foram um importante espaço de confluência dos movimentos feministas, marcados por grande diversidade de lutas políticas e localidades sociais, possibilitando a construção de significados políticos e culturais alternativos, que geralmente não ecoavam em seus países origem. Nesses encontros, as feministas se reuniam “para construir solidariedade, pensar formas inovadoras de prática política e elaborar discursos que desafiam a opressão sexual e baseada em gênero.” Tais elos internacionais e alternativos afetaram a dinâmica dos movimentos em níveis locais e nacionais, pois constituíam espaços

²⁰ LIMA, Maria José. De manancial a mar: o movimento das mulheres brasileiras. *mujer/fempres*, Rio de Janeiro, Brasil, dezembro de 1989, p. 24. Coletânea Especial.

²¹ LIMA, Maria José. De manancial a mar: o movimento das mulheres brasileiras. *mujer/fempres*, Rio de Janeiro, Brasil, dezembro de 1989, p. 24. Coletânea Especial.

transfronteiriços que refletiam e, ao mesmo tempo, reconfiguraram os discursos e as práticas dos movimentos locais, nacionais e regionais (Alvarez *et al.*, 2003, p. 543).

Esse momento também marcou a organização de grupos feministas por mulheres lésbicas e negras que chamavam a atenção para pautas que não eram debatidas com a profundidade necessária anteriormente, com uma perspectiva crítica da heterossexualidade e da raça. As críticas foram construídas ao longo da experiência de mulheres negras dentro do movimento negro e feminista e da atuação das mulheres lésbicas no movimento homossexual e feminista. Da resistência dos movimentos negros e homossexuais, essas militantes viram a necessidade de criar espaços voltados para as mulheres, com uma perspectiva feminista. Encontrando resistência também nos círculos feministas, construíram espaços e debates a partir de novas perspectivas. As feministas negras brasileiras, após o III EFLAC, decidiram promover I Encontro Nacional de Mulheres Negras. As feministas lésbicas de diversos países promoveram o I Encontro Lésbico Feminista Latino-americano e do Caribe (ELFLAC).

Inevitavelmente, os EFLACs suscitavam as diferenças entre as mulheres, que apontam para a diversidade característica dos movimentos feministas do continente. Os movimentos eram marcados por especificidades de cada país e compostos por mulheres com diferentes identidades, engajadas em vários espaços distintos (desde grupos de feministas lésbicas a sindicatos trabalhistas, movimentos dos sem-terra, organizações não-governamentais (ONGs), departamentos de estudos da mulher em universidades, organizações revolucionárias, partidos políticos e instituições governamentais).

Desigualdades de raça e classe definitivamente foram problemas graves para os feminismos latino-americanos. Isso ficou evidente durante o terceiro encontro, que aconteceu em uma Colônia de Férias do SESC, localizada em Bertioga, cidade brasileira no litoral de São Paulo, no ano de 1985. Esse evento ficou marcado por um conflito que começou quando um grupo de mulheres faveladas tentaram participar do encontro de maneira gratuita, pois não tinham dinheiro suficiente para o pagamento da taxa de inscrição, no valor de U\$S 60,00. Enquanto a comissão organizadora debatia se as mulheres poderiam participar do evento nessas condições, o grupo esperou em um ônibus

estacionado na frente do local. Ao final do dia, a decisão foi negativa e as militantes não puderam participar do evento (Alvarez *et al.*, 2003).

Esse acontecimento repercutiu na imprensa feminista e suas implicações foram debatidas em diversos jornais durante meses. No periódico argentino *Brujas*, um relatório detalhado sobre o evento foi publicado logo no mês seguinte, sob o título “Bertioga: los desafios del crecimiento”. Além de comentar e resumir a programação do encontro, como era comum na cobertura de diversos eventos por jornais feministas, a matéria dedicou longas páginas para a explanação e a análise do ocorrido. Segundo o relato das argentinas, o grupo era composto por 25 mulheres do Centro de Mulheres de Favela e Periferia do Rio de Janeiro (CEMUFJ), dentre as quais apenas 2 haviam conseguido bolsas para pagar a inscrição.

Foram as integrantes do Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras que, dois meses antes do encontro, articularam-se para providenciar as bolsas que foram direcionadas às duas militantes. Para o coletivo, o valor da taxa e o local escolhido para o evento dificultaram e inviabilizaram a ida de um grande número de mulheres, sobretudo as de baixa renda, mesmo com a possibilidade de isenção de taxa por meio das bolsas. Portanto, buscaram contatar instituições nacionais e internacionais para financiar a inscrição de algumas mulheres para participarem do encontro, bem como para custear sua estadia e alimentação durante os 4 dias de evento.²²

Ainda de acordo com as argentinas, na noite do primeiro dia, uma assembleia entre a comissão organizadora e aquelas que se opunham ao ingresso das outras 23 mulheres deu lugar a um debate acalorado. A comissão organizadora justificava que não era possível permitir a entrada do grupo sem o pagamento da taxa de inscrição visto que era uma exigência do contrato com a colônia de férias, mas explicitava seu apoio a qualquer forma de arrecadação de dinheiro para custear as inscrições do grupo – embora não pudesse ser responsável por isso. Também afirmou que o encontro era limitado, e que foi pensado para no máximo 800 participantes.²³ Por outro lado, as mulheres

²² O Nzinga e o III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe. *Nzinga Informativo*. Rio de Janeiro, Brasil, julho, 1985, nº 2, p. 4.

²³ A justificativa é plausível. Em um dos boletins de divulgação do III EFLAC, a comissão organizadora mostra sua preocupação em garantir o máximo de participação por meio da

faveladas propuseram participar apenas das atividades, enquanto dormiriam e comeriam no ônibus.

Contudo, a comissão organizadora e muitas das participantes do encontro argumentavam que a situação era orquestrada por grupos políticos brasileiros, que tinham como prática a manipulação de mulheres pobres e negras para pressionar politicamente. Para as feministas argentinas, “Esta acusación lleva implícita la idea de la incapacidad de las mujeres para pensar, actuar y elegir por nosotras mismas, tan cara a la ideología patriarcal”. Além disso, acreditavam que o problema era a expressão do crescimento e das contradições do feminismo latino-americano, bem como produto da percepção de organização dos encontros.²⁴

Uma das mulheres envolvidas, Joana Angélica, contou o ocorrido em uma entrevista publicada alguns meses depois no jornal do coletivo mencionado, o *Nzinga Informativo*. A militante analisou que o conflito mostrou a importância das discussões sobre raça e classe para o avanço dos movimentos feministas, com a efetiva participação das mulheres pobres e racializadas.

A nossa participação no Movimento Feminista só vai se dar a partir do momento que elas (as mulheres) aceitarem discutir a questão da classe e da cor. Tivemos uma experiência em Bertioga, no III Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe, em agosto passado, onde nós não entramos porque éramos pobres — tinha que pagar uma taxa de inscrição — e a maioria negra. Fizemos até um vídeo que podemos passar a qualquer momento que vocês queiram. Éramos 23 mulheres que não entramos, mas ganhamos muito porque o caso teve repercussão Internacional. É preciso retomar essa discussão da classe e da cor no próximo encontro em 1987 lá no México, e reavaliar o que aconteceu.²⁵

Esse cenário desafiava uma compreensão uniforme de questões centrais do feminismo, e colocou em foco os debates sobre a autonomia e a capacidade de inclusão dos movimentos. A questão sobre quem era feminista de verdade

busca de financiamento. Inicialmente o grupo previa o recebimento de mil pessoas, mas destacava dificuldades financeiras para o custeio do evento. A comissão conseguiu apenas um empréstimo da Fundação Ford, que garantiu a locação do espaço. Portanto, o encontro deveria ser financiado pelas participantes por meio de uma taxa de inscrição. Sendo assim, também é possível que o número máximo de participantes tenha sido reduzido para 800 pessoas. BRASIL. *III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe*. São Paulo, fevereiro de 1985, nº 2, p. 11; BRASIL. *III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe*. São Paulo, maio de 1985, nº 3, p. 1.

²⁴ AZARAF, Lilitiana. *et. al*. Bertioga: lo desafio del crecimiento. *Brujas*, Buenos Aires, Argentina, novembro, 1985, nº 9, pp. 26-36.

²⁵ Entrevista. *Nzinga Informativo*, Rio de Janeiro, Brasil, fev./mar., 1986, Ano 1, nº 3, p. 5.

mostrou que “os movimentos feministas da segunda onda na América Latina e no Caribe sempre viram as mulheres pobres e da classe trabalhadora como um alvo ou clientela-chave” (Alvarez *et al.*, 2003, p. 547). Talvez a narrativa do 8 de março não fosse suficiente para unir as diferentes militantes latino-americanas, a despeito dos esforços.

Como Lélia Gonzalez analisou ainda no início daquela década, é interessante perceber que o mês de março tem uma outra data importante, caracterizada por um grande silêncio e desconhecimento. O Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial foi estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) para lembrar o Massacre de Shaperville, que foi o desfecho brutal de uma manifestação pacífica da população negra da cidade de Shaperville, na África do Sul, em 1960. Naquele dia,

[...] policiais brancos se lançaram contra os manifestantes que participavam de um protesto pacífico contra as leis do apartheid, principalmente aquela que obriga os negros a trazerem consigo um livro de passes para que possam circular nas áreas determinadas pelos brancos. Armados de metralhadoras, os policiais atiraram contra a multidão e o resultado foram 69 negros mortos e mais 180 feridos, entre mulheres e crianças.²⁶

Com exceção de setores da comunidade negra, os movimentos não se mobilizavam na data, inclusive o movimento feminista de forma geral. Por isso, em 1984, o Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras organizou a comemoração do 8 e do 21 de março em uma única festa.²⁷

Essas discussões nos mostram a importância da história para a vida cotidiana e a formação dos sujeitos, visto que a consciência histórica é constitutiva da própria experiência humana. Sendo assim, o conhecimento histórico não pode ser resumido à produção de profissionais acadêmicos, tampouco se resume ao que é elaborado dentro dos muros da academia. A emergência de uma tímida e inicial produção da historiografia das mulheres nesse contexto de efervescência dos movimentos feministas reforça a necessidade da história para a orientação das pessoas no tempo, bem como na produção de identidades. Mesmo que houvessem poucos trabalhos científicos

²⁶ POR QUE o Dia Internacional contra a Discriminação Racial? *Nzinga Informativo*, Rio de Janeiro, Brasil, julho, 1985, Ano 1, nº 2, p. 2.

²⁷ GONZÁLEZ, Lélia. Mulher negra In: *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos*. Rio Janeiro, 2020. Zahar, p. 97.

sobre o tema, a criação de críticas e narrativas feministas sobre a história foi significativa para os movimentos feministas.

Acreditamos que a ação feminista foi o próprio agente das mudanças sociais que permitiram a abertura de um novo horizonte de expectativa, a partir da crítica da exclusão das mulheres na produção de conhecimento – e, particularmente, da escrita da história. Foi primeiramente a consciência feminista que impulsionou a luta contra a opressão e fez surgir uma consciência histórica feminista. Se a formação da consciência histórica implica a orientação dos sujeitos no tempo, a partir da cultura histórica, para as mulheres isso se dá de forma conflituosa com reconhecimento dessa situação de exclusão e até mesmo com a rejeição de métodos considerados insuficientes para a produção da história das mulheres.

Para as feministas, o processo histórico foi marcado mais por permanências de estruturas patriarcais do que por grandes mudanças. Isso é na percepção da morte das bruxas em fogueiras da inquisição e da morte das operárias incendiadas como partes de um mesmo processo. Por outro lado, essa história também é permeada de diversos movimentos contestatórios que são entendidos como o *continuum* da luta feminista.

Tais narrativas também nos mostram como a perspectiva de quem escreve a história influencia na escolha de temas e objetos da história, bem como na interpretação do passado. Enquanto as mulheres foram, durante muito tempo, ignoradas pela produção científica, marcadamente masculina, foi justamente a busca das mulheres por sua própria história que gerou e legitimou o campo da História das Mulheres e dos estudos de gênero na história, a partir do despertar de uma consciência histórica feminista.

Tudo isso era parte de um objetivo maior, que consistia em compreender as mulheres como sujeitos da produção de conhecimento. No capítulo seguinte analisamos como isso se deu, a partir de grupos e jornais feministas. As publicações feministas, além de uma estratégia de comunicação também foram instrumentos importantes para difundir conhecimento e estimular a produção das mulheres.

3. COZINHA DAS BRUXAS: A IMPRENSA FEMINISTA NO CONE SUL

Neste capítulo analisamos a imprensa feminista como uma das estratégias empregadas para a comunicação e a articulação dos movimentos feministas, considerando seu potencial para a construção e difusão de novas histórias sobre as mulheres. Investigando os jornais como fonte e objeto de pesquisa, analisaremos individualmente os títulos *Mulherio*, *Nzinga Informativo*, *Chanacomchana*, *Brujas* e *Cuadernos de Existencia Lesbiana*, sem perder de vista as relações entre os grupos e as publicações. A partir disso, pretendemos delinear algumas características da imprensa feminista latino-americana, sem pretender estabelecê-las de modo definitivo.

Abaixo, um quadro comparativo sistematiza as principais informações coletadas e analisadas sobre a criação e a produção dos jornais estudados. Identificamos os títulos, os grupos responsáveis pelas publicações, a cidade e o país onde foram produzidos, a periodicidade de cada jornal e o os anos em que circularam, o número de edições publicadas e a origem dos recursos usados.

Quadro 1: Sistematização das fontes e objetos de pesquisa.

Título	Grupo responsável	Cidade	Sede	Duração	Edições	Recursos	Vendas	Anúncios
Chanacomchana	Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF)	São Paulo, Brasil	Espaço cedido pela Secretaria da Cultura do Estado da São Paulo (1981–1984)	6 anos (1981–1987)	12	Autofinanciado	Vendas avulsas de mão a mão e assinaturas	Sim
Mulherio	Fundação Carlos Chagas (1981–1983); Centro de Estudos Mulherio (1983–1988)	São Paulo, Brasil	Fundação Carlos Chagas (1981–1983)	7 anos (1981–1988)	40	Fundação Ford (Nº 0-14; Nº 23-39) Conselho da Condição Feminina de São Paulo (Nº 21)	Vendas avulsas de mão a mão e em bancas de revista, assinaturas	Sim
Brujas	Asociación de Trabajo y Estudio de la Mujer “25 de noviembre”	Buenos Aires, Argentina	–	30 anos (1982–2012)	38	Autofinanciado	Vendas avulsas de mão a mão	Sim
Nzinga Informativo	Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras	Rio de Janeiro, Brasil	Associação dos Moradores do Morro dos Cabritos	3 anos (1985–1988)	5	Global Ministries of The United Methodist Church	–	Não
Cuadernos de existência lesbiana	Cuadernos de existência lesbiana	Buenos Aires, Argentina	–	9 anos (1987–1996)	17	Autofinanciado	Vendas avulsas de mão a mão e assinaturas	Sim

No apêndice há um mapeamento mais amplo da imprensa feminista, contemplando outros jornais publicados durante a década de 1980, que são apenas eventualmente citados. O fenômeno da imprensa feminista latino-americana é maior do que conhecemos, posto que é possível encontrar menções a um sem-número de publicações que não foram estudadas pela historiografia por não estarem disponíveis a pesquisadoras. Além disso, as fontes citam quantidades volumosas de jornais feministas.

Em uma matéria do jornal uruguaio intitulado *Cotidiano Mujer*, Brenda Bogliaccini calculou a existência de mais de 70 publicações feministas latino-americanas, destacando que a criação de meios de expressão e comunicação alternativos próprios foi uma das tarefas primordiais do feminismo.²⁸ Outro exemplo, é a nota publicada em *La Cacerola* a respeito do Centro de Documentação mantido pelo grupo responsável pelo jornal, que recebia regularmente 38 revistas feministas latino-americanas em 1988, descritas como “Un buen instrumento para acercarnos a la realidad de las mujeres, conocer que piensan, que sienten, que las preocupa, cuáles sus temas de reflexion [...]”.²⁹ Ou seja, os periódicos se inseriam em um conjunto de práticas feministas, consistindo em suportes que davam circulação aos conhecimentos gestados nos movimentos sociais e na academia.

Em quase todos os países do Cone Sul houve um esforço considerável de grupos feministas para construir uma mídia alternativa para as mulheres, pautada em uma perspectiva de gênero e com objetivo de comunicar as mobilizações das mulheres. Apesar dos diferentes formatos e níveis de profissionalização de cada grupo editorial, é possível apontar trocas entre os jornais, bem como algumas similaridades em suas propostas. A imprensa feminista tinha como um de seus objetivos difundir conhecimento, além de criar uma nova forma de falar sobre mulheres na imprensa, em uma perspectiva feminista, viabilizando materiais disponíveis sobre a “condição da mulher”, que envolvia as principais discussões sobre o feminismo e a busca por direitos das

²⁸ BOGLIACCINI, Brenda. Prensa alternativa en América Latina. *Cotidiano Mujer*. Uruguai, Montevidéo, junho de 1986, nº 2, p. 8.

²⁹ “Um bom instrumento para nos aproximarmos da realidade das mulheres, conhecer o que pensam, o que sentem, o que as preocupa e quais seus temas de reflexão”. CENTRO de Documentacion. *La Cacerola*, Uruguai, Montevidéo, outubro de 1988, nº 7, p. 15 (tradução nossa).

mulheres³⁰. A necessidade de divulgar pesquisas sobre o tema aponta o surgimento de pesquisas sobre as mulheres nas universidades.

Levando em consideração o fato de que naquele período não havia internet, esses jornais se mostram ainda mais primordiais para o estabelecimento da comunicação e para a disseminação dos estudos sobre as mulheres na década de 1980. A imprensa feminista foi construída com diversas iniciativas de grupos que viam a necessidade de criar veículos de comunicação alternativos para as mulheres, a fim de estabelecer contatos entre militantes e prover materiais relevantes. A publicação de trechos de livros ou até mesmo de capítulos inteiros, divididos em partes publicadas ao longo de algumas edições, era uma prática comum dos periódicos feministas. Com frequência, os grupos editoriais também construía sua própria biblioteca e, por meio dos jornais, divulgavam listas dos materiais coletados, que eram disponibilizados para consulta e cópia.

Os jornais feministas circularam entre militantes e grupos feministas de diversos países da região, estabelecendo pontos de comunicação e articulação entre os movimentos feministas por meio da escrita. Como instrumentos de mobilização política, os jornais feministas circularam entre grupos e militantes feministas, estabelecendo uma rede informal de comunicação. As publicações contêm registros de ideias, debates, pautas, leituras, estratégias e narrativas históricas que marcaram as trajetórias dos feminismos latino-americanos. Portanto, o mapeamento de uma rede de jornais e pesquisadoras feministas, levou-nos a pensar a produção de conhecimento feminista em um contexto global, com foco nos debates sobre história.

Boa parte das jornais foram influenciados pela produção de conhecimento feminista, no contexto de redemocratização e de emergência do debate e dos estudos acadêmicos sobre as mulheres. Dessa forma, a imprensa feminista dá pistas sobre a amplitude dos feminismos, enquanto pensamento e movimento social, constituindo-se em potencial fonte e objeto de investigação histórica, sobretudo em uma perspectiva de gênero e da história das mulheres. Embora a

³⁰ A expressão “condição da mulher” designava um objeto de debates do emergente campo de estudos sobre as mulheres no Brasil, que tinham como foco os temas mais vinculados ao trabalho e à família e à participação e representação das mulheres na política tradicional.

produção e a circulação de impressos não tenha sido a única estratégia de mobilização dos movimentos feministas, foi uma das mais importantes, pois a difusão de jornais contribuiu para intensificar as trocas entre os feminismos latino-americanos, bem como a construção de uma identidade feminista latino-americana.

Nesse sentido, a despeito das diferenças sociais e dos descompassos de processos semelhantes de ditaduras militares e de organização feminista, é possível partir do entrelaçamento das histórias feministas no Cone Sul. Exemplo disso, são os Encontros Feministas Latino-Americanos, analisados por Luciana Ballestrin (2020) como espaços críticos e transnacionais que fizeram parte do associativismo continental dos feminismos latino-americanos, entre 1980 e 1990. As feministas que editavam esses jornais estavam incluídas nas mobilizações em seus países e em encontros internacionais como os Encontros Feministas Latino-Americano e Caribe (EFLACs), Encontro Lésbico Feminista da América Latina e Caribe (ELFLACs) e Congressos da Organização das Nações Unidas (ONU). O fazer jornalístico feminista estava intrinsecamente ligado à sua atuação em movimentos feministas.

Trajetórias feministas na região se entrecruzam desde a década de 1970, quando os movimentos feministas irrompem mais uma vez. Nesse momento, muitas mulheres passaram a se identificar com o feminismo de formas semelhantes, como na participação em grupos de consciência ou em grupos de esquerda, enfrentando embates com companheiros de luta, em viagens ao exterior e no exílio (Pedro, 2010). Posteriormente buscaram construir seus próprios espaços e formar suas redes de solidariedade, como as reuniões intimistas dos grupos de reflexão e os grandes encontros e congressos feministas regionais, nacionais e internacionais. Em meados dos anos 80, a identificação com o feminismo também se deu a partir do envolvimento com pesquisas sobre mulheres e gênero (Pedro, 2010). Inclusive no campo da história.

Diante disso, consideramos que a própria imprensa feminista foi uma das estratégias para promover o crescimento e o fortalecimento do feminismo, facilitando a formação de identidade feminista para além de fronteiras nacionais. Esse fato pode ser observado a partir da análise de uma série de conexões

encontradas entre os jornais feministas. Um dos indícios é a coincidência de títulos, imagens e artigos da imprensa feminista que contavam histórias sobre mulheres acusadas de bruxaria.

Em 1980, o jornal feminista argentino *Persona* (1974 – 1986) declarava: “Las brujas viven hoy en el recuerdo de quienes vindicamos una cultura libertadora”.³¹ Aproximadamente três anos depois, outro grupo de feministas argentinas criou o *Brujas* (1983 – 2006). No ano seguinte, as uruguaias publicaram a primeira edição de *La Cacerola* (1984 – 1988), em uma referência direta à panela, objeto associado à cozinha e à expressão caldeirão, utensílio historicamente associado às bruxas (Crescêncio, 2016). De forma semelhante, o título boliviano *La Escoba* (1986), evocou a cotidianidade do trabalho doméstico e da vassoura, ao mesmo tempo em que propunha transformá-la “[...] em aquél otro instrumento desafiante que las brujas de antaño convirtieron em arma de combate³².

Em alguns jornais, a cozinha era uma coluna dedicada à divulgação de ações, grupos e publicações feministas. O periódico *La Cacerola*, por exemplo, mantinha colunas como “Cocina Internacional”, para divulgar os avanços dos movimentos de mulheres pelo mundo – sobretudo na América Latina –, e “Sal y Pimienta”, para difundir publicações de livros, pesquisas e outros periódicos com os quais *La Cacerola* “hace canje”. O *Mulherio* também tinha sua “Cozinha”, um lugar de criação e fortalecimento dos contatos entre feministas, por meio da divulgação de grupos e publicações das novas “bruxas” da história.

Dessa forma, a cozinha é uma metáfora para um espaço de encontro e criação de ideias feministas. Isso não implica a naturalização da domesticidade e da exclusiva responsabilização das mulheres por todo o trabalho reprodutivo e de cuidado. Há décadas, feministas têm criticado a invisibilidade do trabalho doméstico, apontado o peso da dupla jornada das mulheres e os impactos em sua produção teórica e literária.

Em uma carta às mulheres do terceiro mundo, Gloria Anzaldúa (1981) analisa as dificuldades que as mulheres do sul global enfrentam para conseguir

³¹ Brujas y mercaderas. *Persona*, Ano 1, nº 5, nov./dez., 1980, p. 31

³² EN pos de un dialogo constructivo. *La Escoba*. La Paz, Bolívia, nº 1, março de 1986, p. 1. Editorial.

escrever, e narra cenas cotidianas do ambiente doméstico que perpassam a sua escrita. A autora analisa como a dedicação ao trabalho intelectual esbarra no trabalho doméstico, que toma boa parte do tempo das mulheres:

In the kitchen Maria and Cherrie's voices falling on these pages. I can see Cherrie going about in her terry cloth wrap, barefoot washing the dishes, shaking out the tablecloth, vacuuming. Deriving a certain pleasure watching her perform those simple tasks, I am thinking they lied, there is no separation between life and writing.

The danger in writing is not fusing our personal experience and world view with the social reality we live in, with our inner life, our history, our economics, and our vision. What validates us as human beings validates us as writers (Anzaldúa, 1981, p. 170).³³

Para a escritora chicana, as dificuldades que se colocam entre as mulheres racializadas (*women of color*)³⁴ e a escrita não são apenas um obstáculo, algo que possa ser transcendido, mas um perigo que deve ser atravessado. Por um lado, o desconforto sentido durante o processo de escrita, provocado por um sentimento de inadequação diante das normas acadêmicas, faz com que as tarefas domésticas cotidianas se tornem distrações. Gloria Anzaldúa (1981) questiona por que escrever lhe causa estranheza e confessa que faz de tudo para adiar a escrita, como esvaziar o lixo ou atender a uma ligação. Por outro, o trabalho doméstico se impõe, demandando tempo e energia das mulheres.

Em *Living a feminist life*, Sara Ahmed analisa que o feminismo é tanto lição de casa (homework) quanto trabalho doméstico (housework). Ser feminista é uma lição de casa autoatribuída. E, porque não estamos em casa no mundo, temos muito trabalho para fazer, sobretudo porque também precisamos fazer o trabalho doméstico dessa casa. Em outras palavras, a tarefa é trabalho feito sobre as nossas casas e em nossas casas. Para Ahmed (2017), teoria feminista é algo que fazemos em casa.

³³ “Na cozinha, as vozes de Maria e Cherrie caem nestas páginas. Eu posso ver Cherrie andando em seu roupão, descalça lavando a louça, sacudindo a toalha de mesa, aspirando. Sentindo um certo prazer em vê-la realizar essas simples tarefas, acho que mentiram, não há separação entre a vida e a escrita. O perigo em escrever está em não fundir nossa experiência pessoal e visão de mundo com a realidade social em que vivemos, com nossa vida interior, nossa história, nossa economia, e nossa visão. O que nos valida enquanto seres humanos nos valida enquanto escritoras” (tradução nossa).

³⁴ A expressão “*women of color*” é usada para designar mulheres não brancas que vivem nos Estados Unidos, como aquelas de ascendência africana, latino-americana, indígena e asiática. O termo tem um significado político no sentido da afirmação étnica e racial.

Virginia Woolf (2014) analisa a importância da autonomia e da criação de espaços com pouca ou nenhuma influência de homens para a escrita das mulheres. Podemos pensar sobre a necessidade de “um teto todo seu”, material e metaforicamente. Para criar, as mulheres precisam de condições materiais que lhes permitam ter tempo suficiente para as horas de trabalho que a produção intelectual exige. Isso é, precisam de recursos e autonomia financeira para se dedicar a essa tarefa. Também é necessário um espaço exclusivo, que seja amplo o suficiente para expandir seu pensamento, sem a influência dos homens. “Um teto todo seu” é tanto um espaço físico quanto um lugar teórico de produção de conhecimento.

Contudo, escrevendo para as mulheres racializadas, Gloria Anzaldúa (1981, p. 172) aconselha “Forget the room of one's own – write in the kitchen [...]”.³⁵ Embora a cozinha tenha também um sentido literal para a autora chicana, propomos ver a cozinha como um lugar de enunciação teórica. Escrever sobre a imprensa feminista como a “cozinha das bruxas” é uma forma de compreender a produção dos jornais, como um espaço de criação e subversão do conhecimento, colocando as mulheres como sujeito dessa produção. A imagem da “cozinha das bruxas” deixa evidente o caráter coletivo e intencional da produção dos jornais, bem como destaca a centralidade da criação de uma identidade feminista nesse processo, baseada em imagens e narrativas históricas.

Diferente de metáforas óticas muito usadas como técnicas de linguagem para a análise da imprensa – a exemplo da ideia de que a imprensa permite *ver a verdade*, sugerindo que as fontes são um reflexo da realidade social (Capelato, 2015) –, propomos um olhar crítico e atento a disputas e aos contextos em que foram produzidos os jornais feministas, para pensar sobre a história recente dos movimentos feministas e o protagonismo das mulheres na produção de narrativas históricas. A metáfora da “cozinha das bruxas” é um contraponto à ideia de que a imprensa se constitui como uma unidade coesa, destacando as relações de poder e conflitos em torno da construção dos projetos editoriais, e questionando o produto final com um rótulo de veracidade e uma definição única

³⁵ “Esqueça um teto todo seu – escreva na cozinha [...]” (tradução nossa).

de feminismo. Como veremos, nem todas as feministas se identificavam com as bruxas.

Esses jornais, com propostas distintas, expressam os movimentos de produção e difusão do pensamento e de teorias feministas do Sul Global. Elaborados com base em debates coletivos, os impressos apontam diferentes concepções e ideias feministas. A exemplo do *Brujas*, todas as edições deveriam ser aprovadas coletivamente em uma reunião. Mesmo em jornais como o *Mulherio*, cujas membras do conselho editorial possuíam tarefas bem definidas, há uma articulação de todo o grupo para a seleção de textos e a decisão da publicação final.

Nos próximos tópicos deste capítulo, discutiremos individualmente cada um dos objetos de investigação que foram centrais para nossa pesquisa, em ordem cronológica de acordo com a data da primeira publicação. Este espaço é dedicado à análise detida dos impressos, considerando os contextos de feitura e circulação das fontes. Certamente, esse exercício implica o exame atento das propostas editoriais e dos grupos envolvidos, das formas de financiamento e das condições de feitura dos jornais. Ao decorrer da análise, observamos as diferenças, semelhanças e possíveis relações entre as fontes, e identificamos sua posição no cenário feminista latino-americano.

3.1 CHANACOMCHANA (1981 – 1987)

Chanacomchana é conhecido como o primeiro jornal lésbico publicado no Brasil.³⁶ A publicação foi criada e editada de forma independente pelo Movimento Lésbico-Feminista (MLF), em janeiro de 1981, na cidade de São Paulo. Impresso em formato tabloide, o jornal materializava quase dois anos de trabalho das militantes lésbicas que participavam do Somos: Grupo de Afirmação Homossexual, conhecido como o primeiro grupo homossexual organizado no país, fundado em 1978.³⁷ Com uma proposta crítica tanto ao movimento

³⁶ No mesmo mês em que foi publicada a primeira edição de *Chanacomchana*, também foi publicado o primeiro e único número do boletim lésbico *Iamuricumá*, no Rio de Janeiro (De Aguiar, 2017).

³⁷ As mulheres que compunham o Movimento Lésbico-Feminista e o primeiro conselho editorial do *Chanacomchana* eram Fanny, Maria Serrath, Teca, Cristina e Silvana.

homossexual, quanto ao movimento feminista, a publicação “foi um pulo do conformismo para a participação”.³⁸

Por fazer um contraponto ao discurso da igualdade entre homens e mulheres e ser um jornal especializado em lesbianidade, tema tratado de forma tímida pela primeira geração da imprensa feminista, o boletim é considerado “um ícone da reivindicação das especificidades do movimento feminista” (Cardoso, 2004, p. 97). Contudo, a ideia do jornal foi abandonada ainda na primeira publicação por falta de dinheiro e de definição da linha editorial, levando à dissolução do grupo responsável (Cardoso, 2004, p. 99).

Depois de aproximadamente dois anos do lançamento do número 0, a produção de *Chanacomchana* foi retomada por Míriam Martinho e Rosely Roth, que organizaram o Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF) após uma ruptura com o Grupo Somos. A publicação passou a ter formato de boletim, visto que este novo grupo também não tinha recursos suficientes para manter o formato inicial. O boletim era um espaço dedicado especialmente a mulheres lésbicas, feito por mulheres lésbicas, cujo objetivo era torná-lo “[...] um veículo de informação, discussão, humor, namoro, poesia e sonho para todas que o fizerem e para quem for lê-lo também”.³⁹ Ao longo de cinco anos, de dezembro de 1982 à maio de 1987, a publicação do jornal se tornou a principal atividade do GALF, que publicou o total de 12 edições. As principais colaboradoras do boletim foram Elisete, Célia, Míriam e Rosely.

Chanacomchana tinha um formato de fanzine. As matrizes eram confeccionadas de modo artesanal, com colagens de fotos, textos datilografados, desenhos feitos a mão, letras adesivas, guache, nanquim e corretivos, e depois copiados e impressos em copiadoras. A diagramação do miolo do boletim era vertical, composta por duas ou três colunas, com margens estreitas e irregulares. A publicação manteve uma média de 22 páginas por número, variando de acordo com a periodicidade e os recursos disponíveis.

³⁸ EDITORIAL. *Chanacomchana*. São Paulo, Brasil, janeiro de 1981, nº 0.

³⁹ O boletim *Chanacomchana*. *Chanacomchana*. São Paulo, Brasil, dezembro de 1982, nº 1, p. 1.

Imagem 1: Amostra de Chanacomchana



Fonte: Chanacomchana. São Paulo, Brasil, 1983, nº 2, capa e página 1. Hemeroteca Digital

Leila Miccolis – Acervo Bajubá.

Não tinha colunas fixas assinadas, e boa parte do conteúdo era composto por diversos artigos livres sobre temas como os movimentos feministas e homossexual, esporte, família, sexualidade, heterossexualidade obrigatória, relacionamentos amorosos, maternidade, saúde, aborto, cinema e desarmamento nuclear. Algumas notícias também eram publicadas. Nos últimos números do boletim, debates sobre política institucional também foram muito presentes, sobretudo no período das eleições e da instalação da Assembleia Constituinte, entre meados de 1986 à 1987. Quase todas as edições contavam com uma seção de poesia – um espaço dedicado à publicação de poemas escritos por leitoras e integrantes do grupo – e outra de cartas e correspondência – onde leitoras manifestavam interesse em trocar cartas com outras leitoras do boletim e informavam sua caixa postal.

Vendas avulsas e assinaturas eram as principais fontes de recursos para a manutenção do boletim, e a sua baixa circulação causava instabilidades em sua tiragem e periodicidade. As edições eram publicadas a cada três ou quatro meses e a quantidade de exemplares variava entre 200 e 500 cópias por edição.⁴⁰ A solidariedade e o apoio material de feministas heterossexuais também foram importantes para viabilizar a produção dos jornais. Com frequência, as impressões de *Chanacomchana* foram feitas na gráfica da Câmara Municipal de São Paulo, com as cotas parlamentares de Irede Cardoso cedidas à Rosely Roth.⁴¹

Tabela 1: Periodicidade do periódico *Chanacomchana*

Ano	Mês	Número
1981	janeiro	Nº 0
1982	dezembro	Nº 1
1983	fevereiro	Nº 2
	maio	Nº 3
	setembro	Nº 4
1984	maio	Nº 5
1984/5	novembro-janeiro	Nº 6
1985	abril	Nº 7
	agosto	Nº 8
1985/6	dezembro-fevereiro	Nº 9
1986	junho-setembro	Nº 10
1986/7	outubro-janeiro	Nº 11
1987	fevereiro-maio	Nº 12

Por outro lado, havia uma grande resistência por parte de militantes heterossexuais e grupos feministas em relação à presença das lésbicas, que foram alvos de lesbofobia mesmo entre as companheiras de movimento. A

⁴⁰ Os números foram informados por Míriam Martinho, em entrevistas concedidas em diferentes momentos para Elizabeth Cardoso (2004), que menciona uma tiragem média de 200 exemplares por edição, e Julia Kumpera (2021), que aponta uma variável de 200 a 500 impressões por número.

⁴¹ Irede Cardoso foi jornalista, escritora e militante feminista. Eleita vereadora em 1982 e reeleita em 1986, exerceu o cargo durante dez anos ligada ao Partido dos Trabalhadores (PT). No ano de 1987, candidatou-se a deputada estadual e, apesar do amplo apoio popular e de movimentos sociais, não conseguiu se eleger. Sua carreira no jornalismo também foi exitosa. Durante anos assinou a seção Feminismo na *Folha de São Paulo*, contribuiu para publicações feministas como *Mulherio* e também foi produtora de programas como *TV Mulher*, da Rede Globo, entre 1981 e 1983, e do programa *A Mulher dá o Recado*, da TV Record, entre 1985 e 1986.

rejeição à participação das mulheres lésbicas nos movimentos feministas foi, por vezes, justificada por uma suposta incompreensão das mulheres de periferia sobre a questão, como se não existissem lésbicas nos movimentos populares e houvesse nesses espaços um preconceito insuperável acerca de sua sexualidade.

Essa questão foi frequentemente debatida nas primeiras edições do boletim. Para as integrantes do GALF, a omissão da violência contra as lésbicas nos movimentos feministas demonstrava a vontade de algumas militantes em agradar os homens, além do medo de serem confundidas com lésbicas. Vale destacar, a ideia de que feministas são necessariamente lésbicas havia sido difundido por antifeministas há muito tempo, independentemente da organização de movimentos lésbico-feministas. Em uma entrevista ao *Chanacomchana*, Cida Kopcak integrante da Associação de donas de casa, aponta a presença da discussão da lesbianidade nos grupos de bairros, sobretudo depois da participação do GALF no 2º Congresso da Mulher Paulista, em 1980.⁴²

Esse evento marcou o surgimento de tensões internas no movimento feminista e com os partidos de esquerda, que disputavam a influência sobre os movimentos de mulheres, colocando em risco a autonomia destes. O embate ficou evidente durante as discussões preparatórias para o 3º Congresso da Mulher Paulista, cujas organizadoras comunicaram à imprensa que seria proibida a entrada de lésbicas no evento. A decisão partiu de militantes do Movimento Revolucionário 8 de Outubro, e ganhou o apoio de dirigentes partidários interessados em cooptar a força das mulheres organizadas.⁴³ O acontecimento provocou uma cisão dos movimentos feministas que se tornaria um marco em sua história, definindo novos rumos para o feminismo e também para a imprensa feminista (Cardoso, 2004), sobretudo em relação à importância da autonomia das mulheres e do foco nas chamadas “pautas específicas”.

Chamava-se de “pautas específicas” as demandas colocadas por feministas, tais como aborto, acesso à contracepção, igualdade salarial,

⁴² ASSOCIAÇÃO das donas de casa discute lesbianismo, aborto e... *Chanacomchana*. São Paulo, Brasil, 1983, nº. 2, p. 6-10).

⁴³ Para mais detalhes sobre esse episódio ver TELES, Maria Amélia de Almeida. A época dos congressos paulistas. In: *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios*. Alameda Casa Editorial, 2018, pp. 117-129.

coletivização do trabalho doméstico, entre outros assuntos que era vistos por militantes homens como de interesse exclusivo das mulheres. Tais discussões foram consideradas como secundárias, irrelevantes ou até mesmo divisionistas, pois acreditava-se que nada teriam a ver com a luta de classes e contra a ditadura.

Nesse cenário, nenhum outro grupo feminista discutia a lesbianidade e, conseqüentemente a “mulher lésbica” se tornou uma “especialidade” do GALF, e o boletim foi “[...] uma alternativa de leitura para as mulheres lésbicas feministas que não se viam representadas na imprensa feminista” (Cardoso, 2004, p. 100). Ainda assim, as lésbicas feministas continuaram engajadas na luta das mulheres e contribuíram grandemente para os movimentos, inclusive debatendo pautas como o aborto, em solidariedade às companheiras heterossexuais – e *Chanacomchana* é um exemplo disso. Um artigo publicado logo na primeira edição do boletim diz que a lesbianidade “É um barato porque demonstra que não estamos tão ilhadas em nossas diferenças de classe, raça ou sexualidades, a ponto de não podermos trabalhar juntas”, pois “As mulheres lésbicas são negras, brancas, mães, operarias, prostitutas, donas de casa, mas várias vezes, já nos encontramos no mesmo lugar”.⁴⁴ Para Elizabeth Cardoso, *Chanacomchana* “[...] simboliza a aproximação definitiva entre lésbicas e feministas” (Cardoso, 200, p. 99).

Contudo, a antipatia de algumas feministas pelas militantes lésbicas continuou sendo um obstáculo para sua atuação. Em um artigo do publicado no *Chanacomchana* por Miriam Martinho, lê-se que o GALF foi despejado de sua sede em dezembro de 1984, por integrantes do Centro de Informação da Mulher (CIM), organização com a qual compartilhou uma casa cedida pela Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo durante nove meses. Os argumentos usados para justificar a expulsão foram a falta de espaço, a impossibilidade de convivência entre os grupos e a ausência de participação das lésbicas-feministas em reuniões conjuntas. A militante expôs o acontecido e denunciou que a verdadeira motivação foi o heterossexismo e a velha política de interesses, visto que o GALF ocupava apenas o espaço de uma estante de livros e arquivos,

⁴⁴ O lesbianismo é um barato. *Chanacomchana*. São Paulo, Brasil, dezembro de 1982, nº 1, p. 2-3

tendo abdicado de boa parte do seu material para “caber” na sede, e que havia pouca convivência entre os grupos devido a divergências de horários – situação que também inviabilizava reuniões conjuntas.

Ainda de acordo com Miriam Martinho, a tensão entre as feministas surgiu meses antes e teria sido motivada por mudanças políticas do CIM que, segundo ela adotou uma nova postura quando passou a ser subvencionado pela Fundação Ford, em julho de 1984. No artigo, Martinho não indica com precisão quais foram essas mudanças, mas destaca que o grupo “[...] queria se ‘expandir’ e não estava nem um pouco preocupado com nossas dificuldades nem com o princípio feminista da solidariedade entre as mulheres”.⁴⁵ Mais uma vez, a autonomia dos movimentos de mulheres foi colocada em jogo, impactando decisões críticas em torno de questões políticas caras aos feminismos.

Portanto, as feministas lésbicas enfrentaram não só os problemas comuns entre os grupos que produziram jornais feministas alternativos com poucos recursos, mas também lutaram contra os entraves colocados pela lesbofobia. A discriminação prejudicou até mesmo a venda dos exemplares entre mulheres lésbicas. Em um artigo publicado há alguns anos no blog *Um Outro Olhar*, Míriam Martinho destaca que a tiragem do boletim *Chanacomchana* era de 500 exemplares, devido à quantidade mínima de impressões em *offset* “[...], mas seu escoamento, entre vendas e doações, ficava na metade disso”.⁴⁶

Rosely Roth escrevia para o boletim sobre a dificuldade de distribuir os exemplares, visto que muitas mulheres não compravam porque não tinham onde guarda-los com segurança – isto é, fora do alcance de seus familiares. Certa vez, escreveu que ao tentar vender o jornal a uma possível leitora, esta confidenciou que sua mãe “[...] andava espionando-a, mexendo nas coisas dela e que, então, não poderia levar o boletim apesar de querer”.⁴⁷ Esconder um exemplar *Chanacomchana* em casa era um risco grande demais para as lésbicas

⁴⁵ MARTINHO, Miriam. Uma história de heteror. *Chanacomchana*, São Paulo, Brasil, abril, 1985, n.º 7, p. 19

⁴⁶ MARTINHO, Míriam. *Memória Lesbiana: Míriam Martinho e o processo de produção dos boletins Chanacomchana e Um Outro Olhar*. 17 ago. 2021. Disponível em: <https://www.umoutroolhar.com.br/2021/07/memoria-lesbiana-um-raio-x-dos-boletins.html>. Acesso em 30 jan. 2023.

⁴⁷ ROTH, Rosely. GALF na Hebe. *Chanacomchana*. São Paulo, Brasil, agosto de 1985, n.º 8, p. 11.

cuja sexualidade era cuidadosamente mantida em segredo da família. O perigo de ser descoberta e sofrer punições da família causava medo – um sentimento que as colaboradoras do boletim tentavam mitigar em suas leitoras, estimulando-as à busca por autonomia e liberdade.

Em uma sociedade profundamente lesbofóbica como a em que vivemos, o medo é constante e compartilhado entre muitas mulheres que se relacionam afetiva e sexualmente com outras mulheres. Usado como ferramenta política e ideológica do Estado no contexto da ditadura militar, tornava-se ainda mais intenso, minando a potência e separando os corpos, tentando impedir a ação, o movimento e, em consequência, a transformação da realidade social (Borges, 2021). Por isso, muitas lésbicas viviam uma vida dupla e sofriam com o silêncio em torno da sua sexualidade cerceada, provocando um isolamento que *Chanacomchana* pretendia suprimir.

Mesmo neste cenário, mulheres lésbicas encontravam e promoviam seus espaços de sociabilidade, como os bares e boates frequentados por um público majoritariamente gay. Nesses locais, tomavam a liberdade de expressar sua lesbianidade e de manifestar coletivamente sua existência. O Ferro's Bar, situado próximo ao Bexiga, um dos bairros paulistas mais movimentados à noite, era um dos pontos de encontro mais conhecidos e acessados por colaboradoras e leitoras dos boletins *Chanacomchana*, que eram ali vendidos e divulgados.

Contudo, o bar ainda não era completamente seguro para suas frequentadoras, que vivenciaram diversos episódios de violência e lesbofobia, praticados por porteiros e donos do bar enquanto tentavam vender o boletim no local. No dia 19 de agosto de 1983, às nove da noite, as militantes do GALF e os companheiros do grupo Outra Coisa Ação Homossexualista passaram a distribuir em frente ao Ferro's um panfleto denunciando as agressões que as militantes estavam sofrendo. Proibidas de entrar, invadiram o bar e protestaram contra as atitudes autoritárias que ali tiveram lugar. Em um artigo para o *Chanacomchana*, a cena é narrada por Vanda:

À medida que se aproxima o histórico momento, a força estranha que já havia invadido o bar explode aos grupos de: 'entra!', 'entra!', 'entra!'.
Numa das mesas, a vereadora Irede Cardoso (do TP) discursa aos

berros sobre a luta pelas liberdades democráticas, inclusive para as lésbicas.⁴⁸

Na capa da edição de número 4 do *Chanacomchana*, há um registro do *happening* político e a comemoração de “uma vitória contra o preconceito”: o grupo poderia voltar a divulgar seu boletim no bar. O evento ficou conhecido como o “Stonewall brasileiro”, e se tornou uma parte importante da história do grupo, sendo lembrado em diversos artigos ao longo das publicações.

Imagem 2: Capa de *Chanacomchana*: Ferro's Bar.



⁴⁸ Vanda. Democracia também para as lésbicas: uma luta no Ferro's Bar. *Chanacomchana*. São Paulo, Brasil, setembro de 1983, nº 4, p. 2.

Fonte: *Chanacomchana*, São Paulo, Brasil, setembro de 1983, nº 4, capa. Hemeroteca Digital Leila Miccolis – Acervo Bajubá.

Depois do ocorrido, o Ferro's Bar se tornou um dos principais anunciantes do boletim. Os anúncios ficavam em uma coluna na última página, ao lado da seção de cartas e correspondências, e eram uma forma de angariar recursos para a publicação. Ao contrário dos casos do *Mulherio* e do *Nzinga Informativo*, financiados desde seus primeiros números, *Chanacomchana* não contou com o almejado financiamento que esperava conseguir com entidades de outros países para sua publicação em formato de jornal.⁴⁹

Imagem 3: Coluna de anúncios no jornal *Chanacomchana*

<p>CHANACOMCHANA</p> <p>* CARTAS *</p>	<p>* ANÚNCIOS *</p>
<p>Prezadas amigas do GALF,</p> <p>É com grande satisfação e alegria que lhes escrevo esta como intenção de parabenizá-las por ter recebido o meu primeiro boletim Chanacomchana do qual fiz a assinatura. Tenho a acrescentar também que esse boletim é ótimo como meio de transmissão para nós lésbicas aqui do interior que não temos oportunidade de ler tais assuntos. Através dele fiquei sabendo do que está acontecendo no mundo sobre nós lésbicas, o que antes desconhecia. (Vânia, Três Lagoas, Mato Grosso do Sul)</p>	<p>Um pacotinho do seu mundo das 12:00 até... de 38 a Domingo</p> <p>Rua Santo Antonio, 922 - Tel: 269-2492 Bairro do Birizé - Bela Vista - São Paulo</p>
<p>CORRESPONDÊNCIA</p>	<p>FERRO'S BAR RESTAURANTE - PIZZARIA R. Martinho Prado, 119 - S.P. Tels. 257-9903 - 258-0004</p>
<p>• Aurélia Diniz - Av. 12, Rua 18, Casa 12 Cohab - Anil III, São Luis, MA Cep 65000</p> <p>• Conelli - Rua Noel Rosa, 20 Jd. Pinhal Guarulhos, SP Cep 07000</p> <p>• Lalinha Gomes - Rua Raimundo de Castro Maia, 95, Rio Pequeno, SP Cep 05386</p> <p>• Márcia Massara - Rua Conselheiro Moreira de Barros, 240, Santana, SP Cep 02180</p> <p>• Márcia Simões - Rua Dr. Júlio Lira 113, Taboão, PE Cep 54000</p> <p>• Marlene - Rua João Moura, 1140, Pinheiros, SP, Cep 05412</p> <p>• Marli Frank - Rua Nestor Pestana, 87, Apto. 501, São Paulo, SP Cep 01303</p> <p>• Marta - CX. Postal 7518, São Paulo Cep 01000</p> <p>• Roxana Herrera Alvarez CX. Postal 957, Maringá, PR Cep 87100</p> <p>• Zulmira Quinto - Rua Piauí, 278, Lins, SP, Cep 16400</p> <p>• Rute Maria Amorim - Rua Francisco Precioso, 74, São Paulo, SP cep 05379</p> <p>• Mônica Aparecida Pita - Rua Jufrari, 133, São Paulo, SP Cep 02469</p>	<p>FOR US - UM TOQUE DE REQUINTE NO MUNDO GAY</p> <p>CASA DE CMA - CAFE COLONIAL CIBAS E SUCOS NATURAIS - SORVETES BOLINHO DE DOCE E SALGADOS CANTINA DAS SUPIAS - HORQUETA BARBANTE DAS 1300 AS 2300 - FECHA 27 Moema - AV. CIBERAS, 416 - F. 9443000 preço promocional - Cr\$ 7000,00</p>
	<p>GALF OFERECE OS SEQUENTES TEXTOS (TRADUÇÕES):</p> <p>1) PAPEIS DE GERALDO L. RUESTRO DAS IDENTIDADES, ROSELY R. R. R\$ 500,00</p> <p>2) A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE DE UM GRUPO DE MULHERES LÉSBICAS FLUMINISTAS, ROSELY R. R. R\$ 500,00</p> <p>3) ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O LESBIANISMO COMO POSTURA REVOLUCIONÁRIA, IRGENTE HOMOSEXUAL DE AÇÃO REVOLUCIONÁRIA (PARTE I), Publicado em Barcelona, ESPANHA, R\$ 500,00 - TRADUÇÃO</p> <p>4) FANCHAS E LADIES, COURAGE SEXUAL NOS ANOS SUBCULT-PEM RELATIONSHIPS, SEXUAL COURAGE IN THE 1950s, JOAN NESTLE, R\$ 500,00 - TRADUÇÃO, CX. P. 62, G. 16, S.P.</p>
	<p>PARTICIPARAM DESTA Nº : MARIA LUISA, MIRIAM E ROSELY, COLABORADORAS: LEDA E RUTE. São Paulo, novembro de 1984.</p> <p>CHANACOMCHANA</p> <p>O BOLETIM CHANACOMCHANA É UM QUINTELADEO CRIADO PARA FAVORECER DIVERSOS ASPECTOS DA VIDA LÉSBICA - DO BOM DIA - TEMOS REFERÊNCIAS DE FÉRIAS, COMO UMA MANEIRA GERAL DE SE RELACIONAR COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS AUTÔNOMOS DO GRUPO LÉSBICO E PUBLICADO POR LUIZA J. J. LÉSBICA FEMINISTA (GALF) COM O ANO 1983. É UM DESENVOLVIMENTO REALIZADO JUNTO À MULHERES LÉSBICAS NO SENTIDO DE INFORMAR-LAS E CONSCIENTIZÁ-LAS DE SEUS DIREITOS E DA IMPORTÂNCIA DA LUTA CONTRA A DISCRIMINAÇÃO QUE SOFREM TAMBÉM AS MULHERES.</p> <p>NOSSO PRINCIPAL OBJETIVO, COM O CHANACOMCHANA, É SUBSTITUIR O MÚLTIPO DE PUBLICAÇÕES QUE ENVOLVEM A LUTA DE MULHERES LÉSBICAS, CRIANDO UMA REDE DE CONTATO, INFORMAÇÕES E APOIO NO BRASIL e no exterior.</p> <p>CHANA AND CHANA DO GALF CHANA AND CHANA DO GALF CEP 01000 - SP SÃO PAULO - BRASIL</p>

⁴⁹ EDITORIAL. *Chanacomchana*. São Paulo, Brasil, abril de 1985, nº 7, p. 1

Fonte: *Chanacomchana*. São Paulo, Brasil, nov./jan., 1985, nº 6, p. 13. Hemeroteca Digital Leila Miccolis – Acervo Bajubá.

Chanacomchana expressa mais diretamente sua relação com a história. A possibilidade da abolição da heterossexualidade obrigatória é um ponto fundamental que estabelece um desejo de futuro, ancorado na mudança da realidade presente, perspectivada com o passado e o reforço do sistema patriarcal. Além disso, chama a atenção a edição de aniversário do boletim, de maio de 1983, cuja capa destaca “GALF: A história de um grupo de mulheres lésbicas”. A publicação traz um texto, assinado por Miriam, de 10 páginas dedicadas a contar a história do grupo e suas relações com os movimentos feministas e homossexuais.

Apesar das dificuldades financeiras, o grupo responsável manteve um esforço permanente de manter contato com grupos do exterior por outros meios, reunindo materiais sobre feminismo e mulheres lésbicas. A construção de uma biblioteca com materiais sobre mulheres foi uma das principais tarefas do Grupo Ação Lésbica Feminista. As trocas com outros grupos lésbico-feministas do exterior eram constantes, e ficam evidente pela consistente divulgação de materiais em seções do jornal sobre livros e bibliografia. Todos esses materiais eram disponibilizados para que militantes e pesquisadoras interessadas pudessem consultar e levar uma cópia. Em um depoimento publicado no boletim, Célia, uma das integrantes do grupo, escreve:

[...] que mesmo com poucos recursos financeiros – próprio de um grupo do Terceiro Mundo – procura manter contato e obter informações de outros grupos e pessoas do país e do exterior. E não faz isso à procura de “status”, mas para que uma maior reflexão obtida através das informações a que temos acesso, possamos alcançar resultados cada vez mais satisfatórios.⁵⁰

Somente em 1987, o grupo teria conseguido algum apoio financeiro externo. Míriam Martinho comunicou, na última edição do boletim, a associação do Grupo de Ação Lésbica Feminista à Organização Gay e Lésbica Internacional (ILGA), com o patrocínio do coletivo sueco RFSL-Malmö, por meio do Projeto Gêmeos. O projeto foi uma proposta apresentada pelo Movimento Homossexual

⁵⁰ Célia. Depoimento II. *Chanacomchana*. São Paulo, Brasil, maio de 1983, nº 3. Edição de aniversário.

e Lésbico do Peru, e sugeria que organizações europeias contribuísem com grupos gays e lésbicos latino-americanos, com o pagamento da cota anual para a associação desses movimentos à organização internacional. Também previa a troca de informações e materiais entre os “gêmeos” e estimulava possíveis ações conjuntas.⁵¹

Chanacomchana foi publicado pela última vez em maio daquele ano. As atividades do Grupo de Ação Lésbica Feminista continuaram, com uma nova publicação chamada Um Outro Olhar, editada em formato de revista com periodicidade bimestral. Um site de mesmo nome é mantido atualmente por Míriam Martinho, que compartilha seus arquivos e memórias no “magazine virtual” do grupo.⁵²

3.2 MULHERIO (1981 – 1988)

Mulherio foi um jornal criado por pesquisadoras, jornalistas e militantes feministas dedicadas ao campo de estudos sobre a mulher, área de pesquisa que emergiu no Brasil durante a década de 1980. A publicação foi inicialmente sediada nas dependências da Fundação Carlos Chagas e integrava um conjunto de projetos da instituição sobre o tema, financiados em uma parceria com a Fundação Ford – entidade norte-americana que investiu amplamente em pesquisas sobre as mulheres no país. Estiveram à frente da criação do jornal as feministas Albertina Costa, Carmen Barroso e Fúlvia Rosemberg, que distribuíram sua edição de estreia para as mulheres que participavam do 3º Congresso da Mulher Paulista, evento que fez parte da programação das comemorações da capital paulista no Dia Internacional da Mulher, em 8 de março de 1981.

Antecipando críticas, o grupo justificou a escolha do título logo no primeiro editorial. A palavra “mulherio” era geralmente empregada com um sentido pejorativo e muito associada a histeria, gritaria, chatice, fofoca ou “gostosura”.⁵³ Entretanto, o jornal questionava: “qual é a palavra relacionada à mulher que não

⁵¹ MARTINHO, Míriam. Em movimento. *Chanacomchana*. São Paulo, Brasil, fev.-mai., 1987, n° 12, p. 23.

⁵² Disponível em: <https://www.umoutroolhar.com.br/>. Acesso em 03/02/2023.

⁵³ De fato, a escolha do nome foi muito criticada após o lançamento do jornal. Em uma carta ao grupo, publicada ainda na segunda edição, leitoras escreveram dizendo que “o nome do jornal é horroroso” e sugeriam a mudança do título. *MULHERIO*. São Paulo, Brasil, mai./jun., 1981, n° 1, p. 1. Cartas.

tem essa conotação?”. Propondo uma nova definição, *Mulherio* se definia como nada mais do que “as mulheres” ou “uma grande porção de mulheres”. E conclui:

É o que somos, é o que este jornal será. Sim, nós vamos nos assumir como o *Mulherio* e, em conjunto, pretendemos recuperar a dignidade, a beleza e a força que significam as mulheres reunidas para expor e debater seus problemas. De uma maneira séria e consequente, mas não mal-humorada, sizuda [*sic*] ou dogmática.⁵⁴

Conhecido como um dos jornais mais longevos da imprensa feminista brasileira, a publicação atingiu o marco de 40 edições. A despeito de pequenas inconstâncias e variações, sua estrutura foi mantida com artigos, notas, reportagens, seção de pesquisas, seção de leitura, seção de cultura (cinema, música, teatro, etc.) e seção para divulgação de grupos feministas. Embora as publicações contassem com uma variedade de temas, cada edição colocava em destaque uma questão, acompanhando os debates dos feminismos no momento, como violência, política institucional, creche, planejamento familiar, eleições, constituinte, entre outras.

Diferente das demais publicações investigadas neste trabalho, o *Mulherio* contou com uma equipe profissional e remunerada desde o início, graças ao vínculo com as fundações mencionadas acima. O conselho editorial foi formado por feministas que são ainda hoje muito conhecidas por sua atuação política e acadêmica, como Carmen Barroso, Carmen da Silva, Cristina Bruschini, Elisabeth Souza Lobo, Eva Alterman Blay, Fúlvia Rosemberg, Heleieth Saffioti, Lélia Gonzalez, Maria Carneiro da Cunha, Maria Moraes, Maria Malta Campos, Maria Rita Kehl, Maria Valéria Junho Pena, Marília de Andrade, Mariza Corrêa, Ruth Cardoso e Adélia Borges (jornalista responsável). Além disso, as primeiras edições contaram com a editora de arte Marlene Rodrigues, a ilustradora Miriam Tanus, e as colaboradoras Danda Prado, Leda Beck, Leny Silverstein, Marisa Figueiredo, Albertina de Oliveira Costa, entre outras.

De acordo com a primeira edição do jornal, a ideia inicial das pesquisadoras foi elaborada anos antes de sua publicação, e consistia na criação de um boletim noticioso que pudesse ser usado para suprir a falta de articulação nacional do emergente campo de pesquisa sobre as mulheres, promovendo “o intercâmbio entre as diversas instituições e pesquisadores

⁵⁴ POR QUE *Mulherio*? *Mulherio*. São Paulo, Brasil, mar./abr., 1981, nº 0, p. 1.

voltados ao tema”.⁵⁵ Essa proposta foi logo ampliada, e o público alvo passou a incluir também os grupos de mulheres que estavam se multiplicando por todo país. Para o *Mulherio* faltava um canal onde as mulheres organizadas pudessem não apenas trocar experiências, mas também encontrar resultados de pesquisas sólidas que pudessem orientar suas atividades práticas.

A proposta do jornal foi ao encontro do crescimento do número de grupos feministas no Brasil, bem como do aumento de pesquisas sobre as mulheres. Nesse sentido, preenchia a lacuna identificada na grande imprensa brasileira, que estava “descobrimo o assunto ‘mulher’, antes relegado às páginas de culinária e dicas de beleza”.⁵⁶ Portanto, o *Mulherio* se tornou um grande divulgador das pesquisas feministas, sobretudo daquelas realizadas com bolsas dos concursos da Fundação Carlos Chagas, além de diversos livros relacionados aos interesses do campo de pesquisa sobre mulheres.

De acordo com Maise Caroline Zucco (2020), a Fundação Carlos Chagas assumiu a administração financeira dos recursos da Fundação Ford no país, ofertando bolsas de pesquisas, o que promoveu o crescimento dos estudos no Brasil em um período em que o campo dos estudos sobre as mulheres estava em construção. Além disso, Mariza Corrêa (2001), uma das integrantes do Conselho Editorial do *Mulherio*, ressalta que a instituição contou com uma grande concentração de profissionais preocupadas com o tema, que constituíam o Departamento de Pesquisas Educacionais, sob a direção da psicóloga Carmen Barroso, também integrante do jornal.

Debater “todos os assuntos” que dissessem respeito às mulheres, desde planejamento familiar às tendências do movimento feminista, conectando coletivos em âmbito nacional, era outro objetivo importante desse projeto ambicioso.⁵⁷ Fundado em momento de fortalecimento do feminismo, de crescente debate democrático e de construção da autonomia dos movimentos de mulheres em relação aos grupos de esquerda, *Mulherio* incorporou as questões de gênero e assumiu temas relacionados direta e exclusivamente às mulheres. Sendo assim, é possível identificar, em matérias do jornal, o

⁵⁵ OS objetivos do jornal. *Mulherio*. São Paulo, Brasil, mar./abr., 1981, nº 0, p. 1.

⁵⁶ OS objetivos do jornal. *Mulherio*. São Paulo, Brasil, mar./abr., 1981, nº 0, p. 1.

⁵⁷ BORGES, Adélia. Nossa pauta. *Mulherio*. São Paulo, Brasil, mar./abr., 1981, nº 0, p. 1.

estabelecimento uma relação íntima entre as discussões estabelecidas nos espaços de militância dos movimentos feministas e a emergência de novos debates e perspectivas no feminismo acadêmico, como o uso da categoria de gênero.

Exemplo disso, é a cobertura do Fórum de Nairóbi (1985), publicada na edição 22 que foi toda dedicada ao evento. O encontro suscitou entre as feministas brasileiras um debate efervescente a respeito das diferenças de raça, etnia, localização geográfica e idade. Isso não significa que essas questões estivessem sendo colocadas pela primeira vez, mas passaram a receber uma ênfase maior entre as pesquisadoras, impactando o *Mulherio*, que buscava acompanhar o desenvolvimento das ideias feministas dentro e fora da academia. Essas discussões também se desdobraram em críticas ao grupo editorial da publicação.

Apesar da ampla receptividade do jornal, o *Mulherio* foi pautado especialmente pelos debates dos movimentos feministas de São Paulo. Em missiva enviada para o grupo e publicada na seção de cartas da edição mencionada acima, a feminista Danda Prado reitera suas frequentes críticas ao “enfoque etnocêntrico” do *Mulherio* e escreve dizendo “[...] só me resta enterrar as esperanças de que um dia sua publicação reflita mais que interesses e projetos de um reduzidíssimo *clan* paulista”.⁵⁸ O conselho editorial do jornal era, de fato, composto majoritariamente por mulheres brancas e paulistas – com exceção de Lélia Gonzalez, intelectual e militante feminista negra que viveu no Rio de Janeiro e colaborou com o *Mulherio* apenas durante seus dois primeiros anos, entre 1981 e 1982.⁵⁹

Assim como em outros projetos realizados pela parceria entre a Fundação Carlos Chagas e a Fundação Ford, o financiamento do jornal *Mulherio* foi inicialmente limitado. A princípio, os recursos destinados para sua publicação

⁵⁸ Na carta, a feminista expressa sua decepção com as editoras por terem esquecido de comunicar a morte de Carmen da Silva na publicação anterior, fato que a motivou a escrever críticas ao jornal mais uma vez. Carmen da Silva foi uma importante escritora e jornalista, que durante décadas defendeu ideias feministas em sua coluna “A arte de ser mulher” na revista *Cláudia*. A feminista também foi uma grande colaboradora do *Mulherio*. PRADO, Danda. Às companheiras do *Mulherio*. *Mulherio*. São Paulo, Brasil, jul./ago./set., 1985, nº 22, p. 1, Cartas.

⁵⁹ Lélia Gonzalez foi integrante do Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras, que criou o jornal carioca *Nzinga Informativo*, analisado em uma das seções a seguir, onde se encontram mais informações sobre a militante e sua relação com o grupo editorial feminista negro.

estariam garantidos somente no período de um ano e meio. Contudo, logo após esse tempo, o financiamento do projeto foi estendido para dois anos e sete meses (de maio de 1981 a outubro de 1983), viabilizando 16 edições. Em 1984, o grupo responsável pelo jornal foi desvinculado da Fundação Carlos Chagas e criou a associação Centro de Estudos Mulherio, com apoio jurídico da advogada feminista Florisa Verucci. Com o fim do apoio financeiro da Fundação Ford, a organização passou a vender classificados e prestar serviços na área editorial, como a produção de jornais, folhetos, cadernos, edição de texto e arte, etc.

Tabela 2: Periodicidade do jornal *Mulherio*

Ano	Mês	Número
1981	março/abril	Nº 0
	maio/junho	Nº 1
	julho/agosto	Nº 2
	setembro/outubro	Nº 3
	novembro/dezembro	Nº 4
1982	janeiro/fevereiro	Nº 5
	março/abril	Nº 6
	maio/junho	Nº 7
	julho/agosto	Nº 8
	setembro/outubro	Nº 9
1983	novembro/dezembro	Nº 10
	janeiro/fevereiro	Nº 11
	março/abril	Nº 12
	maio/junho	Nº 13
	julho/agosto	Nº 14
1984	setembro/outubro	Nº 15
	maio/junho	Nº 16
	julho/agosto	Nº 17
	setembro/outubro	Nº 18
1985	novembro/dezembro	Nº 19
	janeiro-março	Nº 20
	abril-junho	Nº 21
	julho-setembro	Nº 22
1986	outubro-dezembro	Nº 23
	janeiro/fevereiro	Nº 24
	março/agosto	Nº 25
1987	setembro/novembro	Nº 26
	dezembro-fevereiro	Nº 27
	março/abril	Nº 28
	maio/junho	Nº 29

	julho	Nº 30
	agosto	Nº 31
	setembro	Nº 32
	outubro	Nº 33
	novembro	Nº 34
	dezembro	Nº 35
1988	janeiro	Nº 36
	fevereiro	Nº 37
	março	Nº 38
	abril	Nº 39

De acordo com o editorial da vigésima edição do periódico, a suspensão da verba foi motivada por críticas de algumas feministas às opiniões veiculadas no jornal sobre planejamento familiar, consideradas negativas e radicais.⁶⁰ Em diversos artigos, integrantes do conselho editorial, como Carmen Barros, apontaram a influência de interesses externos em decisões políticas em torno do tema, colocando sob suspeita a formulação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) por organizações feministas que atuavam junto ao governo federal.⁶¹ Em consonância com outros grupos de mulheres, como o goiano Eva de Novo e o paulista União de Mulheres, o *Mulherio* denunciava o “controlismo disfarçado de feminismo” nas propostas do Ministério da Saúde.⁶²

Sintomática dos processos de organização dos feminismos brasileiros, a questão em torno do financiamento das publicações feministas é emblemática para refletir sobre o dilema vivido grupos feministas latino-americanos que, entre 1980 e 1990, viam-se diante da possibilidade de institucionalizar os movimentos e de acomodar as pautas das mulheres no âmbito do Estado. Apesar da tensão, o *Mulherio* apostou no debate sobre a institucionalização e encampou o espaço de atuação oferecido, assumindo parcerias com órgãos estatais como o Conselho da Condição Feminina de São Paulo (CECF), que financiou o número 21 do jornal e publicou anúncios da campanha “Alerta Mulher para a Constituinte” ocupando uma página inteira (Imagem).

⁶⁰ *MULHERIO*, jan./mar., 1985, nº 20, p. 3. Editorial.

⁶¹ BARROSO, Carmen. Planejamento familiar. *Mulherio*, jul./ago., 1983, nº 14, p. 4.

⁶² LEON, Ethel. Contracepção: o drama nosso de cada dia. *Mulherio*, jul./ago., 1984, nº 17, p. 6.

Imagem 4: Anúncio do Conselho Estadual da Condição no jornal *Mulherio*

MULHERES TRABALHANDO

NO DIA 4 DE ABRIL DE 1983 O GOVERNO MONTORO, ATENDENDO A UMA ANTIGA REIVINDICAÇÃO DAS MULHERES, CRIOU O CONSELHO ESTADUAL DA CONDIÇÃO FEMININA. ESSA INICIATIVA FOI UMA CONQUISTA DAS MULHERES, QUE SÓ SE TORNOU POSSÍVEL ATRAVÉS DA PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO MONTORO, QUE VEIO ATENDER À NECESSIDADE DETECTADA PELAS MULHERES APÓS LONGO CAMINHO DE LUTAS E REFLEXÕES SOBRE A CONDIÇÃO FEMININA E A FORMA DE TRANSFORMÁ-LA.

DESDE ENTÃO O CONSELHO VEM TRABALHANDO AO LADO DA MULHER E OBTENDO CONQUISTAS NA BUSCA DA IGUALDADE, AUTONOMIA E DIGNIDADE.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO E A CAMPANHA "ALERTA MULHER PARA A CONSTITUINTE" SÃO AS PRINCIPAIS BANDEIRAS DO CONSELHO, QUE TEM COMO PRIORIDADES SAÚDE, COMBATE À VIOLÊNCIA, CRECHES, TRABALHO E EDUCAÇÃO.

O CONSELHO DA CONDIÇÃO FEMININA, NESTES SEUS TRÊS ANOS DE EXISTÊNCIA,

JÁ CONQUISTOU AS SEGUINTE VITÓRIAS: PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER E TRANSFORMAÇÃO DESSE PROGRAMA EM PRIORIDADE NA SECRETARIA DA SAÚDE; CRIAÇÃO DAS DELEGACIAS DE POLÍCIA DE DEFESA DA MULHER NA CAPITAL, GRANDE SÃO PAULO E INTERIOR; INSTITUCIONALIZAÇÃO DO COJE – CENTRO DE ORIENTAÇÃO JURÍDICA E ENCAMINHAMENTO DA MULHER –, QUE HOJE PASSA A SER ÓRGÃO OFICIAL DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO; ELABORAÇÃO DO PROJETO DE ALTERAÇÃO DA CLT JÁ ENTREGUE AO MINISTRO DO TRABALHO; INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CONCURSO MULHERES ENTRE LINHAS; PROSSEGUIMENTO DO PROJETO DA FLE E CECF: MULHERES E EDUCAÇÃO PARA TODO O INTERIOR DO ESTADO, LITORAL, CAPITAL E GRANDE SÃO PAULO.

POR TUDO ISSO, DEVEMOS TORNAR O CONSELHO ESTADUAL DA CONDIÇÃO FEMININA UM ORGANISMO DEFINITIVO NA VIDA POLÍTICA DO ESTADO.

VOCÊS ACABAM DE VER O QUE O CONSELHO DA CONDIÇÃO FEMININA ESTÁ FAZENDO COM AS MULHERES.




DEMOCRACIA E SERIEDADE DÃO RESULTADO.

Mulherio 11

Fonte: *Mulherio*, mar./ago., 1986, nº 25, p. 11. Anúncio. Fundação Carlos Chagas.

Além disso, o *Mulherio* continuou buscando outras fontes de financiamento institucional, devido ao fato de que as assinaturas e as vendas avulsas não eram suficientes para dar continuidade à publicação. Sem financiamento, o *Mulherio* ficou sete meses fora de circulação e voltou a circular a partir do número 16, publicado em maio de 1984, com um novo conselho

editorial e novas propostas: discutir economia, política institucional, esporte⁶³ e polícia. Na imagem abaixo, há uma fotografia no editorial com algumas das integrantes da nova equipe: da direita para a esquerda, Lilita Figueiredo (edição de arte), Inês Castilho (edição), Vera Soares (administração), Adélia Borges, Marlene Figueiredo (edição de arte), Fúlvia Rosemberg e Cecília Simonetti (documentação).

Imagem 5: Capa “Mulherio de volta”



Fonte: *Mulherio*. São Paulo, Brasil, mai./jun., 1984, nº 16, capa e página 1. Fundação Carlos Chagas.

No texto editorial, Adélia Borges explicou que o reposicionamento se devia à “crise do feminismo”, que veio à tona com a dissolução de grupos feministas autônomos, entre outras questões, levando à necessidade de mudar

⁶³ O tema vinha sendo discutido há alguns anos por militantes do Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF), especialmente em relação ao futebol, atividade proibida às mulheres pela legislação, que obstaculizava a organização profissional dos times femininos no país. Ver em MULHER de chuteira. *Chanacomchana*. São Paulo, Brasil, dezembro de 1982, nº 1. p. 3-5; e BORGES, Adélia. De Atenas a Los Angeles *Mulherio*, mai./jun., 1984, nº 16, p. 14.

a abordagem. Com a dissolução de grupos feministas entre os quais o jornal circulava e um aparente esvaziamento da política feminista, o jornal precisava aumentar seu público leitor, abrindo um espaço maior para o público masculino e ampliando as questões debatidas no jornal.

A impossibilidade de sobrevivência do projeto sem apoio institucional pode ser parcialmente explicada pela dificuldade de angariar recursos suficientes para cobrir os custos elevados para a produção do periódico, feito em formato tabloide. Como analisamos no caso do periódico *Chanacomchana*, embora a edição de número 0 tenha sido feita em formato tabloide, a continuidade da publicação, encampada por um coletivo autônomo, o Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF), só era viável em formato de boletim. A produção das matrizes era feita de modo artesanal, com colagens e desenhos à mão, e depois copiadas na gráfica da Câmara Municipal de São Paulo, com as cotas parlamentares cedidas ao grupo por Irede Cardoso. Todavia, em relação ao *Mulherio*, devemos considerar que, como analisa Julia Glaciela Oliveira (2019), era uma espécie de imprensa “militante e profissional”, e estava preocupada com a folha de pagamento das colaboradoras.

Nesse sentido, destacamos que o jornal contou com fotógrafas e editoras de arte profissionais pagas para a diagramação e composição das peças, ricas em fotografias e ilustrações. As responsáveis pela diagramação do jornal, Marlene Rodrigues, Micheline Lagnado e Lilita Figueiredo, apostaram em diferentes recursos visuais para suavizar o caráter acadêmico do jornal, incorporando adornos e tipografias manuais, além de ilustrações e espaços brancos mais amplos, aproximando-se da linguagem estética punk de outros jornais alternativos do período, como o *Chanacomchana* – este elaborado artesanalmente com colagens, tipografias manuais e montagens (Klafke; Braga, 2018).

Essa característica é uma diferença significativa do *Mulherio* em relação aos demais projetos editoriais feministas analisados nessa pesquisa, visto que sua publicação não era apenas uma atividade militante, mas também um trabalho (Oliveira, 2019). As publicações feministas autofinanciadas eram feitas exclusivamente como uma atividade militante, sendo sustentada pelas próprias mulheres envolvidas em sua produção. Exemplo disso, é o periódico argentino

Brujas, jornal autofinanciado que foi publicado por um largo período de tempo, embora com menor regularidade, atingindo o marco de 38 números, entre 1982 e 2012. Uma de suas edições foi produzida com os recursos angariados especialmente para a publicação durante um evento do grupo Asociación de Trabajo y Estudio de la Mujer (ATEM).

Em um recado no número 22, o *Mulherio* revelou ter conseguido novamente o apoio financeiro da Fundação Ford e sua pretensão de fazer edições mensais. A partir do número 23 do ano de 1985 aparece a colaboração financeira da Ford, que permanece até o último número do jornal. Essa condição do jornal o que garantiu a impressão de quantidades expressivas do *Mulherio*, embora a publicação tenha passado por momentos de instabilidade financeira. A tiragem nem sempre era registrada, mas informações divulgadas em alguns números permitem dimensionar a produção do jornal em determinados períodos. Em março de 1983 (número 12), uma nota informa apenas o aumento da tiragem com a chegada do *Mulherio* às bancas. Em 1986, a tiragem variou entre 7.000 e 5.000 exemplares e, no ano seguinte, alcançou 12 mil impressões. A maior tiragem do jornal registrada foi da edição de número 27, com 33 mil exemplares – o número apresentava a primeira reportagem nacional da publicação, cobrindo as eleições.

Tabela 3: Tiragem do jornal *Mulherio*

Número	Mês/Ano	Tiragem
24	janeiro/fevereiro, 1986	7.000
25	março-agosto, 1986	5.000
26	setembro/novembro, 1986	7.000
27	dezembro-fevereiro, 1987	33.000
30	julho, 1987	12.000
31	agosto, 1987	12.000

Diante do exposto sobre o grupo responsável pelo jornal, composto por mulheres pesquisadoras cujo objetivo principal era articular grupos de mulheres e de pesquisas sobre a “condição da mulher”, considero o *Mulherio* um jornal acadêmico, diferente do que sugere a pesquisa de Elizabeth Cardoso (2004). A

pesquisadora o identifica como jornal de caráter noticioso e não universitário, posto que não estava ligado especificamente à alguma universidade como outros títulos levantados em sua pesquisa. Para a autora, os jornais feministas universitários se diferem dos demais “[...] ao abordar agenda de cursos, eventos e congressos acadêmicos sobre gênero, poesia, cinema, literatura, relatório de pesquisas desenvolvidas pelos grupos e participação de mulheres no movimento estudantil” (Cardoso, 2004, p. 116).

Contudo, podemos indicar conteúdos semelhantes muito frequentes no jornal *Mulherio* que, além disso, circulava pelos diversos grupos de pesquisas ligados a universidades. Ademais, o fato de a Fundação Carlos Chagas e a Fundação Ford terem investido massivamente no campo de pesquisas sobre as mulheres, como mencionado anteriormente, corrobora para a consideração do periódico como um jornal acadêmico. Por outro lado, o jornal se destaca da segunda geração da imprensa feminista devido ao seu caráter institucionalizado, enquanto muitos jornais feministas estavam ligados a ONGs ou associações autônomas.

De acordo com Bernardo Kucinski (1991), o *Mulherio* se insere no contexto em que o modelo alternativo de publicações sustentada por jornalistas e ativistas independentes por meio exclusivo da vendagem desapareceu, dando lugar a um processo de institucionalização do jornalismo crítico, preservando o formato e a temática dos jornais alternativos. Para Kicinski (1991, p. 72), foi nesse momento que a imprensa feminista se desenvolveu plenamente “[...] mergulhando no feminismo e desenvolvendo um padrão próprio, muito mais ligado ao meio acadêmico, à pesquisa de campo, do que às instituições da sociedade civil”. Essa análise posiciona convenientemente o jornal *Mulherio*, por seu caráter institucional e acadêmico, como “o mais feminista dos jornais feministas”.

Entretanto, essa análise demonstra o esforço de caracterizar o feminismo como um movimento de mulheres brancas e burguesas, na tentativa deslegitimar as pautas feministas entendidas como divisionistas e secundárias. Para muitos dos homens militantes de grupos e organizações de esquerda, as discussões feministas eram separatistas e desviavam as mulheres da “grande luta” – isto é, a luta de classes e contra a ditadura. Por isso, consideravam que questões como

aborto, trabalho doméstico, sexualidade e violência contra as mulheres não deveriam ser abordadas, argumentando ainda que a revolução de classes automaticamente daria cabo de todos os problemas que atingiam as mulheres.

Ao longo de quase uma década de publicação, *Mulherio* esteve assumidamente dedicado a estimular e promover os debates e as propostas dos movimentos feministas, insistindo na necessidade de compreender e transformar a sociedade brasileira a partir de um ponto de vista feminista. O jornal foi publicado pela última vez em maio de 1988. Para dar sequência ao trabalho de publicação, o Núcleo de Comunicações Mulherio criou *Nexo*, uma revista mensal de feminismo, informação e cultura. Ao contrário do primeiro jornal, a revista durou pouquíssimo tempo e alcançou apenas dois números.⁶⁴

3.3 BRUJAS (1982 – 2012)

Em 1983, foi criado o periódico argentino *Brujas*, publicado até o ano de 2012,⁶⁵ por uma organização feminista chamada Asociación de Trabajo y Estudio de la Mujer “25 de noviembre” (ATEM), um coletivo autônomo cuja proposta era ser uma organização de estruturas horizontais, democráticas e igualitárias. Inicialmente o grupo foi formado por Margarita Bellotti, Marta Fontenla, Néida Koifman, Adriana Rofman, Hesperia Berenguer e Sara Torres, mulheres de diferentes idades e com trajetórias políticas distintas – de militantes de organizações de esquerda a integrantes de grupos feministas dos anos 1970. Duas datas marcam sua formação, em 1982: no dia 8 de março, as militantes divulgaram seu primeiro panfleto; em 27 de abril, fizeram uma primeira reunião pública a fim de apresentarem a associação.

A escolha da data 25 de novembro para nomear o grupo aludia ao Dia Internacional Contra a Violência Sexual, Social e Política Contra as Mulheres, declarado no I Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (EFLAC, Bogotá, 1981). O marco foi proposto pela delegação dominicana, “[...] en recordación de uno de los más horrendos crímenes políticos de la historia

⁶⁴ As edições da revista *Nexo* também podem ser consultadas no site da Fundação Carlos Chagas, dedicado ao *Mulherio*. Na página, podem ser encontrados ainda depoimentos de Fúlvia Rosemberg, Adélia Borges, Inês Castilho, Albertina Costa e Carmen Barroso. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc/mulherio-home/>. Acesso em 03/02/2023.

⁶⁵ Em acordo com o recorte histórico proposto neste trabalho, focaremos aqui apenas as primeiras duas décadas da publicação.

latinoamericana, la tortura, violación y posterior asesinato de las hermanas Mirabal [...]”.⁶⁶ As irmãs Patria, Minerva e María Teresa Mirabal foram militantes do Movimiento de Resistencia Clandestina 14 de Junio, grupo guerrilheiro que lutou contra a ditadura de Rafael Trujillo na República Dominicana. Assassinadas em 25 de novembro de 1960, “las mariposas”, como eram conhecidas, tornaram-se símbolo das lutas feministas contra o autoritarismo e a violência de gênero. Em 1999, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou a mesma data como o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher. Ao denunciar a violência praticada contra as mulheres, sobretudo aquela perpetrada por regimes autoritários latino-americanos, a escolha do nome sugeria que a luta contra as ditaduras era também uma luta feminista.

Como um grupo de estudo, uma de suas primeiras atividades foi a investigação da condição social das mulheres, especialmente no contexto local, e a organização de debates, cursos e mesas redondas para difundir ideias e argumentos feministas, colocando em foco temas como: história, violência, trabalho doméstico, sexualidade e discriminação no trabalho (Torricella, 2013). Entre 1982 e 2012, a associação promoveu as *Jornadas Feministas*, encontros anuais para a apresentação de trabalhos e discussões em torno de determinado eixo temático. Nesse período, o grupo também publicou 44 edições dos *Cuadernos Feministas*, que consistiam em compêndios com fotocópias dos artigos discutidos nas reuniões da entidade (Oliveira, 2019, p. 125).

Para estabelecer uma ponte de comunicação e colaboração, foi que a associação decidiu criar seu próprio periódico. *Brujas* contou com uma equipe editorial pequena e, durante os primeiros anos, suas principais colaboradoras foram as próprias fundadoras do grupo, a saber Margarita Bellotti, Nélida Koifman, Adriana Rofman, Hesperia Berenguer e Marta Fontenla (diretora e editora responsável). A partir do quarto ano, cresceu a quantidade de colaborações e um coletivo de redação é formado, contando com Edith Costa (ilustrações e capas), María José Rouco Pérez, Liliana Azaraf, Marysa Navarro,

⁶⁶ PÉREZ, María José Rouco. Dia internacional contra la violencia social, sexual y política que se ejerce contra las mujeres. *Brujas*, Buenos Aires, Argentina, novembro de 1986, Ano 4, nº. 10, p. 1.

Silvia Catalá, Graciela Wolfenson, Alicia Lombardi, Alicia Schejter, Beatriz Frontera, Erica Dumontel, Susana Gamba e Viviana Miriam Milardo, além de Adriana Carrasco, Claudina Marek, Ilse Kornreich Fuskova e Josefina Quesada – criadoras dos *Cuadernos de Existencia Lesbiana*.

Brujas foi uma publicação independente e autofinanciada, sendo a autonomia financeira, teórica e institucional um elemento central para o projeto editorial. Ao contrário da maioria dos jornais feministas, este não era vendido por assinatura. Portanto, a produção do jornal era mantida com recursos provenientes de vendas avulsas, que ocorriam de mão a mão, sobretudo durante os *Encuentros Nacionales de Mujeres* (ENM) da Argentina. Em entrevista à pesquisadora Julia Glaciela Oliveira (2019), Margarida Bellotti e Marta Fontenla, indicaram que “[...] esses eventos representavam um importante *lócus* de venda da publicação e fluxo das ideias feministas” (Oliveira, 2019, p. 131). Outra fonte de recurso eram os anúncios de livros e de profissionais como advogadas, fotógrafas, psicólogas e professoras de inglês.

Imagem 6: Página de anúncios do periódico *Brujas*

APARECIO EL LIBRO; <u>"E V I T A"</u> de Marysa Navarro	
A Y A M I Graduada "Silva Mind Control" T A R O T Islas Malvinas 602 (ex 300) C.1879 QUILMES T.E. 253-4227	<u>MARTA A. FONTENLA</u> Abogada Asuntos de Familia divorcios-sucesiones Entre Rios 420 -2° -"8" tel. 38-5201
Alquiler de sala para ensayos - conferencias - cursos Venezuela 1286 - Capital T.E. 83-2308 49-2677	GRACIELA PEREZ TREVISAN Master (U.S.A.) en enseñanza del idioma inglés. Clases individuales y en grupos (todos los niveles) Conversación - Traducciones T.E. 774-0514
"M A I O y ASOCIADOS" FOTOGRAFIAS - FILMACIONES BELGRANO 1944 3° "A" Tel:941-5157	<u>ROBERTO A. RANGOGNI</u> Abogado Montevideo 368 3° "10" T.E. 46-7433
Enseñanza de arreglos navideños Centros de mesa -etc. Cursos de 1 mes. Tel. 762-3224	F.O.S. SERVICE INTEGRAL Heladeras familiares o comerciales Aparatos de aire acondiciona do. T.E. 204-8634

Fonte: *Brujas*. Buenos Aires, Argentina, 1983, nº 1, p. 17.

Em 6 de outubro de 1984, foi feita uma festa, chamada de "Aquelarre" ou apenas "reunião de bruxas", a fim de angariar recursos para financiar a impressão da sexta edição de *Brujas*.

Ao todo, foram publicadas 38 edições, quantidade expressiva para um jornal feminista independente do período. A tiragem fixa de 800 exemplares por edição, que só passou a ser divulgada a partir de 8 de março de 1988, também é um número significativo, sobretudo se comparado a outros jornais

autofinanciados, como o brasileiro *Chanacomchana*. Os primeiros números de *Brujas* foram publicados em formato de boletim, e eram compostos por textos datilografados, com pouquíssimas ilustrações – inclusive na capa, que continha apenas o logo do periódico e algumas informações da publicação, como número, ano e local. Foram publicadas 9 edições nesse formato, com periodicidade irregular, entre 1983 e 1985.

A partir do quarto ano de publicação, o periódico se tornou uma revista, contendo uma média de 40 páginas por edição. As capas passaram a ser ilustradas com colagens e desenhos de Edith Costa, além da nova logo do grupo: uma bruxa debruçada sobre um livro (Imagem). Os números passaram a ser editados anualmente, com exceção de edições semestrais feitas em 1988, 1993 e 1994. Para Paula Torricella (2013), isso indica que o trabalho de publicação passou ser definido por questões mais permanentes do que a cotidianidade da política, e que a produção de material adequado para a revista levava mais tempo para ser produzido.

Contudo, é importante considerar também os impactos das condições de autofinanciamento na regularidade das publicações alternativas. Ao longo de 30 anos de publicação, a autonomia financeira, teórica e institucional do periódico foi mantida como uma condição para sua produção e, sobretudo, como um princípio inegociável para as integrantes do grupo. Do ponto de vista da associação, a autonomia estava ligada à independência organizativa e à autodeterminação, entendidas como elementos centrais para a organização dos movimentos feministas. Em um artigo sobre os 15 anos de ATEM “25 de noviembre”, o coletivo lembra e enfatiza os pilares da associação e de seus documentos fundacionais:

Definíamos la autonomía como la no subordinación a ningún otro tipo de organización, oficial o privada, religiosa, política o sindical, y la fundamentábamos en la existencia de una opresión común a las mujeres y en la necesidad de partir de nuestras propias experiencias.⁶⁷

Isso não significa que o autofinanciamento foi um consenso desde o início do boletim. Durante a década de 1980, as demandas das feministas argentinas

⁶⁷ “Definíamos a autonomia como a não subordinação a nenhum outro tipo de organização oficial ou privada, religiosa, política ou sindical e a fundamentávamos na existência de uma opressão comum às mulheres e na necessidade de partir de nossas próprias experiências.” 25 de Noviembre. *Brujas* (24). *Brujas*. Buenos Aires, Argentina, março de 1997, nº 24, p. 6 (tradução nossa).

“[...] desbordaron los pequeños espacios de militancia y comenzaron a tener eco en el espacio público, el Estado y las instituciones de la política formal” (Torricella, 2013, p. 1). Diante disso, algumas colaboradoras de *Brujas* sugeriram a elaboração de um projeto para Fundação Ford – a mesma que subvencionou *Mulherio* –, com o objetivo de receber financiamento da instituição para a publicação. A proposta provocou uma ruptura no coletivo, dando origem ao grupo Alternativa Feminista que, no entanto, não logrou se estabelecer como uma ONG ou trabalhar com projetos financiados (Oliveira, 2019, p. 130).

Não há muitas informações a respeito da nova associação. Entretanto, encontramos em nosso mapeamento cinco edições de uma publicação intitulada *Alternativa Feminista* (1985–1986), registrada como propriedade intelectual de Hesperia Berenguer – uma colaboradora das primeiras edições do *Brujas*. O conselho editorial da nova publicação foi formado por Laura Rossi (Laura Klein), Diana del Sel (Diana Cordero), Ana Santander (Julia Matesanz), Perla e Sara Torres, que assim como Hesperia Berenguer foi uma das fundadoras de ATEM “25 de noviembre”. A proposta do periódico era de uma publicação de caráter cultural, com periodicidade bimestral que, no entanto, não foi mantida.⁶⁸ No primeiro editorial, *Alternativa Feminista* se define como “[...] un grupo de mujeres que trabaja para que podamos construir, junto con los hombres, un mundo más libre, más justo y más igualitario para todos”.⁶⁹

Evidentemente, a postura política e a identidade do grupo também se expressaram no tema e no conteúdo de *Brujas*, a começar pela escolha do título. Ao longo das edições, as bruxas que o inspiraram são descritas como mulheres, em sua maioria, anônimas e das camadas mais pobres, herdeiras de artes curativas, parteiras e conhecedoras de ervas contraceptivas, pioneiras da homeopatia, comunicadoras, perigosas, não passivas, desobedientes, intransigentes e opositoras da igreja. As reuniões dessas mulheres em

⁶⁸ As três primeiras edições foram publicadas, respectivamente, em março, maio e setembro de 1985, enquanto no segundo ano, datam de março e outubro. Os números eram sempre publicados no dia 8 de cada mês.

⁶⁹ “[...] un grupo de mujeres que trabaja para que podamos construir, junto con los hombres, un mundo más libre, más justo e mais igualitário para todos” EDITORIAL. *Alternativa Feminista*. Buenos Aires, Argentina, março de 1985, nº 1, p. 3 (tradução nossa).

aquejarres são vistas como “organismos de contrapoder” e um “perigo revolucionario” às autoridades.⁷⁰

Assim como no caso dos jornais brasileiros, o *Brujas* discute a produção de conhecimento como um dos pilares da atuação feminista, especificamente “[...] el estudio de las raíces y causas históricas de la opresión y explotación de las mujeres”, além da rebeldia individual e cotidiana e as mobilizações.⁷¹ Entretanto, diferente do jornal *Mulherio*, o *lócus* de atuação das argentinas não era uma instituição de pesquisa, mas os espaços criados especificamente por militantes feministas.

Frequentemente, a história da caça às bruxas está relacionada à uma disputa pelo saber. É também uma disputa narrativa sobre essa própria história: um dos objetivos da coluna “Brujas” é contar uma outra versão dessa história, desmentindo os horrores que eram ditos sobre as mulheres que foram perseguidas pela Inquisição. A centralidade da história no projeto editorial argentino é semelhante ao caso do *Nzinga Informativo*, pois é possível identificar em ambos que a escrita de uma história das mulheres não apenas estimulou a criação dos títulos, mas também norteou a produção das edições ao longo dos anos.

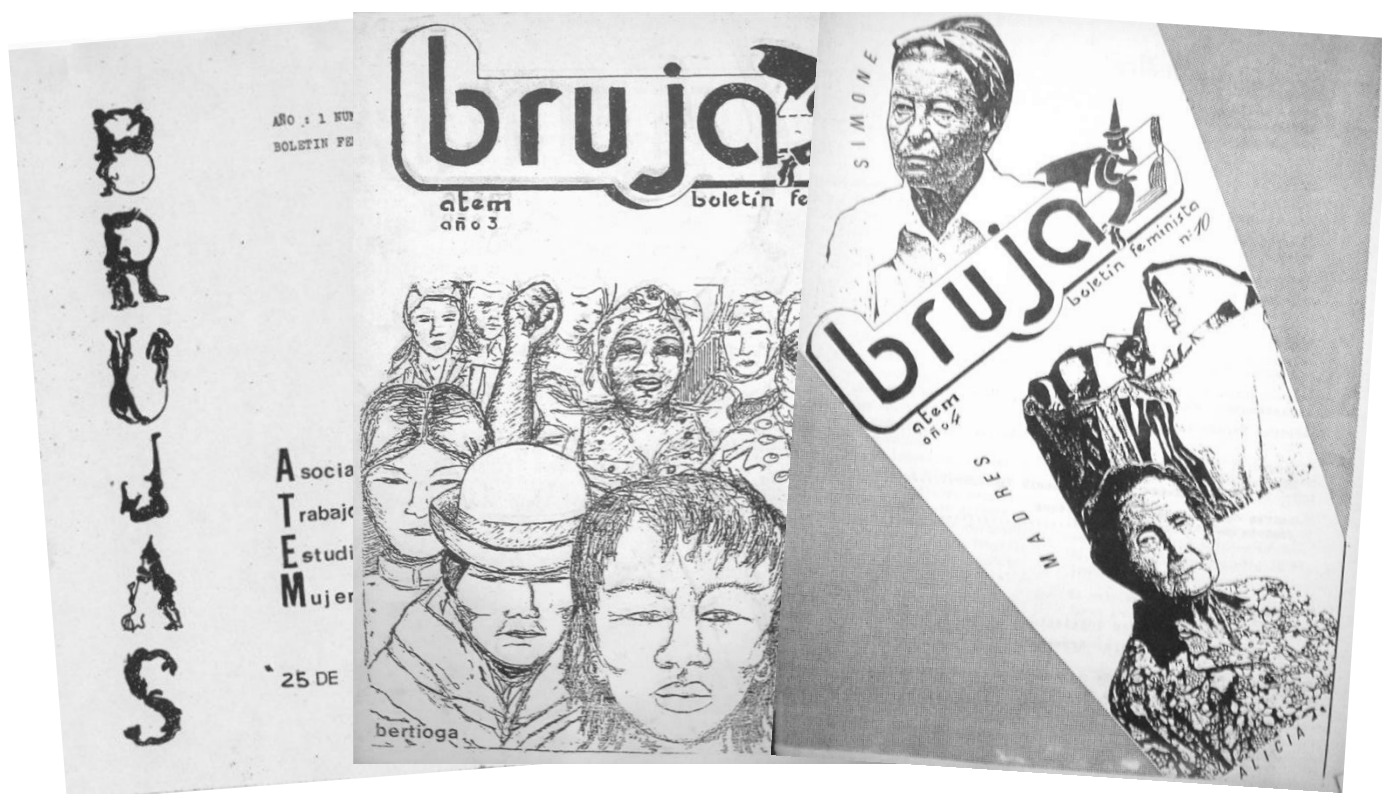
A quarta edição, é toda dedicada ao tema da violência contra as mulheres, suscitada pela disseminação da pornografia durante a abertura democrática. No editorial e em uma nota de chamada para a formação de uma entidade de

⁷⁰ Tais descrições ainda são comuns atualmente e serão discutidas com mais detalhes apenas no próximo capítulo, a partir das histórias contadas no boletim.

⁷¹ FONTENLA, Marta. Que es para mi el feminismo. *Brujas*. Buenos Aires, Argentina, 1984, nº 4, p. 4-6

denúncia e investigação de casos de violência, há a percepção de que a violência contra as mulheres advém de um processo histórico.

Imagem 7: Capas do jornal *Brujas*



Fonte: *Brujas*. Buenos Aires, Argentina.

3.4 NZINGA INFORMATIVO (1985 – 1988)

Nzinga Informativo foi um periódico dedicado às mulheres negras e direcionado a grupos e entidades populares e negras. Criado por um coletivo homônimo do Rio de Janeiro, em 1985, o boletim talvez tenha sido o primeiro periódico feminista negro do Brasil (Rios; Freitas, 2018). Suas colaboradoras eram mulheres do movimento de favelas, do movimento negro e do movimento de bairros, como Jurema Batista, Geralda Alcântara, Helena Maria de Souza e Lélia Gonzáles – que fez parte do conselho editorial do jornal *Mulherio*.

O primeiro encontro do Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras, aconteceu na sede da Associação dos Moradores do Morro dos Cabritos, em Copacabana, em 16 de junho em 1983. Logo, o grupo conquistou importantes marcos em sua

história. Cerca de um mês depois, Jurema Batista, fundadora e presidente da Associação de Moradores do Morro do Andaraí, participou do II Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (EFLAC, 1983, Peru) como delegada do coletivo e, juntamente com integrantes do Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, criou um Comitê Antirracismo para atuar no evento. Foi a primeira vez que uma favelada representava no exterior uma organização oriunda do feminismo negro brasileiro (González, 2020, p. 96).

Mantendo sua articulação com os grupos de mulheres negras da periferia e com os movimentos negros, o coletivo buscava ampliar seu alcance. A criação do informativo foi justamente uma estratégia para atingir um público cada vez maior, a fim de comunicar a causa das mulheres negras. Por isso, a publicação almejava ser “Muito mais do que [o jornal] do NZINGA”.⁷²

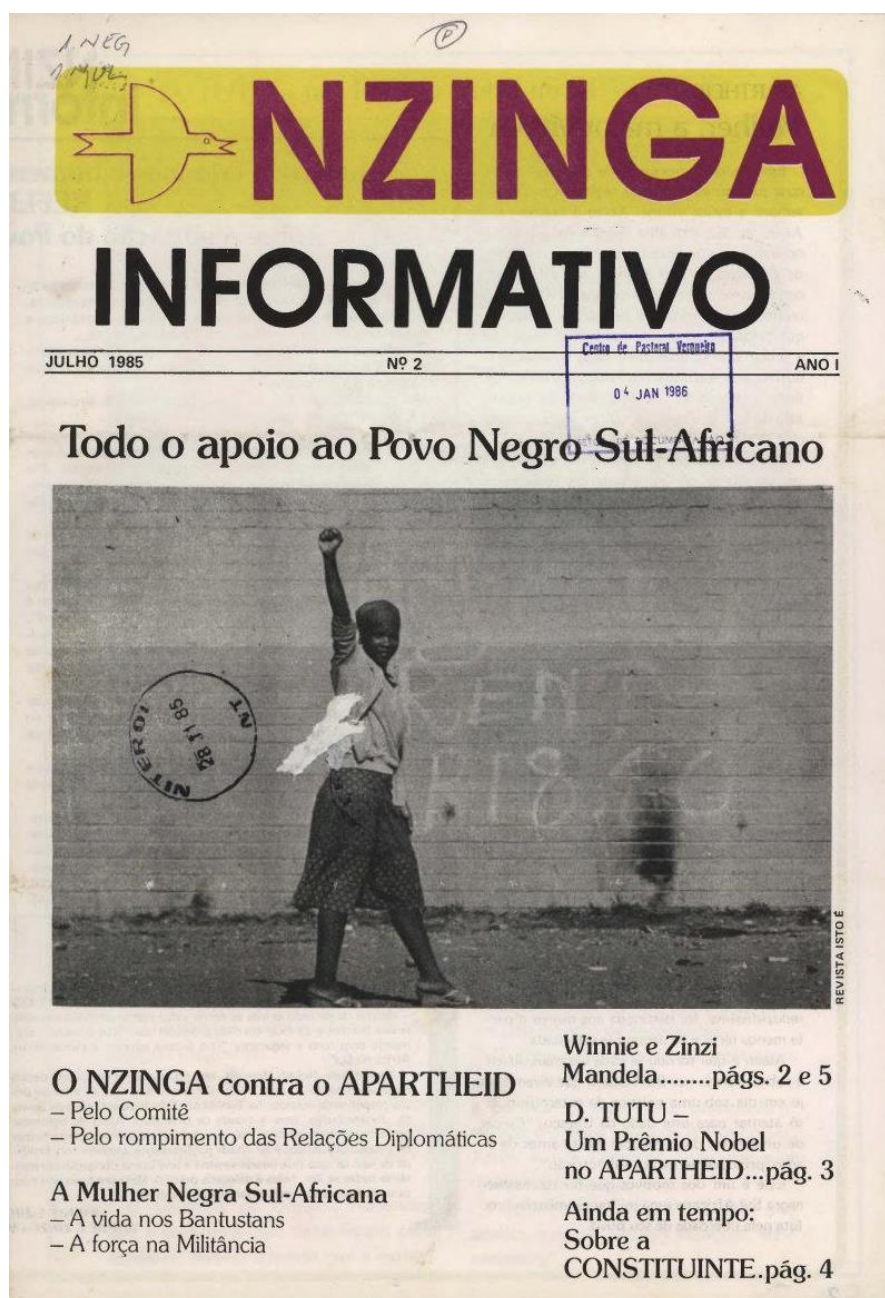
Assim como o *Mulherio*, o boletim foi viabilizado por um financiamento, nesse caso da Global Ministries of The United Methodist Church, de Nova York. Do valor total de 40 mil dólares, US\$ 15.000 foram utilizados para a produção do jornal e os demais recursos empregados em outras atividades do grupo. Apesar de também ter sido subsidiado por uma instituição estrangeira, *Nzinga* não alcançou a mesma organização profissionalizada, tampouco o expressivo número de edições e longevidade do jornal das feministas paulistas. Por outro lado, com o investimento direcionado à publicação foi possível produzir um boletim com qualidade comparável, em formato tabloide, contendo fotos impressas em alta resolução e com um design colorido.

As cores do título do jornal são características marcantes da publicação, e tinham um significado importante para o grupo editorial: as letras em roxo indicavam sua relação com o movimento internacional de mulheres, enquanto as margens em amarelo lembravam a riqueza de Oxum.⁷³ Outro elemento importante é o desenho do pássaro que acompanha o título, símbolo adotado pelo grupo com inspiração na tradição nagô que representa a ancestralidade feminina por meio de pássaros.

⁷² APRESENTAÇÃO. *Nzinga Informativo*, Rio de Janeiro, Brasil, junho, 1985, Ano 1, N. 1

⁷³ Oxum é uma divindade das religiões de origem africana, como o candomblé e a umbanda. Filha de Iemanjá, rainha das águas, e de Orunmilá, a orixá é designada como rainha da água doce e é conhecida por sua beleza e vaidade. Geralmente é representada como uma mulher coberta com joias de ouro, segurando um espelho redondo e dourado. Sua imagem também está ligada à fertilidade (Prandi, 2020).

Imagem 8: Capa do jornal Nzinga Informativo Nº 2.



Fonte: *Nzinga Informativo*. Rio de Janeiro, Brasil, julho de 1985, nº 2, capa. Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro.

Em relação à escolha do nome, o primeiro editorial do jornal explica que o grupo queria “[...] reverenciar uma rainha angolana que viveu entre 1582-1663, e dedicou sua vida à luta contra o colonialismo português em Angola”.⁷⁴ Elizabeth

⁷⁴ UM SONHO – UM PROJETO: Resgatar e Registrar Nossa História MULHERES NEGRAS. *Nzinga Informativo*. Rio de Janeiro, Brasil, junho de 1985, nº 1, p. 1.

Viana conta que foi uma sugestão de sua primeira coordenadora, Lélia Gonzalez, como fruto de suas pesquisas sobre a história das mulheres africanas na luta contra o racismo e o sexismo no contexto de colonização (Viana, 2006). Em um artigo, a feminista negra destaca a importância da rainha angolana na luta contra a colonização portuguesa, e aponta que a escolha “[...] tem a ver com a nossa preocupação de resgatar um passado histórico recalçado por uma ‘história’ que só fala dos nossos opressores” (González, 2020, p. 97).

Essa escolha vai ao encontro da própria proposta do grupo, que buscava reunir mulheres negras para o estudo e a reflexão com o objetivo de criar uma base teórica para sua atuação política. A criação da publicação se deu como parte de um projeto de pesquisa, cujo foco era registrar a história das mulheres negras. O projeto, intitulado “História Contemporânea das Lutas das Mulheres Negras”, foi elaborado por Miramar Correa, “juntando vivência com teoria”. Portanto, a história tem uma importância central, sendo o jornal uma denúncia da exclusão das mulheres negras da história da formação da sociedade brasileira. O jornal mostra que as mulheres negras estavam empenhadas em fazer história, com o propósito de escrever narrativas sobre o passado, bem como de construir uma história das mulheres negras no presente.

Em um contexto de efervescência dos estudos feministas, *Nzinga* buscava “amenizar o vazio que existe na produção sobre o papel da mulher negra na nossa sociedade” e levantar dados por meio de documentos de entidades, jornais e outras instituições construídas por mulheres negras.⁷⁵ Seus objetivos eram conhecer e documentar a participação das mulheres negras na sociedade e divulgar suas lutas e especificidades. A metodologia proposta consistia em levantar dados por meio de documentos de entidades afins, além de jornais e outras instituições.

Apesar do papel fundamental que as mulheres negras têm exercido na formação social e cultural da sociedade brasileira, o coletivo constatou “[...] que toda a produção sobre a mulher, no Brasil, minimiza a atuação da mulher negra; ela está subrepresentada numa bibliografia onde, não é citada ou, no muito, é

⁷⁵ O que é o *Nzinga*? Um coletivo de mulheres negras. *Nzinga Informativo*. Rio de Janeiro, Brasil, junho de 1985, nº 1, p. 1.

mencionada de uma forma discriminada”.⁷⁶ Diante disso, as questões das mulheres negras são centralizadas na publicação, construída com uma visão eminentemente feminista negra. Para o *Nzinga*, a mulher negra é a “matriz” a partir da qual são transmitidos e perpetuados os valores da cultura negra, possibilitando a formação da identidade étnica de seus descendentes.

Foram publicados cinco números do jornal, editados com periodicidade irregular. As primeiras duas edições datam, respectivamente, dos meses de junho e julho de 1985, a terceira de março do ano seguinte, e o penúltimo é de agosto de 1988. A publicação foi encerrada com uma edição mais longa, publicada em março 1989. Não há informações sobre a venda de exemplares, tampouco registros a respeito da tiragem dos impressos.

Tabela 4: Periodicidade do jornal *Nzinga Informativo*.

Ano	Mês	Número
1985	junho	Nº 1
	julho	Nº 2
1986	fevereiro/março	Nº 3
1988	julho/agosto	Nº 4
1989	março	Nº 5

Diferente dos outros jornais analisados, as matérias publicadas no *Nzinga Informativo* não eram assinadas.⁷⁷ Isso sugere uma colaboração coletiva e horizontal na construção dos debates veiculados, bem como nos processos de escrita e produção das edições – prática que se destaca da composição das demais publicações feministas, cuja maioria dos textos são atribuídos a uma autoria individual. Esse aspecto fica ainda mais evidente com o emprego constante do plural na escrita em primeira pessoa nos editoriais (uma

⁷⁶ A mulher negra e suas questões específicas. *Nzinga Informativo*. Rio de Janeiro, Brasil, junho de 1985, nº 1, p. 2.

⁷⁷ Com exceção do artigo “Racismo e machismo”, de Pedrina de Deus (*Nzinga Informativo*. Rio de Janeiro, Brasil, jul./ago., 1988, nº 4, p. 4-5), e dos artigos e poesias reproduzidos de outras fontes, a exemplo do texto “Saúde das mulheres: o discurso das mulheres e a ação do governo”, assinado por Maria José de Lima (*Nzinga Informativo*. Rio de Janeiro, Brasil, jul./ago., 1988, nº 4, p. 3) e do poema “As mulheres da minha raça”, de Oubi Inaê Kibuko, transcrito de Cadernos Negros (*Nzinga Informativo*. Rio de Janeiro, Brasil, junho de 1985, nº 1, p. 4)

característica comum entre os jornais feministas), e também em artigos de opinião e outras matérias.

Portanto, os nomes das mulheres que contribuíram para a feitura de cada número eram informados somente no expediente, entre as últimas páginas do jornal. Ao longo das cinco edições foram citadas Miramar Correa, Helena de Souza e Mariza Martins Pereira (responsáveis pela edição), Claudia Maria Pinto, Ana Garcia, Jurema Gomes da Silva, Elizabeth Viana, Rosália Lemos, Barbara R. Costa e Eliane Braz (colaboradoras). Na capa da quarta edição, algumas delas posam para uma foto “com a cara e a coragem”, junto a outras integrantes do coletivo.

Imagem 9: Capa do jornal *Nzinga Informativo* Nº 4.

Fonte: *Nzinga Informativo*. Rio de Janeiro, Brasil, jul./ago., 1988, nº 4, capa. Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro

O jornal tinha uma estrutura relativamente definida, mas a quantidade de páginas variou entre 5 e 8 por edição, com exceção do último número que teve 16 páginas. Todas possuíam uma capa com um sumário das matérias, artigos

de opinião e uma seção para divulgação de eventos e grupos. Mobilizações feministas, como o III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (Bertioga, 1985), e atividades do movimento negro eram registradas na seção “Aconteceu... acontecendo”. Além disso, havia a seção para indicação de leituras chamada “Lendo e aprendendo” que, de acordo com Flavia Rios e Viviane Freitas (2018) sugere o caráter formativo e popular do jornal, com sugestões de textos mais acessíveis como os da coleção Primeiros Passos, a exemplo de “O que é feminismo”, de Branca Moreira Alves e Jaqueline Pitanguy. Por fim, mantinha ainda uma breve coluna intitulada “Mulheres negras e guerreiras”, dedicada a biografias de mulheres negras históricas. O *Nzinga* também publicou entrevistas e poesias.

Entre os assuntos abordados no período, destacamos a Constituinte e o debate sobre a importância da participação direta e da representação das mulheres negras na formulação da nova carta constitucional. Os primeiros dois números foram publicados no período da convocação da Assembleia Nacional Constituinte e da instalação da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais para a elaboração do anteprojeto de Constituição.

A emergência do *Nzinga* Informativo só pode ser entendida nesse contexto de forte mobilização política da década de 1980 em favor da democratização das instituições e da cultura brasileira. Nesse sentido, trata-se de um periódico que aparece na cena pública no processo de formação do feminismo negro brasileiro, resultante do adensamento das redes feministas no âmbito regional, nacional e global, bem como das articulações e organizações dos movimentos negros e dos movimentos portadores do discurso de liberalização sexual no interior do campo progressista, atuantes no ciclo político da retomada da democracia no país (Rios; Freitas, 2018, p. 29).

O coletivo estava articulado ao movimento feminista, tendo participado ativamente do I Encontro de Mulheres de Favela e Periferia (1983), do I Encontro Estadual de Mulheres Negras de São Paulo (agosto, 1984), além do II Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (Peru, 1983).

Dos encontros nacionais aos transnacionais e vice-versa, houve a retroalimentação da mobilização política das mulheres negras no meio da luta feminista e antirracista, nos extratos médios e populares, ainda que as formas de organização ainda fossem pouco institucionalizadas naquela década, a se notar pelo uso dos termos coletivo ou grupo para se referir às formas organizacionais mais fluidas e horizontais – e, em termos econômicos, mais frágeis – das mulheres negras brasileiras (Rios; Freitas, 2018, p. 28).

Com a atuação das mulheres nos movimentos negros, havia também tensões com os companheiros de luta, levando-as ao alinhamento com os movimentos feministas. No editorial da quarta edição, *Nzinga* criticou a postura contrária de alguns membros do movimento negro em relação ao desenvolvimento de uma luta das mulheres negras:

A tese de que a questão prioritária é a luta de classes, e que os problemas específicos das mulheres, dos negros, dos homossexuais e da ecologia são questões menores, tem servido fundamentalmente para a manutenção da sociedade patriarcal, racista, machista e predatória da natureza.⁷⁸

Argumentam que a organização e a tomada de consciência das mulheres sobre seus problemas específicos têm origem na percepção da violência contra as mulheres, das mortes decorrentes de abortos, da dupla jornada de trabalho e remuneração desigual, como fenômenos que atingem mulheres por todo o continente latino-americano.

Enquanto Grupo de Mulheres Negras, nós do NZINGA entendemos a necessidade da nossa articulação com o Movimento de Mulheres e com o Movimento Negro, na medida em que os debates, as reflexões e o embasamento que norteiam nossa atuação devem estar centrados em dois eixos: o primeiro - a questões do Gênero: SOMOS MULHERES – e como tal submetidas à discriminação sexual por que passam todas as mulheres, independente de raça etnia, classe social ou credo religioso. O segundo – a questão da Etnia: SOMOS NEGRAS - e o que nos diferencia das demais mulheres não é só a cor da pele, mas a IDENTIDADE CULTURAL. E é para resgatar esta identidade de MULHER NEGRA, que precisamos nos organizar a parte sim. Aprofundar as questões específicas, perceber onde, como e quando somos oprimidas e partindo deste específico participarmos mais fortalecidas da luta geral.

Com frequência, o jornal repercutia notícias relacionadas ao *apartheid* na África do Sul, destacando a importância da solidariedade internacional dos movimentos negros e feminista. A edição de número 2, de julho de 1985, foi totalmente dedicada ao tema em apoio ao povo negro Sul-Africano.

3.5 CUADERNOS DE EXISTENCIA LESBIANA (1987 – 1996)

Cuadernos de Existencia Lesbiana foi a primeira publicação lésbica feminista do cenário argentino, criada especialmente para produzir e registrar materiais sobre lesbianidade a partir do marco do feminismo local, em 1987. A

⁷⁸ EDITORIAL. *Nzinga Informativo*. Rio de Janeiro, Brasil, jul./ago., 1988, nº 4, p. 2.

iniciativa partiu de duas integrantes do Grupo de Denuncia Feminista⁷⁹, a jornalista Adriana Carrasco e a fotógrafa Ilse Fuskova⁸⁰, que também organizavam um pequeno grupo de estudos sobre a problemática da sexualidade das mulheres lésbicas articulada aos temas feministas, desde o ano anterior. Esses espaços foram “los semilleros donde se nutrió el primer *Cuaderno de Existencia Lesbiana*” (Torricella, 2010, p. 5).

Adriana Carrasco conta que sua atuação foi estimulada por desdobramentos do III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (EFLAC), que aconteceu no Brasil, em 1985.⁸¹ Neste evento, o Colectivo de Feministas Lesbianas de Madrid distribuiu alguns números do boletim *Nosotras que nos queremos tanto*, que posteriormente se tornou um dos principais materiais de trabalho do grupo editorial. Uma das edições continha a tradução em espanhol do ensaio teórico “Heterossexualidad obligatoria y existencia lesbiana”, da estadunidense Adrienne Rich, que inspirou o próprio título dos cadernos.⁸² Além disso, ao final do encontro a integrante do grupo madrilenho, Empar Pineda, viajou à Argentina, onde promoveu diversas conversas com os grupos feministas do país.

Depois de meses debruçadas em materiais estrangeiros, como os boletins do Coletivo de Feministas Lesbianas de Madrid, além do livro *Monjas lesbianas*, de Rosemary Murphy e Nancy Manahan, as integrantes do grupo sentiram a necessidade de “tomar contato com la realidade de Buenos Aires”. Incorporando os conceitos fundamentais dessas obras, voltaram-se para a tarefa de coletar testemunhos sobre experiências de lésbicas portenhas, a fim de abrir novos espaços de discussão. Em novembro de 1986, Adriana Carrasco e Ilse Fuskova

⁷⁹ O Grupo de Denuncia Feminista era “un colectivo de acción artístico-política que intervenía la vía pública denunciando el maltrato y la desigualdad sexual” (Torricella, 2010, p. 5).

⁸⁰ Também conhecida como Ilse Kornreich, a fotógrafa e militante feminista deixou de usar sobrenome do marido (Kornreich) apenas alguns anos após se divorciar, e adotou o sobrenome materno (Fuskova), em 1989.

⁸¹ CARRASCO, Adriana. Contra la ola feminista victimizante. Cuadernos de Existencia Lesbiana. *Revista Anfibia*, 2020. Disponível em <https://www.revistaanfibia.com/cuadernos-existencia-lesbiana/>. Acesso em 23/07/2023.

⁸² O mesmo texto também pode ser encontrado no boletim *Brujas*, dividido em três partes publicadas nos números 4, 5 e 6.

juntamente com a psicóloga Ana Rubiolo e o fotógrafo Julián García Acevedo,⁸³ propuseram o “Taller de existencia lesbiana”, que aconteceu durante as V Jornadas Feministas da Asociación de Trabajo y Estudio de la Mujer (ATEM). Nessa ocasião, foram coletados testemunhos de mulheres lésbicas a partir de um questionário elaborado pelo grupo, que colocava perguntas como “Alguna vez te sentiste atraída por una mujer?” e “Alguna vez te sentiste culpable por amar a una mujer?”. A atividade também deixava um espaço livre para as participantes escreverem sobre outras questões. As respostas deram corpo à primeira edição dos *Cuadernos de Existencia Lesbiana*.

En este momento tenemos una inquietud básica: recabar y recopilar material porteño a partir de lo testimonial, abriendo juntas un espacio de discusión sobre temas muy concretos (roles, relaciones sexuales, temores y represión, política y existencia lesbiana, etc.). De ahí en más empezar a producir material local. Te invitamos a participar.⁸⁴

⁸³ Embora tenha se identificado como feminista lésbica no período, Julián García Acevedo passou por transição de gênero anos depois do fim da publicação dos *Cuadernos* e atualmente se identifica como uma pessoa trans.

⁸⁴ EDITORIAL. *Cuadernos de Existencia Lesbiana*, Buenos Aires, Argentina, março de 1987, nº 1, p. 1.

Imagen 10: Questionario do *Taller de existencia lesbiana*

En el taller sobre Existencia Lesbiana que se realizó en la Jornada de ATEM en noviembre de 1986, en Salta 1064, Bs. As., re-partimos el cuestionario que adjuntamos. De las repuestas a dicho cuestionario extractamos en forma temática algunas vivencias y opiniones de las mujeres participantes.

TALLER DE EXISTENCIA LESBIANA

- a) ¿Alguna vez te sentiste atraída por una mujer?
- b) ¿Alguna vez te enamoraste de una mujer?
- c) ¿Desde cuándo te sentiste atraída por una mujer?
¿En qué etapa de tu vida?
- d) ¿Qué te atrae de una mujer?
- e) ¿Alguna vez te sentista culpable por amar a una mujer?
- f) ¿Creés que es bueno hacer el amor con un varón? ¿Por qué?
- g) ¿Creés que es bueno hacer el amor con una mujer? ¿Por qué?
- h) Si has tenido relaciones sexuales con varones, ¿has hablado de ellas con tus amigas?
- i) Si has tenido relaciones sexuales con mujeres, ¿has hablado de ellas con tus amigas?
- j) Suponé que amas a una mujer, ¿cuáles son tus temores en caso de que otros se enterasen de ello?
- k) ¿Creés que existen diferencias entre la homosexualidad masculina y el lesbianismo? ¿Cuáles?
- l) Tachá los términos que desconozcas:
clítoris - vagina - orgasmo - heterosexual - homofobia -
continuum lesbiano - sororidad
- m) Espacio libre para expresar lo que desees



Fonte: *Cuadernos de Existencia Lesbiana*, Buenos Aires, Argentina, março de 1987, nº 1, p. 2. Arquivo Potencia Tortillera.

Durante os primeiros anos da publicação, os editoriais foram assinados por Ilse Fuskova, responsável pela redação, e Adriana Carrasco, responsável pela diagramação. Nesse período, a experimentação visual, a poesia, os registros verbais inconclusos, dialógicos e coletivos (entrevistas e questionários) foram as ferramentas privilegiadas (Torricella, 2010). Boa parte dos cadernos eram compostos por testemunhos anônimos cedidos ao grupo por mulheres lésbicas, que contavam sobre suas paixões e sobre as primeiras experiências sexuais que tiveram com outras mulheres. Importantes colaboradoras da publicação, as leitoras também escreviam à publicação diversas mensagens e poemas de amor, muitas delas dedicadas a alguém.

Poemas de leitoras e escritoras contemporâneas famosas ocupavam um espaço significativo da publicação. A escrita de poesias era considerada como uma ferramenta revolucionária, sobretudo considerando o contexto de censura da ditadura militar. Embora muitas feministas acreditem na poesia como forma de expressão política independentemente de sua sexualidade, para as militantes lésbicas feministas a escrita poética parece significar algo particular. Por exemplo, notamos que as principais figuras históricas (e míticas) destacadas na publicação lésbica em questão têm em comum a escrita de poesias sobre seu amor por outras mulheres, como a poeta grega Safo e sua suposta aprendiz, Bilitis⁸⁵. Podemos mencionar ainda a Sórora Juana Inez de la Cruz, uma figura histórica central diante da filiação de Ilse Fusková a uma teologia feminista.

Com a saída de Adriana Carrasco do grupo editorial na década de 1990, o discurso religioso passa a ser um elemento central da publicação, bem como a figura da Deusa. A religiosidade característica desde o início da publicação pode ser considerada como um aporte fundamental a que Ilse Fusková aspirava,

⁸⁵ Em outubro de 1992, foi publicado um suplemento literário dos *Cuadernos de Existencia Lesbiana* com poemas atribuídos a Bilitis, selecionados por Claudina Marek. A publicação consiste em partes do livro *Os cantos de Bilitis*, de Pierre Louÿs, que criou a poeta e uma série de textos bastante semelhante aos originais gregos. Destacamos que a primeira edição do livro data de 1894 e, anos depois, o próprio escritor contou se tratar de uma invenção sua. Ver mais em: LOUÏS, Pierre. *Os cantos de Bilitis | Les chansons de Bilitis*. Trad. Oleg Almeida. (n.t.), n. 5, v. 2, set. 2012, pp. 121. Disponível em: https://ia902903.us.archive.org/7/items/n.t._Revista_Literaria_em_Traducao_n_5/n.t._Revista_Literaria_em_Traducao_n_5.pdf.

e que ganha fôlego quando Claudina Marek se junta à publicação. Em 1993, um suplemento literário publicado junto ao número 15 contém extensas partes do livro *Monjas lesbianas*, citado anteriormente. O último número da publicação, intitulado “Tras la huella de la Diosa”, foi inteiramente dedicado ao tema.

Os *Cuadernos de Existencia Lesbiana* foram publicados em um momento de consolidação da militância baseada em identidades sexuais – a Comunidad Homosexual Argentina (CHA) foi criada em 1984 e, junto a outros grupos, deu impulso à primeira marcha do orgulho aconteceu em 1992. Também na década de 1980, o movimento de mulheres se complexificava, as pautas feministas começam a ecoar no espaço público, como no Estado e em instituições da política formal, contando ainda com novas integrantes e novas instancias, a exemplo do Encuentro Nacional de Mujeres.

Esse esforço de traduzir, criar e compilar materiais sobre mulheres lésbicas indica, como analisa Paula Torricella, a escassez de produções sobre o tema no contexto argentino, visto que até o surgimento do grupo, a reflexão sobre lesbianidade era pequena, inclusive no interior dos grupos feministas. Além disso, não existiam redes dispostas a importar materiais estrangeiros sobre lesbianidade no país. Portanto, naquele período, a homossexualidade “era inexistente como tema de reflexión y oscilaba en el imaginario social entre el desprecio y el desconocimiento” (Torricella, 2010, p. 7). Contudo, a autora destaca que o problema não era uma questão particular dos feminismos argentinos ou latino-americanos, pois uma das primeiras organizações de militância lésbica havia sido fundada há apenas alguns anos, a International Lesbian Information Service (ILIS), criada na Suíça, em 1982.⁸⁶

Provavelmente, a percepção da falta de materiais foi o que estimulou o grupo editorial a oferecer “[...] un servicio de fotocopias de materiales sobre lesbianismo y feminismo”⁸⁷. Esse trabalho é semelhante ao realizado pelas

⁸⁶ ILIS foi fundada por militantes lésbicas que romperam com a Organização Gay e Lésbica Internacional (ILGA) na ocasião de um encontro anual desta organização, que aconteceu na cidade italiana de Turim, em 1982. De acordo com Paola Bacchetta, que estava entre aquelas que se separaram da organização, as lésbicas estavam insatisfeitas com a omissão da liderança da ILGA diante das críticas à filiação de grupos com posturas racistas e misóginas (Bacchetta, 2002).

⁸⁷ Editorial. *Cuadernos de Existencia Lesbiana*, Buenos Aires, Argentina, maio de 1987, nº 2, p.10.

brasileiras do Grupo de Ação Lésbica-Feminista, que se propuseram a montar uma biblioteca sobre o tema e multiplicar seus arquivos. No caso argentino, a prática da tradução foi uma das principais atividades da militância lésbica para estimular a produção local. Ao longo de toda a publicação, pequenos fragmentos como frases de livros e um ou dois versos de poesias preenchem os espaços em branco dos cadernos. Para Paula Torricella, tratava-se de uma das estratégias para contextualizar as traduções com o objetivo de “capturar la intensidad de un pensamiento, un momento de iluminación que pudiera desencadenar y habilitar palabras argentinas para la existencia lesbiana” (Torricella, 2010, p. 8).

Tal ausência de debates sobre o tema pode explicar parcialmente o grande sucesso da primeira edição da publicação. Os *Cuadernos de Existencia Lesbiana* foram vendidos pela primeira vez na marcha do 8 de março de 1987, na Plaza del Congreso, em Buenos Aires, pelo pequeno grupo de ativistas lésbicas, que usava fitas lilás amarradas na testa nas quais lia-se “apasionadamente lesbianas”. Na edição do primeiro aniversário da publicação, Ilse Fuskova e Adriana Carrasco lembram que, em pouco tempo, o grupo vendeu todos os exemplares que conseguiram imprimir com o pouco recurso de que dispunham:

Sólo teníamos dinero para 50 ejemplares. Además, no sabíamos qué acogida iba a tener la primera publicación del lesbianismo feminista de Bs. As. Pero ese día, a la hora, habíamos vendido todo el stock. Y nos pedían más. Sobre todo, gente del anarquismo y los gays. Esa semana fotocopiámos 50 ejemplares más, y luego otros 50.⁸⁸

⁸⁸ “Só tínhamos dinheiro para 50 exemplares. Ademais, não sabíamos que recepção teria a primeira publicação do feminismo lésbico de Buenos Aires. Mas naquele dia, em uma hora, havíamos vendido todo o estoque. E nos pediam mais. Sobretudo, gente do anarquismo e os gays. Essa semana fotocopiámos mais 50 exemplares, e logo outros 50.” EDITORIAL. *Cuadernos de Existencia Lesbiana*, Buenos Aires, Argentina, março de 1988, nº 5, p. 1. Edição de aniversário (tradução nossa).

Imagem 11: Fragmento de Monique Wittig e Sand Zeig traduzido para o espanhol em *Cuadernos de Existencia Lesbiana*.



del "BORRADOR PARA UN DICCIONARIO DE LAS AMANTES"

Nesse dia, “El Cuaderno se convirtió en la primera publicación periódica de las lesbianas feministas de Buenos Aires”.⁸⁹ Exemplares de uma quarta tiragem da publicação também foram distribuídos durante o II Encuentro Nacional de Mujeres, que aconteceu naquele mesmo ano, em Córdoba. Apesar do constrangimento de muitas leitoras ao comprar a publicação, todas as impressões foram vendidas. Em um editorial, Ilse Fuskova e Adriana Carrasco narram uma série de “desculpas” que ouviram das mulheres que compraram os cadernos: “‘lo compro porque mi hija es psicóloga y le puede interesar’; ‘no lo compro para mí, es para una amiga’; ‘no es para mí, sino para la biblioteca’”.⁹⁰ Esse embaraço das argentinas pode ser comparado ao “medo de dar bandeira” das brasileiras leitoras de *Chanacomchana*.⁹¹ Para as feministas portenhas, as lésbicas tinham “[...] internalizada la terrible prohibición de hierro de concernos, de amarnos, de ayudarnos a vivir una vida mejor”.⁹² Para Rosely Roth, “A interiorização de conceitos como doença e anormalidade gera vergonha e culpa por se ter desejos lésbicos”.⁹³

Tratando-se de uma publicação autofinanciada, é provável que o medo e o constrangimento sentido ao comprar um material sobre lesbianidade tenha sido um obstáculo para as vendas dos exemplares de *Cuadernos de Existencia Lesbiana*, impactando diretamente sua periodicidade. Ao todo, foram editados 17 números, entre 1987 e 1996 – uma média de 1 a 2 números por ano. Inicialmente, a publicação saiu com periodicidade bimestral. A partir do segundo ano, o intervalo de tempo entre as edições variou significativamente, e a publicação chegou a ficar mais de um ano fora de circulação. Apesar disso, o número de páginas foi mantido de maneira mais consistente.

⁸⁹ “O Caderno se converteu na primeira publicação periódica das lésbicas feministas de Buenos Aires” EDITORIAL. *Cuadernos de Existencia Lesbiana*, Buenos Aires, Argentina, março de 1988, nº 5, p. 1. Edição de aniversário. (Tradução livre).

⁹⁰ EDITORIAL. *Cuadernos de Existencia Lesbiana*, Buenos Aires, Argentina, maio de 1987, nº 2, p. 1.

⁹¹ Rosely Roth, do conselho editorial do boletim *Chanacomchana*, apontava que o medo e a vergonha poderiam restringir a compra e a leitura das publicações lésbicas. Dessa forma, a circulação do boletim era limitada, visto que muitas mulheres não o compravam porque temiam ser “descobertas” por suas famílias e sofrerem violências e represálias.

⁹² EDITORIAL. *Cuadernos de Existencia Lesbiana*, Buenos Aires, Argentina, maio de 1987, nº 2, p. 1.

⁹³ ROTH, Rosely. *Chanacomchana*, São Paulo, Brasil, abril de 1985, nº 7, p. 7.

Tabela 5: Periodicidade dos *Cuadernos de Existencia Lesbiana*

Ano	Mês	Número
1987	março	Nº 1
	maio	Nº 2
	julho	Nº 3
	agosto/setembro	Nº 4
1988	março	Nº 5
1989	março	Nº 7
	julho	Nº 8
1990	março	Nº 9
	novembro	Nº 10
1991	março	Nº 11
	novembro	Nº 12
1992	maio	Nº 13
	outubro	Nº 14
1993	novembro	Nº 15
1994	junho	Nº 16
1996	novembro	Nº 17

Mesmo com a circulação das militantes lésbicas feministas e seus escritos nos espaços de militância feminista, sua presença e sua produção nem sempre foi bem aceita. Em 8 de março de 1988, durante a marcha do Dia Internacional da Mulher na Plaza del Congreso, as escritoras dos cadernos foram recebidas com hostilidades, mesmo que o nome do grupo estivesse registrado nos panfletos de convocação do ato.⁹⁴ Anos depois, Ilse Fusková narrou o acontecimento em um dos números da publicação: as militantes lésbicas foram convidadas a se retirarem da marcha e, ao negarem, foram empurradas e agredidas. Contudo, conseguiram permanecer na marcha com o apoio de um grupo de mulheres indígenas.⁹⁵

Até entre as companheiras lésbicas houve uma resistência ao trabalho do grupo desde a primeira publicação, denunciada em um editorial da décima edição do caderno. No texto, Ilse Fuskova e Adriana Carrasco criticavam as

⁹⁴ Em uma entrevista gravada para a Casa Sofia, publicada no canal do YouTube, Adriana Carrasco lembra a feitura da icônica bandeira dos *Cuadernos de Existencia Lesbiana* e narra o acontecimento durante a marcha de 1988. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LEtHeRfABw>. Acesso em: 15/02/2023.

⁹⁵ FUSKOVÁ, Ilse. Un poco de historia reciente: las lesbianas y las mujeres peronistas. *Cuadernos de Existencia Lesbiana*, Buenos Aires, Argentina, nº 15, novembro, 1993, p. 6.

“*cucarachas*”, como passaram a chamar ironicamente as feministas lésbicas “que por temor, y más específicamente por padecer un tipo de lesbofobia, se han dedicado a llenar de obstáculos y de recriminaciones a las lesbianas feministas que decidimos llevar nuestra especificidad a la esfera de lo público”.⁹⁶

Cucaracha é o nome em espanhol que se dá às baratas, insetos característicos por seu comportamento de fuga, hábitos noturnos e gosto por esconderijos subterrâneos. Esse termo era usado para apontar o isolamento e a formação de “guetos” de mulheres lésbicas que não expunham publicamente sua sexualidade e, portanto, optavam por não se organizarem politicamente em torno da identidade lésbica.⁹⁷ Para as militantes de *Cuadernos de Existencia Lesbiana*, o gueto era válido porque consistia em um lugar seguro, onde a lesbianidade não era questionada e tratada como uma patologia. Entretanto, o consideravam alienante, visto que o isolamento era um obstáculo para a organização política de feministas lésbicas.

Para as editoras da publicação, a problemática lesbiana deveria ser pensada juntamente com outros temas feministas, pois partiam do pressuposto de que a negação ou repressão da sexualidade das mulheres é parte de sua opressão como gênero. Sendo assim, analisavam que a marginalização das mulheres lésbicas na sociedade está relacionada a uma profunda repressão de toda a sexualidade e do prazer das mulheres, tomadas como propriedade individual e coletiva dos homens. Ao mesmo tempo, como analisa Vir Cano, os *Cuadernos de Existencia Lesbiana* podem ser considerados como um “[...] dispositivo de interrupción em el discurso hetero-centrado del feminismo local de aquellos años ochenta, así como una contestación al clima social patologizante y estigmatizante de la población GLBT+” (Cano, 2022, p. 222).⁹⁸

⁹⁶ “que por medo, e mais especificamente por sofrer uma espécie de lesbofobia, têm se dedicado a encher de obstáculos e recriminações as feministas lésbicas que decidiram levar nossa especificidade à esfera pública”. FUSKOVA, Ilse. CARRASCO, Adriana. Editorial. *Cuadernos de Existencia Lesbiana*, Buenos Aires, Argentina, novembro de 1990, nº. 10, p. 1. (Tradução livre).

⁹⁷ GARCÍA, Crisina. No soy cucucaracha, ni lo quiero ser. *Cuadernos de Existencia Lesbiana*, Buenos Aires, Argentina, março de 1988, nº 5, p. 15. Edição de aniversário.

⁹⁸ “[...] um dispositivo de interrupção do discurso hétero-centrado do feminismo local dos anos oitenta, assim como uma contestação do clima social patologizante e estigmatizante da população GLTB+” (tradução nossa).

Cuadernos tinha um formato de fanzine bastante semelhante ao de *Chanacomchana*, com colagens de desenhos simples, textos datilografados e escritos à mão. Como sugere o título, a publicação era feita em formato de caderno e as edições apresentavam uma diagramação simples, com poucos elementos gráficos, margens consideravelmente amplas e textos sem variações na fonte, alinhados à esquerda. Analisando a experiência da publicação, quase 30 anos depois, Paula Torricella escreve que “Los blancos invitaban a escribir libremente en los márgenes (después de todo, se trataba de cuadernos)”.⁹⁹

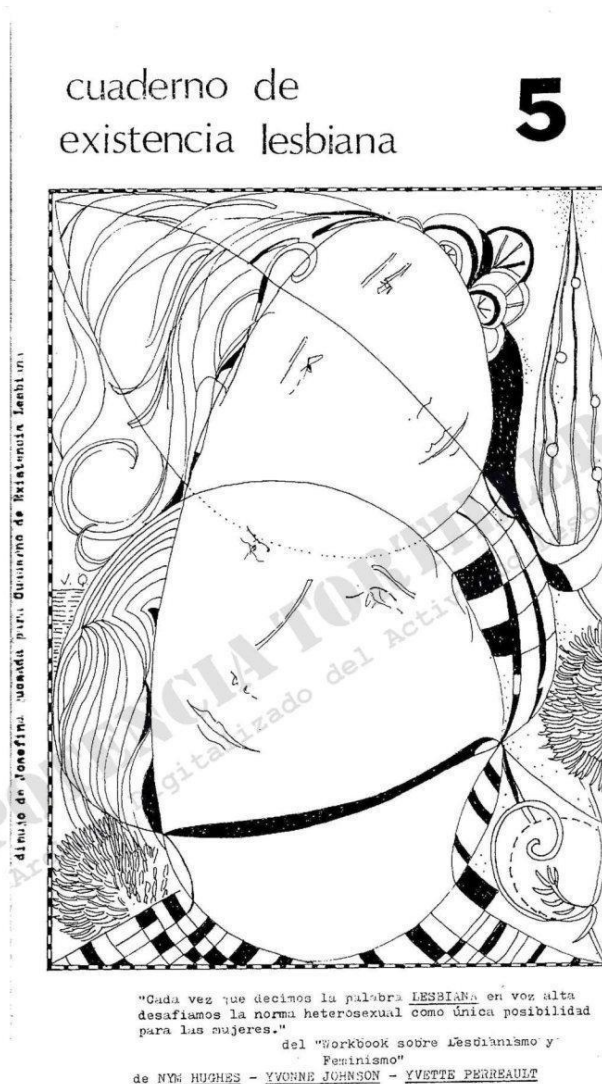
Com exceção dos números 13 ao 17, as capas eram estampadas por desenhos e colagens sofisticadas, criadas especialmente para a publicação por Josefina Quesada, artista plástica e anarquista.¹⁰⁰ O título da publicação era datilografado, em caixa alta, e colado na capa, ao lado ou abaixo das produções da artista. A publicação ganhou uma tipografia própria apenas em 1988, quando um novo logotipo foi criado por Edith Costa,¹⁰¹ apresentando um designe mais moderno, com letras minúsculas, caracteres arredondados e sem serifa, lembrando a escrita cursiva.

⁹⁹ “Os brancos convidavam a escrever livremente nas margens (afinal, tratava-se de cadernos)”. TORRICELLA, Paula. Lesbianismo: hágalo usted misma. *Cuadernos de Existência Lesbiana*, Argentina, Buenos Aires, outubro de 2015, nº 1, p. 6. (Tradução nossa).

¹⁰⁰ Josefina Quesada foi uma artista plástica profícua e muito reconhecida. No período, a artista tinha aproximadamente 80 anos e colaborou com publicações feministas até o final de sua vida. Em outubro de 1998, após a sua morte, uma edição de *Brujas* foi dedicada à sua homenagem.

¹⁰¹ A ilustradora também colaborou grandemente com o boletim *Brujas*, criando capas e traduzindo textos do inglês para o espanhol.

Imagem 12: *Capa dos Cuadernos de Existencia Lesbiana Nº 5.*

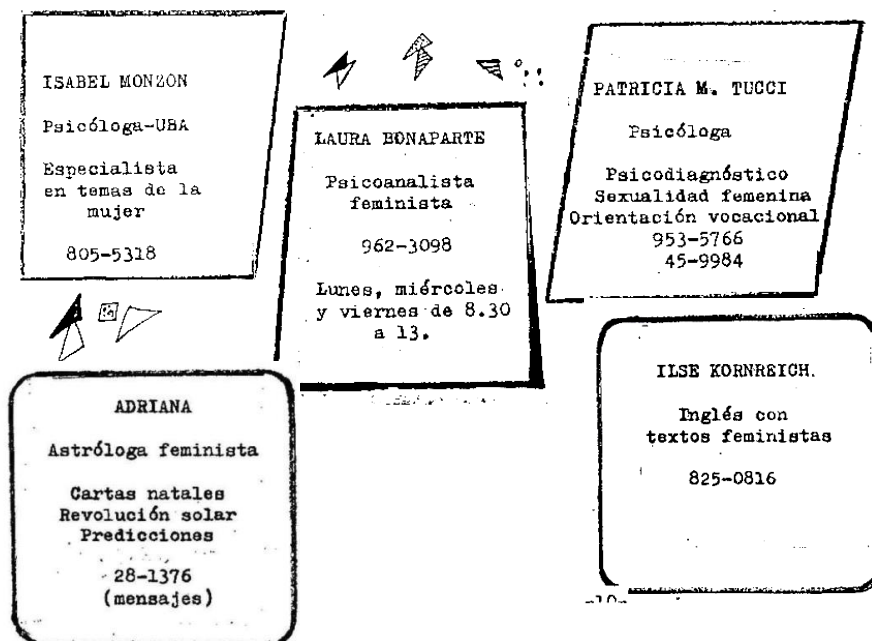


Fonte: *Cuadernos de Existencia Lesbiana*. Buenos Aires, Argentina, março de 1988, nº 5, capa. Arquivo Potencia Tortillera.

Ilse Fuksova, Adriana Carrasco e Josefina Quesada construíram um arquivo das existências lésbicas, reunindo materiais, elaborando traduções, coletando depoimentos, recortando desenhos e produzindo coletivamente os fanzines, que eram vendidos mão a mão apenas para cobrir os gastos da produção. Assim como no caso do boletim *Brujas*, a produção dos cadernos foi completamente autofinanciada, entretanto, a questão da autonomia não era um debate presente nos artigos dessa publicação. A primeira edição contou com a contribuição financeira de Josefina Quesada, Safina Newbary, María Clara e

Oscar Gómez. Para custear a produção do jornal, o grupo também publicou alguns anúncios, especialmente de psicólogas e tradutoras feministas.

Imagem 13: *Anúncios extraídos de Cuadernos de Existencia Lesbiana*



Fonte: *Cuadernos de Existencia Lesbiana*. Buenos Aires, Argentina. Arquivo Potencia Tortillera.

4. TROCANDO VASSOURAS POR LIVROS: REESCREVENDO A HISTÓRIA

Entendemos que a história está sempre em disputa e que não é um domínio exclusivo da história acadêmica. Portanto, consideramos importante compreender criticamente como feministas se apropriaram da história no contexto em questão. Isso não significa “corrigir” erros ou imprecisões históricas, mas analisar os objetivos e desdobramentos dos discursos sobre o tema.

Em países como Brasil e Argentina, uma rede informal de militantes e pesquisadoras engajadas na defesa dos direitos das mulheres e na produção de conhecimento sobre a então chamada “condição feminina” se construiu com a ajuda da imprensa feminista. Para a difusão dessa produção, a comunicação entre grupos e a circulação de ideias, as mulheres engajadas se dedicaram à

escrita e à publicação na imprensa feminista. Como apontado no capítulo anterior, as diversas iniciativas da imprensa feminista tinham em comum o objetivo de divulgar a produção de conhecimento e debates sobre feminismo, gênero e história.

Aqui buscarei identificar e analisar especificamente textos sobre história publicados nesses jornais, além de discutir os temas da história debatidos e sua relação com as pautas feministas. Os três principais temas dizem respeito à história da caça às bruxas, mulheres africanas e afrodescendentes na história, e a poeta Safo, da Ilha de Lesbos. A importância de abordar três temas tão distintos reflete a presença de diferentes perspectivas feministas, bem como a importância da subjetividade para consciência histórica.

A partir disso, é possível analisar o lugar da história no feminismo, isto é, quais seus objetivos ao estabelecer uma relação entre temas da história e pautas feministas. Por exemplo, o uso da figura das bruxas e da história da caça às bruxas muitas vezes acompanha debates sobre conhecimento, poder, sexualidade e direitos reprodutivos. Por outro lado, a análise das fontes também nos permite questionar sobre como a consciência feminista impacta a consciência histórica das mulheres.

Se a história não era a questão central na imprensa feminista, ao menos se constituía como um de seus elementos, diferenciando-a de outros modos de fazer jornalístico, sobretudo da grande imprensa. Em 1990, o caráter industrial do jornalismo, focado em “produzir notícias” e determinado por uma rotina fabril, estava estabelecido no mundo todo. Enquanto um “produto industrial sujeito às leis da velocidade competitiva de produção”, passou a ter como um dos seus pontos básicos o tempo do acontecimento – elemento que se tornaria a unidade de construção dos jornais (Buitoni, 1990, p. 178). Portanto, não havia mais o interesse em construir uma narrativa; o interesse estava na notícia transformada em uma mercadoria concreta. Ou seja, o jornalismo “Deixou de ser narração, virou mera divulgação comercial” (Buitoni, 1990, p. 182).

Nos jornais feministas, encontramos uma outra forma de narrar. A notícia está ancorada na atuação política dos feminismos que, por sua vez, tem como um de seus objetivos investigar a realidade da situação das mulheres, ancorada em uma reflexão sobre o passado. Exemplo disso é um artigo sobre a trajetória

do feminismo brasileiro, publicado no jornal *Mulherio* em 1987, por Branca Moreira Alves.¹⁰² O ano foi marcante para brasileiras engajadas na reconstrução da democracia no país e atentas ao processo de elaboração da nova Constituição para garantir que os direitos das mulheres fossem reconhecidos na legislação. As conquistas do feminismo brasileiro durante o processo de redemocratização, como a institucionalização do movimento, representavam um avanço na histórica luta feminista por cidadania.

Para a historiadora, registrar essa história é uma “Tarefa fascinante de busca, de descoberta e de aprendizado, em que nos sentimos ligadas às nossas predecessoras, e nos entendemos a nós mesmas como parte de um processo, com passado, presente e futuro”.¹⁰³ Logo em seguida, um informe publicitário assinado por Zuleika Alembert comemora a institucionalização do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (CECF).¹⁰⁴ Dessa forma, as publicações feministas não se limitavam em contar notícias sobre o feminismo, mas buscavam pensá-lo a partir da história. As feministas escreviam sobre o passado e pensavam suas lutas historicamente.

4.1 BRUXAS

“Somos netas das bruxas que não conseguiram queimar” ou, em espanhol, “Somos las nietas de las brujas que no pudieron quemar”, é uma popular frase de efeito geralmente associada ao feminismo. Na Argentina, podemos observar novos processos de apropriação política e mercantilizada da imagem da bruxa como mártir feminista e a identificação de militantes contemporâneas como herdeiras de seu legado. Enquanto algumas mulheres se identificam como bruxas a partir de uma ideia mística e espiritual, outras usam chapéus pontudos como bruxas estereotípicas como marca de um feminismo lúdico, antipatriarcal e anticapitalista. Nesse contexto, a figura da bruxa se tornou

¹⁰² Branca Moreira Alves é uma militante feminista brasileira, formada em História e Direito e mestre em Ciências Políticas. Foi a primeira presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro (Cedim), em 1987. Publicou livros como “O que é feminismo?” (1985) e “Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer” (2022), com coautoria de Jacqueline Pitanguy, que também presidiu o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) em 1987.

¹⁰³ ALVES, Branca Moreira. A luta pelo voto. *Mulherio*. São Paulo, Brasil, dez./fev., 1987, nº 27, p. 18.

¹⁰⁴ ALAMBERT, Zuleika. Institucionalizado o Conselho Estadual da Condição Feminina. *Mulherio*. São Paulo, Brasil, dez./fev., 1987, nº 27, Anúncio, p. 18.

um símbolo aglutinador de diferentes perspectivas feministas, que convergem na defesa da secularização da política, da igualdade de gênero e dos direitos sexuais e reprodutivos (Felitti, 2021).

No Brasil, a visita da filósofa Judith Butler ao país em 2017, na ocasião de sua participação em um seminário sobre o fim da democracia, religiosos encenaram a caça às bruxas em um violento ato de verdadeira perseguição à intelectual feminista. Manifestantes atearam fogo e pisotearam uma boneca montada com uma foto da filósofa e um chapéu preto e pontudo, característico das imagens de bruxas. O protesto exigia o cancelamento de uma suposta palestra sobre “gênero” que, segundo os manifestantes, ameaçava a família, a moral e a nação. Judith Butler (2017) analisa que seu nome significava apenas “a proponente de uma ideologia de gênero” e a incineração de sua efígie como bruxa mostrava que o fantasma das bruxas como agentes demoníacos ou o próprio demônio encontrou eco na ideia da “diabólica ideologia de gênero”.

Para o imaginário coletivo, as bruxas são mulheres perigosas, que possuem poderes malignos e praticam rituais de adoração satânicos. Também são sinônimos de mulheres feias, mal-humoradas e solitárias. No dicionário Houaiss, o verbete “bruxa” é definido como “mulher que tem fama de se utilizar de supostas forças sobrenaturais para causar malefício, perscrutar o futuro e fazer sortilégios; feiticeira” e, por extensão, “mulher muito velha e feia”, “mulher azeda e mal-humorada” e “qualquer mulher de quem não se goste”. Com exceção dos poderes mágicos, os mesmos adjetivos são usados até hoje para atacar mulheres, especialmente as feministas.

Dessa perspectiva, quando uma mulher é chamada de bruxa, é como se fosse uma acusação. As mulheres que não correspondem a expectativas sociais e de gênero, como a docilidade, são vistas como “bruxas” e ameaçadoras. Dizer que uma mulher “parece uma bruxa” sugerindo que é “feia”, não é simplesmente uma crítica à sua aparência. Mais do que isso, é uma tentativa de desqualificá-la, diminuindo sua existência a uma questão de beleza. Essa estratégia fica evidente em situações em que o ataque é motivado por uma objeção a mulheres que ocupam espaços de poder, por exemplo. De acordo com Naomi Wolf (2018, p. 35), a caricatura da feminista feia, criada para ridicularizar a feministas do século XIX, foi ressuscitada para penalizar as mulheres por seus atos públicos e

para minar os avanços dos movimentos feministas dos anos de 1960, e “tornou-se o paradigma de novos limites impostos por toda parte às mulheres em ascensão”.

Naomi Wolf (2018, p. 24) analisa uma “[...] violenta reação contra o feminismo que emprega imagens da beleza feminina como uma arma política contra a evolução da mulher”, o chamado mito da beleza. As imagens da beleza reforçadas pela imprensa, como as revistas femininas, foram uma necessidade econômica contemporânea, característica de um momento em que a mística feminina havia sido incessantemente questionada e desestabilizada por avanços dos movimentos feministas.

“Mística feminina” é um conceito criado por Betty Friedan (1971), psicóloga feminista, para descrever um ideal de feminilidade imposto a mulheres estado-unidenses após a Segunda Guerra Mundial: a imagem da dona de casa do subúrbio, mãe e esposa em tempo integral, que se tornou um sonho de realização pessoal para as mulheres norte-americanas. A mística feminina dissimulava a importância econômica das mulheres para o consumo na sociedade industrial, fazendo de uma necessidade econômica – a domesticidade – uma virtude social das mulheres. Agora, o mito da beleza redefine o valor social das mulheres como a realização da beleza virtuosa, tomado o lugar da encarnação da domesticidade virtuosa para a manutenção da dominação das mulheres (Wolf, 2018).

Mulheres consideradas “feias” são aquelas que questionam os papéis de gênero. O termo “feminista” passou a ser usado como sinônimo de “mulher feia” ou “masculinizada”, como forma de ridicularizar as mulheres, independentemente de sua posição política. Quem nunca ouviu que “toda feminista é feia”? Ou que uma mulher se tornou feminista porque é “feia” e ressentida por ter sido rejeitada por algum homem? O feminismo é visto como um “fenômeno” que faz as mulheres se tornarem feias e masculinas,¹⁰⁵ principalmente aquelas que ocupam o espaço público e se engajam politicamente. Participar da política não é “feminino”. Por outro lado, o feminismo é ironicamente apontado como um movimento antihomem porque é formado por

¹⁰⁵ Basta uma pesquisa rápida na internet sobre “antes e depois do feminismo” para encontrar uma série de montagens com legendas como “o feminismo destrói a imagem das mulheres”.

mulheres que, supostamente, odeiam os homens por não serem sexualmente desejadas por eles.

Segundo a lógica misógina, por serem “feias” e solitárias, feministas são infelizes e mal humoradas – como as bruxas. A figura da feminista mal humorada é “the one who cannot or will not get the joke; the one who is miserable” (Ahmed, 2017, p. 245). Ser feminista significa se negar a rir de piadas que não são engraçadas, mas sim sexistas e violentas. A figura da feminista mal humorada é bastante próxima da feminista desmancha-prazeres, uma figura antifeminista que ganha novos contornos a partir do livro *Living a feminist life*. Para Sara Ahmed (2017), tornar-se feminista é ser uma estraga-prazeres – uma *feminist killjoy*. A feminista é vista como uma estraga-prazeres quando fala sobre sexismo e racismo, provocando incômodos por apontar problemas. A feminista desmancha-prazeres é aquela que sempre insiste em colocar questões feministas, que é vista como hostil e conflituosa. A feminista é uma desmancha-prazeres porque não ri de piadas ofensivas e arruína festas e jantares em família.

E por que as feministas se identificam como bruxas? É claro que as feministas não concordavam com o estereótipo sobre as bruxas ou sobre si mesmas. Por isso, a imagem da bruxa foi subvertida por feministas de quase todo o mundo, entre as décadas de 1960 e 1980. Como destaca Eni Orlandi (2020, p. 50), “o dizer tem história”. Isso significa que os sentidos são determinados pela história. O sentido da palavra muda de acordo com a posição de quem a emprega, isto é, o sentido não está na essência das palavras, mas na discursividade e, por isso, são sempre determinados ideologicamente. A característica instável do discurso é o que permite diferentes apropriações de símbolos, mudando significativamente o seu sentido. Discurso não se trata apenas de transmissão de informação, mas da relação entre sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, da constituição de sujeitos e da produção de sentidos. É se apropriar da injúria e inverter seu sentido, dando um sentido de resistência a ela.

É por isso que o fato de as feministas usarem a figura da bruxa não significa que aceitem o estereótipo criado sobre si mesmas, embora os diferentes sentidos sejam indissociáveis, pois “O processo de produção de sentidos está necessariamente sujeito ao deslize, havendo sempre um ‘outro’ possível que o

constitui” (Orlandi, 2020, p. 42). Há uma apropriação da bruxa como símbolo feminista de rebeldia e insubmissão, a partir da criação de novas narrativas em torno da história da caça às bruxas. De acordo com as histórias feministas, as bruxas foram mulheres sábias e poderosas, acusadas de praticarem bruxaria devido à ignorância dos homens e da Igreja, que entendiam seu profundo conhecimento sobre a natureza como uma ameaça ao poder patriarcal.

De acordo com Laurel Zwissler (2018), a imagem das bruxas para as feministas mudou ao longo da história. As sufragistas viam as bruxas como mulheres vitimadas por uma superstição misógina, denunciando a caça às bruxas por suas acusações falsas e irreais. Por isso, feministas como Matilda Joselyn Gage, comparavam o julgamento enfrentado por mulheres acusadas de bruxarias às falsas acusações impetradas contra as sufragistas. Além disso, contrastando a violência e a tortura sofrida pelas “bruxas” com os ideais de feminilidade, a comparação era uma estratégia retórica usada para questionar o tratamento condescendente em relação às mulheres que justificava a necessidade de sua exclusão da vida pública devido a sua “natureza delicada”. Para Gage, em ambos os casos, tratava-se de manter as mulheres fora do espaço público e longe do poder político.

In linking women’s current conditions of political repression to the physical violence of the early modern witch hunts, activists of the first wave positioned themselves clearly as part of a centuries-long struggle for emancipation from patriarchal oppression, as well as cast their opponents as cruel and ignorant. The thread that bound women accused of witchcraft historically and first wave suffragists was their shared victimization by patriarchy (Zwissler, 2018, p. 11-12).¹⁰⁶

Nas décadas de 1960 e 1970, a imagem da bruxa ganha novos significados. O foco da narrativa foi colocado sobre a opressão sistêmica e cultural que, evidentemente, não foi resolvida com a conquista do sufrágio. As histórias de bruxa exploram a possibilidade de as mulheres acusadas de bruxaria confundirem e amedrontarem os homens com alguma prática ininteligível para estes, que só poderiam entender a diferença das mulheres como algo satânico. Laurel Zwissler (2018) analisa que, para as feministas, se homens poderosos

¹⁰⁶ “Ao relacionar as condições vigentes de repressão política das mulheres à violência física da caça às bruxas da Idade Moderna, as ativistas da primeira onda se posicionaram claramente como parte de séculos de luta por emancipação da opressão patriarcal, assim como classificaram seus oponentes como cruéis e ignorantes. O que ligava as mulheres historicamente acusadas de bruxaria e as sufragistas da primeira onde era a vitimização pelo patriarcado de que compartilhavam” (tradução nossa).

odiavam as bruxas tanto quanto os homens odeiam as feministas, talvez isso significasse que as feministas tenham sido bruxas esse tempo todo e vice-versa. Em outras palavras, “If a witch is a woman who is not doing what men want her to do, then she is the original feminist, and today’s feminists are just the newest witches” (Zwissler, 2018, p. 14).¹⁰⁷

Histórias feministas sobre as bruxas e bruxaria lembram o passado de acordo com uma variedade de mitos, ideias e necessidades políticas explícitas. A bruxa como profeminista foi constante e dramaticamente moldada, reformulada. Em meados da década de 1960, feministas radicais dos Estados Unidos, inspiradas no trabalho de Friedrich Engels sobre as origens da família, promoveram uma imagem da bruxa como uma mulher violenta e empoderada, e inauguraram vários mitos que se tornaram centrais para feministas radicais e bruxas modernas, como o mito de *Burning Times*.

Por outro lado, tais histórias apagam traços de sua própria historicidade, a fim de se apresentarem como meio de acesso imediato a um passado transparente, fixando uma visão da bruxa estática e acabada. Como analisa Diane Purkiss (1996), de fato, milhares de mulheres foram executadas e, em algumas partes da Europa, torturadas, por serem acusadas de bruxaria. Certamente, o gênero foi um elemento importante, e os acusadores e juízes eram misóginos. Entretanto, as mulheres que morreram e os motivos de sua morte não eram exatamente como contam as histórias de bruxas: não há evidências de que a maioria das acusadas fossem curandeiras ou parteiras, lésbicas ou sexualmente “liberadas”. Além disso, o uso de ervas medicinais era parte das habilidades domésticas comuns. Talvez, a maioria das acusações tenham sido feitas por mulheres – inclusive parteiras –, e frequentemente contra outras mulheres, casadas e com famílias jovens.

Em países da América Latina, como Brasil e Argentina, as feministas descrevem as bruxas como mulheres rebeldes, detentoras de conhecimentos profundos sobre a natureza, críticas da ordem religiosa e subversoras do gênero. A bruxa é uma figura de poder, ao invés de um insulto. Em publicações dos

¹⁰⁷ “Se a bruxa é uma mulher que não está fazendo aquilo que os homens querem que ela faça, então ela é a feminista original, e as feministas de hoje são simplesmente as novas bruxas” (tradução nossa).

jornais feministas, a caça às bruxas é descrita como um episódio de genocídio da história das mulheres. A caça às bruxas é contada como um dos capítulos mais cruéis da história da humanidade, e que teria sido ignorado porque as vítimas foram mulheres.

Entretanto, essa não é uma história de todas as mulheres, mas das mulheres populares. Com frequência, as feministas afirmavam que bruxas eram mulheres, em sua maioria, anônimas e das camadas mais pobres, herdeiras de artes curativas, parteiras e conhecedoras de ervas contraceptivas, pioneiras da homeopatia, comunicadoras, perigosas, não passivas, desobedientes ao regime feudal e opositoras da Igreja. Por isso, a história da caça às bruxas aparece nos jornais relacionada a temas como direitos reprodutivos e autonomia sobre o corpo.

Quanto a imagens, os poucos desenhos de bruxas são, em sua maioria, somente silhuetas e revelam pouco sobre a imagem das bruxas. Geralmente, as bruxas estão voando pelo céu e o que se pode ver é apenas sua sombra, contra a luz da lua, sempre com seus chapéus pontudos. Na maioria das vezes, os desenhos são apenas ilustrações e não tem relação direta com o conjunto de textos da página onde está localizada.

Imagem 14: Ilustração “Brujas noches”



Fonte: *Brujas*. Argentina, Buenos Aires, novembro de 1984, nº 6, p. 14.

Imagem 15: Ilustração “Bruxa de bicicleta na lua”



Fonte: *Chanacomchana*. Brasil, São Paulo, janeiro de 1984, nº 6, p. 5.

Figura 15: Cartaz do 8º Encontro Nacional Feminista (1986)



Fonte: Centro Sérgio Buarque de Holanda – CSBH/FPA

Uma exceção é uma pequena figura de uma bruxa jovem, deitada sobre o que parece ser grama, escrevendo sobre uma folha de papel.

Imagem 16: Ilustração “Bruxa escrevendo”.



Fonte: *Chanacomchana*. Brasil, São Paulo, janeiro de 1987, nº 11, p. 6.

Como aponta Jörn Rusen (2011b), as narrativas são produtos da mente humana, referem-se à identidade histórica do receptor e do comunicador e ajudam pessoas a localizarem-se no tempo de modo aceitável para si mesmas. Partindo desse pressuposto, é possível analisar as apropriações das imagens e histórias de bruxas por feministas, relacionando-as a forma como essas mulheres se identificavam naquele momento.

No periódico *Brujas*, caracterizado por sua defesa da autonomia e as críticas à Igreja, essa narrativa é bem evidente. As bruxas curandeiras são descritas como as responsáveis pela “arte de curar”, em uma população que carecia de médicos e hospitais, pois sofria com a pobreza. Entretanto, “La Iglesia consideraba que atacando a las curanderas atacaba a la magia, no a la medicina”.¹⁰⁸ De acordo com a narrativa, a associação entre bruxas e parteiras era especialmente forte. “A la Iglesia y al Estado les asustaba el uso de ese poder de curar que hacían las campesinas. Cuanto mayor era la posibilidad de ayudarse que tenían, menos dependían de Dios y de la Iglesia [...]”¹⁰⁹

Essas narrativas acompanham também uma crítica feminista ao caráter masculino da ciência, que apartou as mulheres da produção de conhecimento científico e ignorou suas possíveis contribuições. Muitas críticas tinham como foco a medicina, vista como uma instituição masculina que tomou o monopólio

¹⁰⁸ 25 de Noviembre. Las brujas como curanderas. *Brujas*, Buenos Aires, Argentina, 1984, Ano 2, nº 4, p. 3

¹⁰⁹ 25 de Noviembre. Las brujas como curanderas. *Brujas*, Buenos Aires, Argentina, 1984, Ano 2, nº 4, p. 3

do saber e do poder. “De hecho, se han practicado millones de mutilaciones al cuerpo femenino en nombre de la ciencia, igual que antes las hacían en nombre de la iglesia.”¹¹⁰ De acordo com as narrativas, isso foi feito em detrimento das curandeiras ou parteiras.

Para ello, necesitaron eliminar las practicas preexistentes, que situaban a determinadas mujeres (curanderas o parteras) como las encargadas de la salud de la población. De allí la persecución del quehacer secularmente femenino de la curación con hierbas y atención de los partos.¹¹¹

Embora vistas como poderosas, as bruxas são retratadas especialmente como vítimas dos homens e das instituições. Diane Purkiss (1996) analisa que a insistência em escrever sobre tortura e morte perpetrada contra essas mulheres reforça uma visão dualistas que identifica o bem e o mal, sugerindo dois lados da história e a identificação entre “eles” e o “nós”.

Identificamos ainda críticas à história que apontam a minimização do significado da caça às bruxas, relacionada ao apagamento das mulheres na historiografia.

La historia de las brujas sólo ha podido hacerse con retazos perdidos de la historiografía oficial, con la lectura entrelineas de los documentos dejados por los inquisidores, con los jirones de datos encontrados en la literatura y en la tradición popular y con un inmenso esfuerzo de investigación y de síntesis de las feministas que se abocaron a estudiar esta sistemática eliminación de mujeres.¹¹²

Em uma nota, ainda questionam “Pero ¿acaso no es esto mismo lo que sucede con toda la historia que tiene como protagonistas a las mujeres, con la excepción de una que otra reina o jefa de Estado?”. Para Purkiss, a figura da bruxa foi central para a história das mulheres nos anos 1970 e 1980, inicialmente impulsionada por ativistas feministas, visto que as bruxas estavam entre as poucas mulheres que tiveram algum espaço na história pré-feminista. As imagens e narrativas de feministas radicais sobre bruxas foram criadas para desafiar e questionar as “regras” operadas por historiadores acadêmicos, implicando a recusa da autoridade profissional e das estratégias discursivas que durante muito tempo definiram a história autêntica ou “verdadeira”.

¹¹⁰ STERNBACH, Nancy. La mujer fatal: ¿pornografía finisecular? *Brujas*, Buenos Aires, Argentina, 1984, Ano 2, nº 4, p. 24.

¹¹¹ SALEM, María. Las brujas. *Brujas*, Buenos Aires, Argentina, 1984, Ano 2, nº 5, p. 3

¹¹² MORTIZIA. Brujas (VI). *Brujas*, Buenos Aires, Argentina, novembro, 1984, Ano 2, nº 6, p. 3-4.

However, feminist histories of witchcraft are not finished artefacts, but stages in a complicated, conflictual series of processes within the public sphere, processes which involve both the writing of women's past and the rewriting of their present and future. Since all feminist histories offer to ask — and sometimes answer — the question 'What is a woman?', all feminist histories of witchcraft are caught up in contemporary questions of authority, authenticity and public politics (Purkiss, 1996, p. 10).¹¹³

Em quase todas as edições do periódico *Brujas*, as histórias de mulheres acusadas de bruxaria eram contadas e assinadas por suas escritoras com nomes de bruxas, como Ágatha, Morgana e María de Salem. Para Paula Torricella (2013), a prática indica o “[...] interés de las editoras en revivir esas historias subterráneas e identificarse con ellas” (Torricella, 2013, p. 15).

As acusações de bruxaria, associadas ao combate da subversão moral, política e religiosa das mulheres, ao cerceamento de seu conhecimento, liberdade e independência econômica, identificam o poder instituído. Para *Brujas* “[...] muchos ven, con razón, en el proceso contra las brujas el modelo de numerosos otros procesos en que entran en juego amenazas reales o imaginarias al poder instituido”.¹¹⁴

Tais narrativas estão baseadas sobretudo no famoso livro *Mallus Maleficarum*, dos inquisidores Kramer e Sprenger. As editoras também citam com frequência o material de Barbara Ehrenreich e Dreide English, intitulado “Brujas, comandronas y enfermeras. Historia de las sanadoras”.¹¹⁵ O panfleto de Ehrenreich e English sobre curandeiras tem o argumento central de que a caça às bruxas foi uma tentativa de médicos profissionais de tomar o controle de regulação dos corpos das mulheres. Em sua narrativa, as bruxas são vítimas inocentes, gentis, maternais, e livres da igreja, dos homens.

¹¹³ “Contudo, histórias feministas da bruxaria não são artefatos acabados, mas estágios de uma série complicada e conflituosa de processos na esfera pública, que envolvem tanto a escrita do passado das mulheres quanto a reescrita de seu presente e futuro. Se toda história feminista se propõe a perguntar — e às vezes responder — a questão ‘o que é uma mulher?’, toda história feminista da bruxaria está envolvida por questões contemporâneas sobre autoridade, autenticidade e política pública” (tradução nossa).

¹¹⁴ “[...] no processo contra as bruxas o modelo de numerosos outros processos em que entram em jogo ameaças reais ou imaginárias ao poder instituído”. 25 de Noviembre. Las brujas (1ª parte). *Brujas*, Buenos Aires, Argentina, 1983, Ano 1, nº. 1, p. 3. (Tradução nossa).

¹¹⁵ Recentemente, novas edições do livro foram publicadas em espanhol e inglês. Ver: EHRENREICH, Barbara. ENGLISH, Deirdre. *Brujas, Parteras y Enfermeras. Una historia de sanadoras*. Metcalfe & Davenport. Olmué, Chile, 2006; EHRENREICH, Barbara. ENGLISH, Deirdre. *Witches, Midwives & Nurses: A History of Women Healers*. The Feminist Press at CUNY, 2010.

Essas narrativas apresentam um engano muito comum ainda hoje, a respeito do período histórico em que ocorreu o processo que denominamos de caça às bruxas. Ao contrário do que geralmente é difundido, a caça às bruxas não aconteceu durante a Idade Média, mas, sim, na Idade Moderna. Como aponta Diane Purkiss (2003), a história da caça às bruxas é permeada de ideias universais e ahistóricas sobre as mulheres. A bruxa como ser ahistórico é esvaziado, em uma narrativa que reduz as mulheres a corpos torturados, em um espetáculo de violência. O corpo queimado é prova de opressão, a bruxa é sinônimo da mulher vítima de violência, a opressão patriarcal é um ciclo eterno. Portanto, a tentativa de feministas radicais de fazerem as bruxas parecerem reais escrevendo sobre seu corpo em dor, ao invés de suas palavras, parte de uma perspectiva negativa. O corpo em sofrimento pode ser usado como tropo da atemporalidade, apagando a especificidade de práticas sociais e discursivas que enquadram tais experiências. “Para ajudar a nós mesmas, estamos silenciando as mulheres do início da era moderna novamente.” A história é menos sobre as mulheres do passado e mais sobre nós mesmas.

A imagem da bruxa como parteira é construída sobre a ideia de que uma mulher que tem controle sobre os corpos de outras mulheres é automaticamente radical e subversiva, visto que relacionamos controle e conhecimento a autonomia sexual. Contudo, o poder das parteiras do início da era moderna poderia ser também parte do poder da igreja e do estado para regular o corpo e a sexualidade das mulheres – colocando em xeque a utilidade do mito que insiste na ideia de que o conhecimento das mulheres sobre o corpo automaticamente subverte as hierarquias de gênero. Além disso, essa fantasia reflete acriticamente noções patriarcais de feminilidade: mitos de curandeiras e parteiras reproduzem o cuidado como papel das mulheres e ideia de que estas estão mais próximas da natureza.

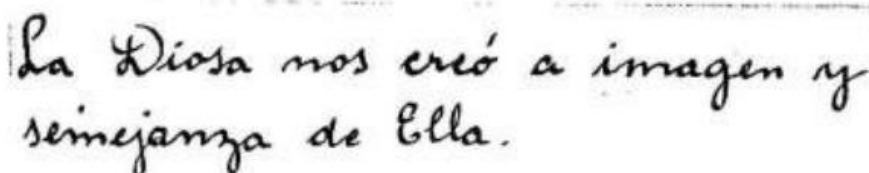
Esse elemento ganha destaque quando analisamos textos relacionados novas práticas religiosas que emergiram entre as feministas do período. De acordo com Laurel Zwissler (2018), novos movimentos religiosos, como o paganismo contemporâneo ganhou popularidade entre as feministas estadunidenses, sobretudo o “Wicca”. Considerada a verdadeira religião das bruxas, o mito sobre as práticas wicca foi uma das principais fontes de

construção da imagem da bruxa, dando ênfase à natureza, à liderança das mulheres e o sagrado como uma imagem feminina. O interesse em tradições ocultas históricas anteriores ao cristianismo, vistas como práticas ligadas à bruxaria, tornaram populares ideias como o culto à Deusa.

Esse tipo de mito e narrativa é especialmente comum nos *Cuadernos de existencia lesbiana*, embora esta publicação faça pouquíssimas referências à bruxaria ou propriamente ao paganismo Wicca. Ao contrário, o nome que se dá a esse movimento é “teologia feminista”. A última edição da publicação, intitulada “Tras la huella de la Diosa” foi inteiramente dedicado ao tema. De acordo com a publicação o símbolo e o mito comportam verdades existenciais transmitidas desde períodos antigos. A partir da espiritualidade, as lésbicas feministas dedicadas ao culto da deusa, buscaram se aproximar da história. Entendendo as imagens e símbolos como manifestações da mente humana, indicam a necessidade de explicá-la a partir de um discurso intelectual explicativo. Para elas “los símbolos no se refieren a hechos históricos aislados”, mas significam a transformação da consciência, pois têm uma “funcion dinamica de transformador de energia”. Argumentam que isso fica evidente na onda de símbolos e ações contestatórias que emergiu com os movimentos de mulher, como os lenços brancos das Madres de la Plaza de Mayo.

Mitos como o do culto à deusa também são usados como uma forma de afirmação da identidade. Paula Torricella (2010, p. 15) analisa que “Con ella, ganaban incluso un mito donde fundar la vivencia lésbica”. Afinal, as mulheres foram criadas à imagem e semelhança da Deusa, acreditavam.

Imagem 17: Fragmento de *Cuadernos de existencia lesbiana*.



La Diosa nos creó a imagen y semejanza de Ella.

Fonte: *Cuadernos de Existencia Lesbiana*, Buenos Aires, Argentina, nº 17, novembro de 1996, p. 10.

Diferente de muitas feministas, as lésbicas não se identificam com as bruxas da história – talvez não se identificassem com as bruxas contemporâneas. É o que sugere um pequeno texto publicado na edição dedicada à Deusa dos cadernos, sob o título “Celebración 1”.

Son muchas las mujeres em el planeta que se reúnen para celebrar l aluna llena. La mayoría no se llamarían brujas. Este simple ritual celebrado al aire libre o en una terraza ciudadana para deleitarse con la majestuosa luz lunar es una solemne e meditativa ocasión para ponerse em contacto con una misma y com el movimiento del universo. Las mujeres no ven contradicción entre su compromiso social y político y su interés por las cosas del espíritu.¹¹⁶

Mesmo sendo adeptas ao discurso mítico ligado às narrativas sobre a bruxaria, há muito pouco nessas fontes sobre o tema. Entretanto, em uma espécie de “oração lésbica”, a figura da bruxa aparece como uma figura lésbica. Na litania, um poema escrito por Sonja Franeta e traduzido por Ilse Fusková, há uma série de estereótipos e experiências de mulheres lésbicas. Ainda assim, não há elementos suficientes para entender como as feministas lésbicas viam o uso da figura da bruxa. O que fica evidente é que as feministas lésbicas optaram por outras imagens para afirmarem sua identidade, seja a Deusa ou a poeta Safo.

¹¹⁶ “São muitas as mulheres do planeta que se reúnem para celebrar a lua cheia. A maioria não se chamaria de bruxa. Esse simples ritual, celebrado ao ar livre ou em um terraço urbano para se deleitar com a majestosa luz lunar, é uma ocasião solene e meditativa para se colocar em contato consigo mesma e com o movimento do universo. As mulheres não veem contradição entre seu compromisso social e política e seu interesse pelas coisas do espírito” CELEBRACIÓN. *Cuadernos de Existencia Lesbiana*, Buenos Aires, Argentina, nº 17, novembro, 1996, p. 10 (tradução nossa).

Imagem 18: Letania Lesbiana, de Sonja Franeta

LETANIA LESBIANA

Amante de mujeres
 Amante de ti misma
 Amante no sometida a varones
 Amante fiel a mujeres
 Amante que hace amistad con varones
 Amante que sirve de madre a niños
 Amante atraída por mujeres "normales"
 Amante con grandes manos
 Amante que gozas besando y ser besada por mujeres
 Mujer de fuerza
 Mujer que toma oficios de varón
 Mujer que pensó que debía ser varón
 Mujer de gran coraje
 Mujer de color
 Mujer de pelo corto
 Mujer con ropa de varón
 Mujer con pipa
 Mujer de mucha edad
 Mujer de poca edad confundida
 Mujer insultada
 Mujer que se oculta
 Mujer que vive dos vidas
 Mujer llorando
 Mujer que recibió electroshocks
 Mujer buscando aprobación de la sociedad
 Mujer recordando el patriarcado
 Mujer enojándose
 Monja
 Machona
 Tortillera
 Gay
 Bombero
 Femme
 Bruja
 Hermana
 Solterona
 Lesbi
 Mujer lesbiana
 Mujer amante

Narrativas sobre a perseguição, a tortura e a morte de mulheres acusadas de praticarem bruxaria é apontado como o período mais grave de violência contra as mulheres, ignorando outros momentos históricos traumáticos como a colonização e a escravidão das populações negras e indígenas, e o holocausto (Purkiss, 1996). A formação de uma identidade feminista a partir das imagens de bruxas também parece fazer menos sentido para as feministas lésbicas, para as quais a poeta Safo foi central na elaboração e afirmação de uma identidade lésbica, como veremos adiante.

No boletim *Chanacomchana*, as reflexões sobre as mulheres na história giram em torno da poeta Safo, e analisaremos esse elemento em seguida. Cabe destacar aqui, que as histórias de bruxas eram menos frequentes no boletim lésbico. Todavia, encontramos uma interessante comparação entre a situação das mulheres lésbicas sob a ditadura e a caça às bruxas. Em um dos artigos de Maria Carneiro da Cunha, a feminista denuncia a perseguição que sofriam as mulheres lésbicas brasileiras naquele período, sobretudo por parte da polícia, isso “porque se negam a encarnar os papéis que lhes destinam e os subvertem”. Em sua reflexão, escreve sobre o que aprendeu sobre a realidade dessas mulheres, por meio de conversas, destacando que percebeu que “as barras que elas enfrentam é pesadíssima”, especialmente quando se identificam publicamente como lésbicas.

Mais ou menos como nos processos contra as feiticeiras, onde a partir da acusação (que poderia ser até fortuita e não fundamentada), a condenação já se antepõe ao julgamento, que não passa de mera formalidade burocrática).

Hoje, sob os nossos olhos complacentes, prende-se gente pelo simples fato de ser homossexual, como ocorreu recentemente no centro da cidade, quando bastava um PM achar que algum cara desmunhecava, pra leva-lo sumariamente em cana.¹¹⁷

Aqui também a comparação com a caça às bruxas tem como foco a denúncia da violência contra as mulheres e sufocamento de sua liberdade, diante da imposição de papéis de gênero. Em suma, a bruxa é vista com vítima da sociedade patriarcal e, ao mesmo tempo como uma mulher poderosa e perigosa, cujo poder vem dos seus conhecimentos, o que lhe dá autonomia e liberdade,

¹¹⁷ DA CUNHA, Maria Carneiro. “Quem tem medo de Virginia Woolf?”. *Chanacomchana*, São Paulo, Brasil, janeiro de 1981, nº 0, p. 3

somados à rebeldia, que é a coragem de contestar e de se insurgir contra a ordem vigente.

4.2 SÁFICAS

“Lésbica” é um adjetivo que deriva do topônimo Lesbos, e que no período antigo designava uma mulher nascida na ilha. A partir do século XIX, o termo passou a identificar mulheres que têm relações eróticas com outras mulheres. Esse uso da palavra “lésbica” é um dos efeitos mais populares da associação entre a figura de Safo e a lesbianidade. Para Lettícia Leite (2017), apesar do fato de a poeta não ter sido uma figura em matéria de homoerotismo para os gregos antigos, Safo e a ilha onde viveu, são até hoje consideradas como duas incontornáveis referências lésbicas.

No Brasil, a figura de Safo tem sido apropriada por mulheres que se identificam como lésbicas e feministas, a despeito dos debates acadêmicos e literários que ainda se opõem veementemente contra o uso da figura da poeta grega como um símbolo lésbico. Camila Diane Silva (2023) questiona se tratar Safo como um mito seria uma política de silenciamento e esquecimento, enquanto histórias heroicas de homens da antiguidade são lidas como contendo um fundo de verdade. A historiadora conclui que, se houve uma tentativa de silenciamento e esquecimento de Safo, a historiografia falhou, pois, pouco importa se a poeta existiu no campo da realidade ou no campo mitológico. Importa que Safo seria “o ponto de ligação mais antigo que conectaria as lésbicas do presente às lésbicas do passado”, indicando a existência lésbica na história e demonstrando que práticas sexuais e afetos entre mulheres sempre estiveram presentes (Silva, 2023, p. 134).

Diante disso, pretendemos compreender como essa referência histórica começou a ser mobilizada por feministas lésbicas brasileiras, em um momento que a palavra “lésbica” era envolta de silêncios e censura. Décadas atrás, lésbica era considerada uma palavra pejorativa e muitas se recusavam a usá-la. Um exemplo disso, é a entrevista publicada na edição de estreia do boletim *Chanacomchana*, com a cantora Angela Ro Ro, que se definia como “uma pessoa com tendências mais homossexuais que heterossexuais”, contudo não se dizia lésbica. Perguntada sobre o uso e a apropriação do termo “lésbica”, a

artista afirma que o “carimbo” é um detalhe da pessoa humana e que sua reafirmação por parte de mulheres lésbicas perpetua uma rixa, um sectarismo. A cantora ainda ironizou: “Sinceramente, não sei porque se situar, e as outras pessoas, como lésbicas, a ilha de Lesbos não está tão frequentada assim. Digamos que elas são paulistas, mineiras, cariocas, OK?”.¹¹⁸

Tais afirmações devem ser compreendidas levando em consideração a censura e o silêncio imposto sobre o termo “lésbica”, no contexto dos anos de 1960 e 1970. Naquele período, a palavra não era muito usada, pois era permeada de estereótipos e considerada pejorativa, sendo mais frequentes termos como “entendida”. Muitas mulheres lésbicas também evitavam seu uso por ser passível de graves punições, como o corte de relações afetivas com familiares e colegas, perseguições e violências. Dessa forma, a rejeição ao termo, que parece conservadora, pode ser vista como uma forma de autoproteção (Ire; Silva; Lenzi, 2019, p. 191).

Nesse contexto, Safo foi uma importante referência para uma construção positiva da identidade lésbica, não apenas porque se considerava importante explicar a origem da palavra, mas sobretudo devido à necessidade de legitimá-la por meio da história. O periódico *Chanacomchana* buscava afirmar a existência da lesbianidade na história, muito antes dos preconceitos cristãos sobre relações sexuais e afetivas entre mulheres. Enquanto muitas feministas recorriam à imagem das bruxas para simbolizar sua revolta, as lésbicas olhavam para a poeta grega como um símbolo da “revolta contra a opressão masculina” que, assim como as histórias das bruxas, sobreviveu ao cristianismo.

Vamos começar falando da palavra lésbica. Taí um nome que ainda arrepia frenchas, ladies, entendidas, sapatos, bichas, heterossexuais, feministas, etc..., mas que escolhemos com muita emoção, uma emoção política que remonta há séculos antes de Cristo e de que, inclusive, já falamos, mas que nunca é demais lembrar. A palavra lésbica deriva de Lesbos, ilha grega, onde viveu uma das maiores poetisas da Antiguidade, Safo, cuja obra sobreviveu ao tempo e à repressão da misoginia cristã, embora fragmentariamente, mas que simbolizou e, ainda simboliza, não só o amor entre mulheres, mas também, e principalmente, a revolta contra a opressão masculina que sempre deu às mulheres o papel de escravas e meros aparelhos de reprodução.¹¹⁹

¹¹⁸ Entrevista. Angela Ro Ro: “Não me envolva, eu mesma me envolvo”. *Chanacomchana*, São Paulo, Brasil, janeiro, 1981, nº 0, p. 2

¹¹⁹ MARTINHO, Miriam. GALF: 4 anos de atuação. *Chanacomchana*, São Paulo, Brasil, maio de 1983, nº. 3 (Edição de aniversário), p. 1.

Justificando o uso da palavra lésbica, que era temido e até mesmo criticado no período, Miriam Martinho escreve que o termo era usado pelo grupo com uma emoção política. Expõe que o termo deriva de Lesbos, nome da ilha grega onde viveu Safo, descrita como a mulher lésbica que foi uma das maiores poetisas da Antiguidade. A referência à Safo é um elemento importante na constituição da identidade lésbica para as militantes do GALF, pois simbolizava não apenas a afirmação de sua sexualidade, mas também “[...] uma postura política de recusa ao papel submisso e dependente atribuído às mulheres e uma proposta de desobediência e autonomia na busca de novas formas de ver o mundo”.¹²⁰

Talvez por esse motivo, uma das principais características do boletim *Chanacomchana* seja a publicação de poemas de amor escrito por mulheres e para mulheres – muitos deles escritos pelas próprias integrantes do grupo. Uma coluna para poesia teve início no número dois e foi mantida por todas as edições seguintes do jornal – o que não era muito comum nas demais publicações feministas, que se publicavam poesias, o fazia de modo disperso. Como analisa Patricia Lessa (2008), as publicações do boletim transitavam entre o amor e a revolta. Para romper com o silêncio que cobria a existência e a experiência das mulheres lésbicas, as militantes escreviam poemas a fim de dar vazão a suas ideias, sentimentos, sua própria existência.

Essa ancoragem na história é importante diante da necessidade de construção de uma identidade específica das mulheres lésbicas que, como atesta a própria história do GALF, tiveram dificuldades para se fazerem ouvir enquanto grupo nos movimentos feministas e homossexuais. Um dos intuitos do periódico era construir um meio de comunicação capaz de romper com o isolamento em que viviam as mulheres lésbicas. Apesar da aliança, as lésbicas estiveram frequentemente deslocadas no interior de ambos os movimentos, o que levou o GALF a se afastar temporariamente desse tipo de organização, com o objetivo de fortalecer politicamente as mulheres lésbicas.

O ano de 1982 registrou, de uma maneira geral um aumento progressivo de nossas atividades externas e uma postura mais firme e combativa na defesa de nossas ideias sobre homossexualidade feminina. Articulamos um grupo de estudos paralelamente às nossas

¹²⁰ MARTINHO, Miriam. GALF: 4 anos de atuação. *Chanacomchana*. São Paulo, Brasil, maio de 1983, nº 3, p. 1-9, Edição de aniversário.

reuniões de reflexão dos sábados e através deles, com a ajuda de textos sobre feminismo e lesbianismo aprofundamos nossa análise da situação das mulheres, em geral, e da das mulheres lésbicas especificamente. Intensificamos contatos com grupos congêneros do exterior, o que nos valeu o recebimento gratuito de muito material lésbico-feminista, e também passamos a organizar, mais metodicamente, a biblioteca do grupo.¹²¹

Há uma grande dificuldade em estabelecer Safo como um símbolo da lesbianidade. Entendemos que a aceitação e o uso positivo do termo são recentes no país, sendo fruto de disputas discursivas intensas. Nesse sentido, queremos destacar como a história foi um importante recurso para a construção e a legitimação da identidade lésbica, a partir das narrativas escritas pelas feministas do Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF). Apesar disso, ponderamos que o uso de Safo como ícone lésbico pode esbarrar em anacronismos, visto que as noções de sexualidade se transformam e constroem com o tempo. Além disso, persistem inúmeras lacunas sobre o tema, pois os registros das poesias sáficas que resistiram à história se encontram muito fragmentados. Entretanto, a discussão em torno da lesbianidade da história não estava colocada desta maneira no período. Sabia-se muito menos do que hoje sobre a história de Safo e falta de conhecimento era vista como uma má vontade da História que, de fato, ignorava as mulheres.

Para as lésbicas feministas de *Cuadernos de existencia lesbiana*, negar a lesbianidade na Antiguidade era negar a própria existência das mulheres lésbicas. Isso porque, o não reconhecimento era visto como um problema de gênero e de autoridade. Tratava-se de uma perspectiva crítica da historiografia que, de fato, ainda ignorava uma parte significativa da história das mulheres. No dia 8 de março de 1989, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher e do aniversário da publicação, foi publicado um número dedicado ao debate sobre a história, com a epígrafe “La historia no es nuestra historia” – que dava o tom da crítica que permeia as páginas seguintes.¹²² Para as militantes, todos os indícios sobre mulheres fortes e autossuficientes foram apagados da história, sobrando apenas as mulheres dóceis, frágeis e servis. Além disso, analisam que essa

¹²¹ MARTINHO, Miriam. GALF: 4 anos de atuação. *Chanacomchana*. São Paulo, Brasil, maio de 1983, nº 3., p. 4. Edição de aniversário.

¹²² “A história não é nossa história”. *Cuadernos de Existencia Lesbiana*, Buenos Aires, Argentina, nº 7, março de 1989, p. 3. Edição de aniversário. Caixa alta usada na publicação original.

imagem das mulheres criada pela historiografia era a mesma vendida por meios de comunicação no período.

Partindo de trechos do livro *Lesbian Origins*, de Susan Cavin, selecionados e traduzidos por Ilse Fuskova, a publicação constrói uma narrativa da história das mulheres lésbicas, que tem sequência com artigos sobre as mulheres lésbicas portenhas dos anos de 1960 e 1980. A narrativa apenas menciona Safo brevemente, como uma entre as mulheres lésbicas da história, além de figuras míticas como Bilítis e a “Deusa”, mencionadas anteriormente. Ou seja, não há uma discussão sobre o termo “lesbiana” e seus significados, como no caso do boletim *Chanacomchana*, que dedicou várias páginas à história da poeta grega e à defesa da identidade lésbica.

Isso não significa que a figura da poeta de Lesbos foi irrelevante para as lésbicas feministas da Argentina. Ainda na década de 1970, dentro da Frente de Liberación Homossexual (FLH), surgiu um grupo de militantes lésbicas chamado Safo que, embora não tenha deixado muitos registros, marcou a história dos feminismos no país. Há poucos dados sobre o Grupo Safo. Não se sabe, por exemplo, quem eram mulheres que o formaram ou exatamente quantas integrantes tinha. De acordo com Santiago Joaquin Insausti (2019), a militante feminista Sara Torres informou-lhe em uma conversa pessoal que o grupo era formado por apenas três pessoas. Catalina Trebisacce, em entrevista à Monica Tarducci (2014), conta que eram somente duas pessoas, sendo uma integrante da *Unión Feminista Argentina* (UFA). Tomás Máscolo (2015) afirma que Safo foi um importante grupo de consciência, que tinha como foco o combate à violência e à estigmatização das mulheres lésbicas, e a defesa das manifestações públicas de carinho. Além disso, analisa que os poucos documentos sobre o grupo indicam um forte questionamento dos papéis de gênero, bem como do machismo e do sexismo entre casais homossexuais.

4.3 ANCESTRAIS

Para as feministas negras brasileiras, a colonização e a escravidão são marcos históricos da discriminação baseada no gênero e na raça, interconectados. Sob o sistema escravocrata, as mulheres africanas e afro-brasileiras foram sexualmente violadas, separadas de seus filhos, obrigadas a gestarem os filhos de seus senhores ou a recorrer ao aborto como forma de

impedir o nascimento de mais um indivíduo a ser escravizado. Foi a ideologia racista que deu os contornos da exploração dos corpos das mulheres negras, e foi a partir desse marco que debates sobre direitos reprodutivos, uma das principais pautas feministas nos anos de 1980, foram levantados em uma perspectiva feminista negra.

De acordo com Sueli Carneiro e Thereza Santos (1985, p. 48), havia divergências entre feministas brancas e negras a respeito de temas como planejamento familiar e controle de natalidade, que resultaram de “[...] referências históricas, políticas e ideológicas diferenciadas que determinam óticas diferentes quanto a problemas comuns”.

O uso de figuras históricas conhecidas por sua luta contra o colonialismo, como Nzinga e Aqualtune, se deu no sentido de superar estereótipos coloniais que promovem a inferiorização das mulheres negras e sua objetificação como “instrumento” de trabalho ou de prazer. Lélia Gonzalez (2020), intelectual que integrou o coletivo carioca Nzinga e propôs o nome ao grupo, analisou a posição da empregada doméstica considerando os efeitos da diferença racial e do racismo no trabalho das mulheres negras. Para a filósofa, o termo “doméstica” abrange uma série de atividades que marcam o “lugar natural” das mulheres negras, como empregadas domésticas, merendeiras na rede escolar, serventes nos supermercados, na rede hospitalar, entre outros.

Análises como a de Lélia González são de extrema importância para refletir sobre a história de colonialismo, a partir das mulheres negras e a questão do trabalho, questões diretamente relacionadas aos debates feministas que se desenrolaram naquele contexto. Segundo Anette Goldberg (1987), os temas dos chamados “estudos sobre mulher” foram mais vinculados ao trabalho e à família. As linhas de investigação em torno de problemas sociais, onde tiveram origem as primeiras pesquisas que contribuíram para a delimitação desse campo como uma área específica, foram a reprodução humana e a força de trabalho (Goldberg, 1987).

Esta linha temática foi suscitada pelo aumento da população feminina na População Economicamente Ativa, sendo predominante nas pesquisas sobre mulher no país até o final dos anos 1970. A formação do pensamento feminista no Brasil esteve, portanto, pautado por debates nos quais as mulheres

trabalhadoras estariam no centro. Contudo, a raça foi um fator frequentemente escamoteado, com exceção dos debates promovidos por mulheres negras. Dessa forma, os discursos de feministas negras desvelam a raça como um dos elementos estruturais de sociedades multirraciais de origem colonial, estabelecendo relações com o gênero. Como apontado por Flavia Rios e Viviane Freitas,

No que se refere particularmente ao *Nzinga Informativo*, o discurso que constitui a identidade coletiva do periódico aparece para nomear uma perspectiva de mundo orientada por uma posição sócio-histórica com vistas à superação de uma inferioridade internalizada pela condição racial e sexual, que teria gerado uma rígida desigualdade de classe. Essa inferiorização era entendida como legado duradouro da estrutura de relações coloniais, sendo uma interpretação resultante da leitura fanoniana, marcante na vertente desse pensamento negro e feminista (Rios; Freitas, 2018, p. 32).

Para as feministas do *Nzinga Informativo*, a mulher negra é a “matriz” a partir da qual são transmitidos e perpetuados os valores da cultura negra, possibilitando a formação da identidade étnica de seus descendentes. Ou seja, analisavam que foram as mulheres negras que mantiveram a cultura viva através de gerações, sendo incumbidas da tarefa de educar.

Nas páginas do jornal, as mulheres negras são também as protagonistas das lutas contra o imperialismo e o colonialismo. Em uma coluna intitulada “Mulheres negras e guerreiras”, histórias de diferentes mulheres negras foram contadas. As narrativas estavam relacionadas aos temas a que se dedicava mais espaço em cada edição. Na publicação de estreia, a coluna foi dedicada justamente à rainha Nzinga:

Ndongo — uma região de Angola — era governada por Mbandi; quando este morreu, sua irmã que antes lhe havia representado como diplomata de seu reino na corte lusa instalada em Luanda, sobe ao trono. Aí começa a história da rainha Nzinga. Nos dois anos que permaneceu na corte, em Luanda, Nzinga tentou, e até firmou um acordo de paz que logo foi desprezado pelos portugueses.

Quando Nzinga sobe ao trono em Ndongo já trazia consigo muitas descobertas de hábitos e táticas do colonizador. Por outro lado, a morte do irmão lhe afasta as ilusões em estabelecer um acordo entre as duas Nações. E aí então que, como rainha, decide enfrentar os portugueses. Seu carisma, independência e inteligência brilhante incentivaram outros vizinhos a combaterem lado a lado com seu povo contra o domínio dos invasores. Os portugueses revidavam armamentos pesados aos métodos primitivos de guerra, como o uso de arco e flecha, dos guerreiros que Nzinga comandava sem temor.

Após 35 anos de luta, em 1663 Nzinga é morta em pleno campo de batalha e, sem sua comandante, os guerreiros se rendem; muitos deles são aprisionados e trazidos para o Brasil, influenciando-os com

suas práticas anteriores, as lutas desenvolvidas por Ganga Zumba e Zumbi no Quilombo dos Palmares.¹²³

A narrativa é escrita em uma linguagem direta e fluida, contando de forma resumida a vida de Nzinga, de sua ascensão como rainha à sua morte na luta contra o colonialismo português. Além disso, é contada como uma parte da própria história do Brasil, visto que estabelece uma ligação entre a luta da rainha africana com a continuidade das lutas dos povos africanos e afrodescendentes no país. De acordo com a história, foram os guerreiros outrora liderados por Nzinga que influenciaram as lutas de Ganga Zumba e Zumbi, do famoso Quilombo dos Palmares.

No terceiro número, dedicado à cobertura do *apartheid* na África do Sul, a coluna aborda a vida de duas mulheres: Winnie e Zinzi Mandela, ambas eram importantes militantes contra o regime de separação racial implementado em seu país. Winnie fora casada com Nelson Mandela, com quem teve sua filha Zinzi. A narrativa do jornal denuncia as violências do *apartheid* e da polícia contra o povo negra e a família Mandela. Winnie é descrita como símbolo da luta negra pela igualdade de direitos.

A última mulher biografada no periódico é a brasileira Benedita da Silva, reconhecida militante negra, com uma significativa trajetória política. Além de liderar grupos de mulheres faveladas, foi vereadora e deputada federal constituinte e membro da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas e da Comissão da Ordem Social da Assembleia Nacional Constituinte. A história de Benedita da Silva ocupou a primeira página do jornal, em um box na lateral da página, ao lado de um longo editorial que registra a história dos movimentos feministas brasileiros.

Todas as personagens biografadas são descritas como “mulher negra e guerreira”. Apesar de estarem inseridas em diferentes contextos, sua identidade e a luta contra o racismo e pelos direitos das populações negras unem suas histórias. Essa imagem de mulheres negras insurgentes fazem um contraponto à imagem essencialista e racista das mulheres negras como servis e objetos sexuais.

¹²³ MULHERES negras e guerreiras: Nzinga (1581 –1663) *Nzinga Informativo*, Rio de Janeiro, Brasil, junho, 1985, nº 1, p. 2.

Além do Coletivo Nzinga, outro grupo feminista negro também buscou visibilizar novas imagens históricas de mulheres negras, o Aqualtune, fundado em 22 de setembro de 1979. Uma entrevista com suas integrantes foi publicada no Nzinga para homenagear as mulheres no dia 8 de março, bem como para registrar a luta de um grupo de mulheres negras do Rio de Janeiro como parte do projeto de História Contemporânea. Durante a entrevista, as integrantes do grupo relatam que

A idéia [sic] era reunir mulheres que participavam ou tinham participado das várias entidades para discutir, sem formar mais um grupinho. A escolha do nome partiu da necessidade de se homenagear heroínas negras. Como os nomes sugeridos: Maria Felipa e Luiza Mahin já eram nomes de Centros de Luta do MNU (Movimento Negro Unificado), a gente foi pesquisar.

De acordo com o texto, todas as integrantes do grupo se lançaram à pesquisa da história. O nome foi proposto por Pedrina, que conta ter encontrado informações sobre Aqualtune no livro “Zumbi Rei”, contudo não há mais informações sobre a fonte. Segundo a entrevistada, Aqualtune foi uma africana escravizada, levada para uma fazenda de Recife, onde era forçada a ter filhos e, assim, “reproduzir escravos”. Ao tomar conhecimento da existência de Palmares, fugiu da fazenda em direção ao quilombo, e passou a trabalhar na organização política de Palmares.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto buscamos entender o presente, enquanto construímos nossa identidade, olhamos para a história. Buscamos explicações e modelos no passado. Quando as feministas fizeram esse movimento, a primeira coisa que se depararam foi com a ausência. Não havia mulheres na história. Investigando, descobriram ser essa ausência na verdade um silêncio. Silêncios sobre as mulheres, e silenciamento das mulheres. Aos poucos buscaram reconstituir fragmentos de uma história mal contada. Por isso, analisamos durante a pesquisa as narrativas históricas produzidas por feministas brasileiras e argentinas – investigação que nos levou a questionar a possibilidade de uma consciência histórica feminista.

A consciência histórica é uma categoria nos ajuda a compreender as diferentes formas de pensamento histórico, para além do discurso de historiadores profissionais e da história escolar. Está relacionada com a necessidade de entender o presente e de presumir o futuro, a partir da apreensão do passado – uma necessidade compartilhada por todas nós, que vivemos em um mundo essencialmente histórico. A consciência histórica aponta para a história que permeia a vida cotidiana, e nos oferece *insights* sobre o papel do conhecimento histórico na vida prática e na formação de identidades.

Uma das formas de expressão da consciência histórica se dá por meio da construção de marcos históricos. Ao longo deste trabalho, foi evidenciada a construção do Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia 8 de março, como um marco histórico feminista. Para os movimentos feministas estudados, a data trazia à tona a história dos feminismos, e oportunizava a mobilização das mulheres mesmo em um momento de repressão e perseguição política, instauradas com as ditaduras militares do Cone Sul. Além disso, os marcos provocavam debates sobre a política feministas contemporânea, especialmente com os apontamentos de feministas negras que lembravam que no mesmo mês também deveria ser dedicado ao combate do racismo, considerando que o dia 21 era o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial.

O 8 de março é um marco histórico dos movimentos feministas até hoje, mesmo envolto em controvérsias e disputas. O mês de março era um momento

dedicado a reflexões e debates sobre a trajetória, as conquistas e o futuro das lutas feministas. Os acontecimentos então contemporâneos eram colocados em perspectiva, em relação ao passado – o que servia como ponto de partida para imaginar e criar o futuro que se esperava, ou que se desejava – um futuro feminista. Em março aconteciam uma série de festas, eventos, passeatas, etc. e o dia 8 marcava a primeira aparição pública de novos grupos.

A história de origem da data é confusa e imprecisa. De acordo com as fontes analisadas, é uma homenagem às 129 operárias que morreram durante uma greve, que culminou em um incêndio, em uma fábrica têxtil de Nova York. Essa narrativa conecta o feminismo às lutas anticapitalistas e das mulheres trabalhadoras, pois é identificado como um marco da história do feminismo, protagonizado por mulheres trabalhadoras. Estas são destacadas como protagonistas das trajetórias dos movimentos de esquerda e feministas. Isso é muito significativo no contexto em que as feministas eram acusadas por homens e grupos de esquerda de estarem desviando a atenção da luta de classes e contra a ditadura.

Embora os movimentos feministas tenham emergido no interior das lutas de esquerda, uma relação tensa se estabeleceu com a recusa de companheiros de esquerda em reconhecer as demandas colocadas pelas mulheres e sua atuação política, consideradas menos relevantes. Em grupos de esquerda, mesmo aqueles que contavam militantes feministas, eram frequentes as tentativas de deslegitimar o movimento feminista caracterizando-o como um “movimento de mulheres burguesas”. Por esse e outros motivos, não era tão fácil se dizer feminista nos anos de 1980.

Por isso, chamar o 8 de março, um marco dos feminismos, de Dia Internacional da Mulher, estimulava a união de diferentes grupos de mulheres militantes apesar de divergências teóricas e políticas. Feministas ou não, as mulheres organizadas buscavam promover grandes encontros para reunir o máximo de grupos possível. Porém, isso não significa que esses encontros fossem sempre tranquilos. Também eram momentos marcados por disputas e tensões.

Criar símbolos ligado à história também faz parte dessa construção de consciência temporal. As bruxas são símbolos do feminismo, e isso não é

novidade para nós. Entretanto, nos anos de 1980 isso não era tão óbvio. Uma série de histórias foram escritas e publicadas em jornais feministas, explicando como e por que as bruxas representavam uma identidade feminista.

Bruxas são figuras de poder, porque são consideradas detentoras de conhecimentos sobre a natureza, as artes curativas, a concepção e a contracepção. Ou seja, as bruxas eram – e ainda são – vistas como mulheres que detém autonomia e controle sobre o seu próprio corpo. E é isso que lhes confere poder. Sendo assim, as bruxas também se tornaram símbolo da bandeira da sexualidade e dos direitos reprodutivos das mulheres.

Como alvos da perseguição da Inquisição, as bruxas também são vistas como desobedientes e críticas da ordem religiosa, opositoras da Igreja Católica, que ainda hoje impõe o controle dos corpos e da capacidade reprodutiva das mulheres. Também são descritas como mulheres anônimas das camadas mais pobres, rebeldes e subversoras do gênero. Talvez por isso, a maioria das ilustrações de bruxas nos jornais são sombras, silhuetas no escuro. É uma figura com a qual as feministas se identificam não pela aparência, mas por compartilhar uma experiência de violência e repressão – do patriarcado, da sociedade e da ordem política e religiosa.

Histórias sobre bruxas, apesar de imprecisas, suscitavam questionamentos e críticas a respeito do apagamento das mulheres na história, bem como revelavam a perspectiva masculina da historiografia. Também forneciam argumentos para a defesa de pautas em torno dos direitos reprodutivos e da sexualidade, reivindicando a autonomia e o conhecimento sobre o corpo que, acreditava-se, eram coisas de bruxas.

As mulheres lésbicas encontraram na poeta grega Safo, um espelho para sua identidade. Naquele contexto, em que mulheres lésbicas precisavam afirmar que também eram mulheres, remontar a história da lesbianidade foi um passo importante para a construção dos movimentos de lésbicas junto aos grupos feministas. De modo semelhante, as mulheres negras buscaram sua própria história, ligada ao combate do colonialismo e a desumanização da população negra. Para além das representações das mulheres negras como mucamas e empregadas domésticas, as feministas negras enfatizaram o papel

delegado a elas como transmissoras da cultura e das lutas negras, entendendo-se como importantes sujeitas da história.

Narrativas sobre o passado são elementos constitutivos das identidades e centrais para a legitimação dos movimentos sociais. Em relação às feministas, muitas se dedicaram ao exercício de escrever sobre história, com o propósito de construir narrativas que registrassem um passado coletivo e ao mesmo tempo pudessem construir uma história das mulheres.

Em *Cidadã Paradoxal*, Joan Scott escreve que “uma história do movimento feminista é necessariamente uma história feminista”. Ao escrever sobre as bruxas, as feministas não estavam apenas escrevendo sobre um período particular da história geral. A história das bruxas era, por assimilação, uma história das mulheres que se revoltaram contra o patriarcado, as imposições da Igreja Católica e da sociedade. Para elas, isso era parte de uma história do feminismo.

Constituindo-se como uma ponte entre presente e futuro, a história é uma fonte de esperança de um futuro diferente para as mulheres. A construção de um novo conhecimento histórico permite o escrutínio do vir a ser das mulheres. Dessa forma, a desnaturalização das estruturas de poder sob a ótica da história, fundamenta os questionamentos sobre a categoria “mulher”, minando os argumentos essencialistas que buscam capturar as diferenças como características naturais e imanentes.

Consciência histórica feminista é se reconhecer como parte de um grupo que tem sido historicamente discriminado. A consciência histórica é essencial para a consciência feminista. É por meio dela que identificamos que as coisas não foram sempre assim, e que elas podem mudar. Significa perceber que as mudanças e eventos históricos não afetaram homens e mulheres da mesma forma, e que estas têm sido as principais agentes da mudança de sua própria história.

Entendendo como e por que as feministas lançaram mão da história nesse contexto, é possível refletir ainda sobre as aproximações com as pesquisas acadêmicas para pensar criticamente sobre a emergência e os usos da categoria gênero nesse contexto, destacando a dimensão histórica constitutiva do próprio conceito de gênero. Outras questões podem ser

colocadas a partir do que foi exposto neste trabalho. Por exemplo: qual a ideia de um futuro feminista? Como as feministas percebiam o tempo histórico e como entendiam a noção de sujeito da história? Além disso, há diversas figuras históricas a serem exploradas a partir dos jornais feministas, com as biografias de militantes como Alexandra Kollontai, Maria Lacerda de Moura e Clara Zetkin. Em relação às mulheres lésbicas, também chama a atenção o uso da figura das Amazonas.

É a nossa relação com o passado e o que almejamos para o futuro que guia a formação da nossa identidade no presente. Procuramos no passado uma explicação para o tempo presente. Ao mesmo tempo, é o enfrentamento do presente, dos problemas do presente, que molda nosso olhar para o futuro, levando-nos ao que queremos mudar coletivamente. A criação do futuro consiste na construção do presente. Esperamos que esta pesquisa continue se desdobrando em novas questões e investigações futuras que coloquem no centro o protagonismo das mulheres na história. Valorizar a história das mulheres é o caminho para revelar a farsa da história masculina.

6. FONTES

Brasil

Chanacomchana (São Paulo, 1981-1987)

(13 edições, do número 0 ao 12)

Digitalizado e disponível em <https://acervobajuba.com.br/tag/chanacomchana/>

Mulherio (São Paulo, 1981-1988)

(40 edições, do número 0 ao 39)

Digitalizado e disponível em <https://www.fcc.org.br/fcc/mulherio-home/>

Nzinga Informativo (Rio de Janeiro, 1985-1989)

(5 edições, do número 1 ao 5)

Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro

Digitalizado e disponível em <http://www.cpvsp.org.br/periodicos.php>

Argentina

Brujas (Buenos Aires, 1983-2006)

(10 edições, números variados)

Cuadernos de Existencia Lesbiana (Buenos Aires, 1987-1996)

(17 edições, do número 1 ao 17)

Digitalizado e disponível em

<http://potenciatorillera.blogspot.com/2008/12/cuadernos-de-existencia-lesbiana.html>

Internacional

Mujer/FEMpress (Internacional, 1981-2000)

(29 edições, números variados)

Outras fontes consultadas

Persona, Buenos Aires, Argentina, nº 5, nov./dez., 1980.

La Escoba, La Paz, Bolívia, nº 1, mar., 1986.

III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe. São Paulo, Brasil, nº 2, fevereiro de 1985.

III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe. São Paulo, Brasil, nº 3, maio de 1985.

7. REFERÊNCIAS

- AHMED, Sarah. **Living a feminist life**. Duke University Press, January 2017.
- ALVAREZ, Sonia E.; FRIEDMAN, Elisabeth Jay; BECKMANI, Ericka; BLACKWELL, Maylei; CHINCHILLA, Norma Stoltz; LEBON, Nathalie; NAVARRO, Marysa; TOBAR, Marcela Ríos. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, p. 541-575, 2003.
- ALVES, Iracélli da Cruz. **Feminismo entre ondas: mulheres, PCB e política no Brasil**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ. 2020.
- AMOROSO, M. H. de B. De braços abertos num cartão postal? Duas favelas da zona sul carioca na "era das remoções" pelas lentes do Correio da Manhã. **Domínios da Imagem**, v. 3, n. 5, p. 95–108, 2014. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/dominiosdaimagem/article/view/19352>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- ANSALDI, Waldo. Matriuskas de Terror. Algunos elementos para analizar la dictadura argentina dentro de las dictaduras del Cono Sur. In: PUCCIARELLI, Alfredo (org.): **Empresarios, Tecnócratas y Militares. La trama corporativa de la última dictadura**. Buenos Aires, Siglo XXI, 2004.
- ANZALDÚA, Gloria. Speaking in Tongues: a Letter to 3rd World Women Writers. In: MORAGA, Cherríe; ANZALDÚA, Gloria (Ed.). **This bridge called my back: Writings by radical women of color**. Kitchen Table: Women of Color Press, 1981.
- BACCHETTA, Paola. Recalcing transnational "queerdom": Lesbian and "lesbian" identity-positionality in Delhi in the 1980s. **Antipode**, v. 34, n. 5, p. 947-973, 2002.
- BALLESTRIN, Luciana. Feminismo De(s)colonial como Feminismo Subalterno Latino-Americano. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 3, e75304, 2020.
- BARRANCOS, Dora. **Mujeres em la sociedad argentina: Una historia de cinco siglos**. Argentina, Buenos Aires: Sudamericana, 2010.
- BERGMANN, Klaus. A História na Reflexão Didática. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, nº 19, pp. 29-42, set.89/fev.90.
- BESSE, Juan; TREBISACCE, Catalina. Feminismo, peronismo. Escrituras, militancias y figures arcaicas de la poscolonialidad en dos revistas argentinas. **Debate feminista**, v. 47, p. 237-264, 2013.

BLAY, Eva Alterman. 8 de março: conquistas e controvérsias. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, 2001.

BORGES, Joana Vieira. **Trajetórias e leituras feministas no Brasil e na Argentina (1960-1980)**. 2013. 355 p. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC. 2013.

BORGES, Luiz Augusto Possamai. Cartografias do medo e das sexualidades dissidentes nas ditaduras do Cone Sul. In: WOLFF, Cristina Scheibe. **Políticas da emoção do gênero no Cone Sul**. Curitiba: Brazil Publishing, 2021, pp. 92-110.

BRIGMMAN, Luísa Dornelles; WOLFF, Cristina Scheibe. Mulheres militantes de esquerda na ditadura brasileira. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia C. de. **Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)**. Curitiba: Appris, 2019, p. 303-322. Disponível em: <https://legh.cfh.ufsc.br/publicacoes/>.

BUITONI, Dulcília H. Schroeder. Jornalismo: o tecido e o acontecido. **Revista USP**, n. 6, 1990.

BUTLER, Judith. Judith Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque sofrido no Brasil. **Folha de São Paulo**, 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml>

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 02, p. 91-108, 2000.

CANO, Vir. La memoria lesbiana que se hace con las manos. Un ejercicio de imaginación genealógica en torno a los Cuadernos de existencia lesbiana y Potencia Tortillera. D'ANTONIO, Débora. GRAMMATICO, Karin. TREBISACCE, Catalina (ed.). **Tramas feministas al sur**. Buenos Aires: Madreselva, 2022, 1ª ed., p. 218-240.

CAPELATO, Maria Helena. “A imprensa como fonte e objeto de estudo para o Historiador”. In: PRADO, Maria L.; VILAÇA, Mariana (Org). **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas**. São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015

CARDOSO, Elizabeth. **Imprensa feminista brasileira pós-1974**. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CARNEIRO, Sueli; SANTOS, Thereza. **Mulher negra**. São Paulo: Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

CERRI, Luiz Fernando. Um lugar na história para a didática da história. **História & Ensino**, Londrina, v. 23, n. 1, p. 11-30, jan./jun. 2017.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil. **Cadernos Pagu** (16) 2001: pp. 13-30.

COSTA, Albertina de Oliveira. É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação-São Paulo, 1970. **Cad. Pesqui**, p. 63-69, 1988.

CRESCÊNCIO, Cintia L.; DA SILVA, Janine Gomes; BRISTOT, Lidia Schneider. **Histórias de Gênero**. Verona, São Paulo: 2017.

CRESCÊNCIO, Cintia L.; DA SILVA, Janine Gomes; BRISTOT, Lidia Schneider. **Histórias de Gênero**. Verona, São Paulo: 2017.

CRESCÊNCIO, Cintia Lima. **Quem ri por último, ri melhor: Humor gráfico feminista (Cone Sul 1975-1988)**. Tese. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, SC. 2016.

CRESCÊNCIO, Cintia Lima; DE SOUSA FERREIRA, Gleidiane. Da história das mulheres às perspectivas contracoloniais: Reflexões sobre a historiografia do gênero no Brasil (2001-2019). **Estudos Ibero-Americanos**, v. 47, n. 1, p. e37850-e37850, 2021.

DE AGUIAR, Carolina Maia. **Entre armários e caixas postais: escritas de si, correspondência e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira**. 2017. 198f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Feminismos brasileiros, vigilância e relações com a esquerda. In: VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria; SCHIMDT, Benito Bisso. **(Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil**. Maceió: Edufal, 2023, p. 87-110.

FELITTI, Karina. Brujas feministas: construcciones de un símbolo cultural en la Argentina de la marea verde. In: **Religiones y espacios públicos en América Latina**. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; Centro de Estudios Latinoamericanos Avanzados; 2021; 543-568.

FEMENÍAS, María Luisa. Epistemología feminista: la falacia del conocimiento objetivo. ARPEGE, **Reseau Genre**, Université de Toulouse Jean Jaurés, 2017.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.

GOLDBERG, Anette. **Feminismo e Autoritarismo: a metamorfose de uma Utopia de liberação em Ideologia Liberalizante**. Tese (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

GONZÁLES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas**, p. 7-32, 1993.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

INSAUSTI, Santiago Joaquin. Una historia del Frente de Liberación Homosexual y la izquierda en Argentina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, 2019.

IRE, Binah; GOMES, Janine da Silva. O acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História – LEGH: Pesquisas e histórias feministas. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia C. de. **Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)**. Curitiba: Appris, 2019, pp. 384-406. Disponível em: <https://leg.h.cfh.ufsc.br/publicacoes/>.

IRE, Binah; SILVA, Camila Diane; LENZI, Maria Helena. Ser lésbica na ditadura: vida e militância sob estado de exceção. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia C. de. **Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)**. Curitiba: Appris, 2019, pp. 185-208. Disponível em: <https://leg.h.cfh.ufsc.br/publicacoes/>.

KLAFKE, Raquel; BRAGA, Marcos da Costa. *Mulherio*: estudo de caso de publicação da imprensa feminista brasileira nos anos 1980. **Projetica**, v. 9, n. 2Supl, p. 237-254, 2018.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Contraponto: Rio de Janeiro, 2006.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários nos Tempos da Imprensa Alternativa**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

KUMPERA, Julia Aleksandra Martucci. **“O lesbianismo é um barato”: o GALF e o ativismo lésbico-feminista no Brasil (1979-1990)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP. 2021.

LEITE, Lettícia Batista Rodrigues. Quando a décima musa inspira raps e tambores: dos usos políticos da figura de Safo por vozes lésbicas e feministas no Brasil contemporâneo. *Heródoto: Revista do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Antiguidade Clássica e suas Conexões Afro-asiáticas*, v. 2, n. 2, p. 564-578, 2017.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado. História da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LERNER, Gerda. **The creation of feminist consciousness: From the middle ages to eighteen-seventy**. *Women and History* 2, 1993.

LESSA, Patrícia. Visibilidade e Ação Lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-Feminista e do boletim Chanacomchana. **Revista Gênero**, v. 8, n. 2, 2008.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: *Fontes Históricas*. São Paulo. **Contexto**, 2005.

MÁSCOLO, Tomás. Diversidad Sexual. Grupo SAFO: lesbianas cuestionando los roles de género. **La Izquierda Diario**, 8 de abril de 2015. Disponível em: <https://www.laizquierdadiario.com/Grupo-SAFO-lesbianas-cuestionando-los-roles-de-genero>.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, p. 115-137.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 12, p. 270-283, 2011.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. **Resistências, Gênero e Feminismos contra as Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos orixás**. Companhia das Letras, 2020.

PURKISS, Diane. **The witch in history: early modern and twentieth-century representations**. Routledge, 1996.

RIOS, Flavia; FREITAS, Viviane Gonçalves. Nzinga Informativo: redes comunicativas e organizacionais na formação do feminismo negro brasileiro. **Cadernos Adenauer**, São Paulo, n. 1, p. 25-45, 2018.

RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora. BARCA, Isabel. MARTINS, Estevão de Rezende (org.). **Jörn Rüsen e o ensino de História**. Curitiba: Editora UFPR, 2011^a.

RÜSEN, Jörn. Experiência, interpretação e orientação: as três dimensões da aprendizagem histórica. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora. BARCA, Isabel. MARTINS, Estevão de Rezende (org.). **Jörn Rüsen e o ensino de História**. Curitiba: Editora UFPR, 2011^b.

SADDI, Rafael. Didática da história na Alemanha e no Brasil: considerações sobre o ambiente de surgimento da neu Geschichtsdidaktik na Alemanha e os desafios da nova didática da história no Brasil. **OPIS**, Catalão-GO, v. 14, n. 2, p. 133-147 - jul./dez. 2014.

SCOTT, Joan W. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos dos homens**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 1, n.2, jul./dez. 1995.

SCOTT, Joan W. História das mulheres. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. Editora Unesp, 1992.

SILVA, Camila Diane. **Entre repressões e resistências: memórias lesbianas no contexto da ditadura civil-militar brasileira e redemocratização (1968-1988)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, SC. 2023.

SMITH, Bonnie G. **Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica**. São Paulo: EDUSC, 2003.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**. 2007, v. 27, n. 54, pp. 281-300. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882007000200015>

TARDUCCI, Mónica. Hitos de la militancia lesbofeminista de Buenos Aires (1984-1995). **Feminismo, lesbianismo y maternidad en Argentina**. Argentina, Buenos Aires: Librería de Mujeres Editoras. 2014.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. Alameda Casa Editorial, 2018.

TELES, Maria Amélia de Almeida; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)**. Editora Intermeios: São Paulo, 2013, 1ª ed.

TORRICELLA, Paula. Comentarios sobre la experiencia editorial de Cuadernos de Existencia Lesbiana. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Sociales**, v. 2, 2010.

TORRICELLA, Paula. La revista Brujas, militância feminista en democracia. *Entrehojas*: **Revista de Estudios Hispánicos**, vol. 3 Iss. 1, art. 9, 2013.

VEIGA, Ana Maria. **Feminismos em rede? Uma história da circulação de discursos e informações entre São Paulo e Buenos Aires (1970-1985)**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC. 2009.

VEIGA, Ana Maria. Uma virada epistêmica feminista (negra): conceitos e debates. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0101, jan./abr. 2020. <http://dx.doi.org/10.5965/2175180312292020e0101>.

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in) visibilidade das homossexualidades no Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, v. 6, n. 13, p. 90-109, 2014.

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. **Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez 1970–1990**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro. 2006.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. Editora Record, 2018.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Políticas da Emoção e do Gênero no Cone Sul**. Curitiba: Brazil Publishing, 2021. Disponível em: <https://legh.cfh.ufsc.br/publicacoes/>.

WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia C. de. **Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)**. Curitiba: Appris, 2019. Disponível em: <https://legh.cfh.ufsc.br/publicacoes/>.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Tordesilhas; 1ª edição, 2014. Tradução: Bia Nunes.

ZUCCO, Maise Caroline. Circulação de saberes: Publicações brasileiras sobre mulheres, gênero e feminismos no depósito legal (1960-1999). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 27-42, maio/ago. 2020

ZUCCO, Maise Caroline. **Viagens e permanências dos feminismos: o trânsito dos saberes no Eixo-Sul do conhecimento (Brasil e Argentina 1960-1999)**. 2014. 400 p. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

ZWISSLER, Laurel. “I am That Very Witch”: On The Witch, Feminism, and Not Surviving Patriarchy. **Journal of Religion & Film**, 22. 2018.

8. APÊNDICE

APÊNDICE A – Publicações produzidas por grupos acadêmicos.

Título	Cidade	Grupo responsável	Periodicidade	Números		Meu acervo
<i>Mulherio</i>	São Paulo, Brasil	Fundação Carlos Chagas e Fundação Ford (1981-1983) Centro de Estudos Mulherio (1983)	Bimestral (0-20) Trimestral (21-29) Mensal (30-39)	0-39	1981-1988	0-39 (1981-1988)
<i>Feminaria</i>	Buenos Aires, Argentina	Feminaria	Quadrimestral	1-33	1988-2009	1-33 (1988-2009)
<i>Brujas</i>	Buenos Aires, Argentina	Asociación del Trabajo y Estudio sobre la Mujer (ATEM)	Bimestral	1-32	1983-2012	1 (1983); 4, 5, 6 (1984); 9 (1985); 10 (1986); 11 (1987); 12, 14 (1988); 16 (1997).
<i>La Cacerola</i>	Montevideú, Uruguai	Grupo de Estudios sobre la Condición de la Mujer en el Uruguay (GRECMU)	Trimestral	1-34	1984-1988	2, 8 (1984); 4, 5 (1985); 6 (1986); 7, 8, Especial, Especial Tribuna (1988)
<i>La Escoba</i>	La Paz, Bolívia	Centro de Informacion y Desarrollo de la Mujer (CIDEM)	Bimestral	1-?	1986-?	1, 2 (1986); 5, 6 (1987).

APÊNDICE B – Publicações produzidas por grupos não acadêmicos.

Título	Cidade	Grupo responsável	Periodicidade	Números		Meu acervo
<i>Chanacomchana</i>	São Paulo, Brasil	Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF)	Irregular	0-12	1981-1987	1-12 (1982-1987)
<i>Nzinga Informativo</i>	Rio de Janeiro, Brasil	Nzinga Coletivo de Mulheres Negras	Irregular	1-5	1985-1988	2 (1985); 3 (1986); 4 (1988)
<i>Persona</i>	Buenos Aires, Argentina	Movimiento de Liberación Femenina (MLF)	Mensal Bimestral Trimestral	1-17	1974-1986	2, 4, 5 (1980); 12, 13 (1982); 1, 2, 3 (1983) 17 (1986)
<i>Cuadernos de Existencia Lesbiana</i>	Buenos Aires, Argentina	Adriana Carrasco e Ilse Fuksová	Irregular	1-71	1987-1996	1-17 (1987-1996)
<i>Alternativa Feminista</i>	Buenos Aires, Argentina	Grupo Alternativa Feminista	Bimestral	1-5	1985-1986	1, 2, 3 (1985); 4, 5 (1986).
<i>Cotidiano Mujer</i>	Montevideu, Uruguai	Colectivo Mujer Colectivo Editorial Mujer	Mensal	1-33	1985-2013	1-13 (1985-1986); 16, 19, 20 (1987); 23, 25, 30 (1988); 33 (1989);
<i>mujer/fempress</i>	Internacional/ Chile	Unidad de Comunicación Alternativa de la Mujer	Mensal	1-200	1981-2000	77 (1988); Edição Especial (1989); 89, 94, 95, 97, 98 (1989)

<i>Boletín ISIS</i>	Internacional/ Chile	ISIS	Trimestral	-	1980-?	6 (1981); 9, 11-12 (1982); 15-16 (1983).
---------------------	-------------------------	------	------------	---	--------	---